Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (0192) 60-1321 / 60-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

OF.Nº 273/95
GPM/CC/csss
Holambra, 28 de junho de 1995.

Senhor Presidente:

Encaminhamos à essa Egrégia Câmara Municipal, incluso, o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre O Regime Jurídico dos Funcioários Públicos do Município de Holambra.

Aproveitamos a oportunidade para externarmos nossa estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
MD.Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra-SP

APROVADO EM 1º
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 06/09/95.
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 415
Fls. Nº 10 Livro Nº 02
Data 28/06/95
SECRETARIA

LIDO EM SESSÃO
DE
02/08/95
PRESIDENTE

APROVADO EM 2º
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE 13/09/95.
PRESIDENTE

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 860-1321 / 860-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017 28 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei disciplina os direitos, deveres e responsabilidades a que se submetem os funcionários da Prefeitura, Câmara, autarquias e fundações públicas do Município de Holambra.

Artigo 2º - Para os efeitos deste Estatuto, considera-se:

I - funcionário público: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão;

II - cargo público: conjunto de atribuições e responsabilidades acometidas a um funcionário, instituído nos quadros do funcionalismo, criado por lei ou resolução com denominação própria e atribuições específicas;

III - vencimento: retribuição pecuniária básica, fixada em lei, paga mensalmente ao funcionário público, pelo exercício das atribuições inerentes ao seu cargo;

IV - remuneração: remuneração pecuniária básica acrescida da quantia referente às vantagens pecuniárias a que o funcionário tem direito;

V - classe: agrupamento de cargos públicos da mesma denominação e idêntica referência de vencimento e mesmas atribuições;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

VI - carreira: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho e idêntica habilitação profissional, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade das atribuições, para progressão privativa dos titulares dos cargos que a integram;

VII - quadro: o conjunto de cargos integrantes das estruturas dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e das fundações públicas.

Artigo 3º - Aos cargos públicos corresponderão referências numéricas seguidas de números em algarismos romanos indicadores de graus.

§ 1º - Referência é o número indicativo da posição de cargo na escala básica de vencimentos.

§ 2º - Grau é o número em algarismos romanos indicativo da posição do cargo na escala básica de vencimentos.

§ 3º - O conjunto de referência e grau constitui o padrão de vencimentos.

TITULO II
DO PROVIMENTO, DO EXERCICIO E DA VACANCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

CAPITULO I
DOS CARGOS PÚBLICOS

Artigo 4º - Os cargos públicos são isolados ou de carreira.

§ 1º - Os cargos de carreira são sempre de provimento efetivo.

§ 2º - Os cargos isolados são de provimento efetivo ou em comissão, conforme dispuser a lei.

Artigo 5º - As atribuições dos titulares dos cargos públicos serão estabelecidas em decreto regulamentar, ou na Lei criadora do cargo.

Parágrafo Único - é vedado atribuir ao funcionário público encargos ou serviços diversos daqueles relativos ao seu cargo, exceto quando se tratar de funções de chefia ou direção, de designações especiais e dos casos de readaptação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAPITULO II
DO PROVIMENTO

Artigo 6º - Provimento é o ato administrativo através do qual se preenche um cargo público, com a designação do seu titular.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente de autarquia ou de fundação pública.

Artigo 7º - Os cargos públicos serão acessíveis a todos os que preencham, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ter sido previamente habilitado em concurso, ressalvado o preenchimento de cargo de livre provimento em comissão;

III - estar em gozo dos direitos políticos;

IV - estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

V - gozar de boa saúde, física e mental, comprovada em exame médico, ressalvados os direitos dos deficientes físicos;

VI - possuir habilitação profissional para o exercício das atribuições inerentes ao cargo, quando for o caso;

VII - atender às condições especiais prescritas em lei para provimento do cargo.

Artigo 8º - Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;
II - reintegração;
III - reversão;
IV - aproveitamento;
V - transferência;
VI - acesso.
VII- readaptação

CAPITULO III
DA NOMEAÇÃO

Artigo 9º - Nomeação é o ato administrativo pelo qual o cargo público é atribuído a uma pessoa.

Parágrafo Único - As nomeações serão feitas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

I - livremente, em comissão, a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de cargo de confiança;

II - vinculadamente, em caráter efetivo, quando se tratar de cargo cujo preenchimento depende de aprovação em concurso.

Artigo 10 - A nomeação em caráter efetivo obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação em concurso cujo prazo de validade esteja em vigor.

CAPITULO IV
DO ESTAGIO PROBATORIO

Artigo 11 - Estágio probatório é o período de 2 (dois) anos de exercício do funcionário a partir de sua nomeação em caráter efetivo, durante o qual serão apurados os seguintes aspectos, acerca de sua vida funcional: -

I - assiduidade;
II - disciplina;
III - eficiência;
IV - aptidão de dedicação ao serviço;
V - cumprimento dos deveres e obrigações funcionais.
VI - capacidade de iniciativa
VII - produtividade
VIII- responsabilidade

§ 1º - O órgão de pessoal manterá cadastro dos funcionários em estágio probatório.

§ 2º - Cinco meses antes do fim do estágio probatório, o órgão de pessoal solicitará informações sobre o funcionário ao seu chefe direto, que deverá prestá-las no prazo de dez dias.

§ 3º - Caso as informações sejam contrárias à confirmação do funcionário no cargo, ser-lhe-á concedido o prazo de dez dias para que apresente defesa, e instaurado processo administrativo para a apuração do fato.

§ 4º - Se, após a defesa, for aconselhada a exoneração do funcionário, o processo será remetido à autoridade competente para a decisão final.

§ 5º - A confirmação do funcionário no cargo não dependerá de novo ato.

§ 6º - A apuração dos requisitos de que trata este artigo deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário, se for o caso, possa ser feita antes de findo o prazo do estágio.

§ 7º - Enquanto em estágio probatório, o funcionário não poderá ser designado para exercer cargo diverso daquele para o qual foi nomeado.

Artigo 12 - O funcionário nomeado em virtude de concurso público adquirirá estabilidade após dois anos de efetivo exercício.

Parágrafo Único - A estabilidade assegura ao funcionário a garantia de permanência no serviço público.

Artigo 13 - O funcionário estável somente perderá o cargo: -

I - em virtude de decisão judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.

CAPITULO V
DO CONCURSO

Artigo 14 - O concurso Público reger-se-á por edital, que conterá, basicamente, o seguinte:-

I - indicação do tipo de concurso: de provas ou de provas e títulos;

II - indicação das condições necessárias ao preenchimento do cargo, de acordo com as exigências legais, tais como:

a) diplomas necessários ao desempenho das atribuições do cargo;
b) experiência profissional relacionada com a área de atuação;
c) capacidade física para o desempenho das atribuições do cargo;
d) idade mínima ou máxima a ser fixada de acordo com a natureza das atribuições do cargo, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

III - indicação do tipo e do conteúdo das provas e das categorias de títulos;

IV - indicação da forma de julgamento das provas e dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

títulos;

V - indicação dos critérios de habilitação e classificação;

VI - indicação do prazo de validade do certame.

Parágrafo Único - As normas gerais para a realização dos concursos estabelecidas na Lei Orgânica do Município, art.107 e incisos.

Artigo 15 - O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a pedido do titular do setor interessado, autorizada ou não pelo chefe do Executivo ou Legislativo.

Artigo 16 - O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado dentro do prazo de seis meses, contados da data de encerramento das inscrições.

Artigo 17 - As provas e a titulação serão julgadas por uma comissão de no mínimo três membros, profissionalmente habilitados e designados pela autoridade competente.

Artigo 18 - A lei reservará percentual dos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

CAPITULO VI
DA REINTEGRAÇAO

Artigo 19 - Reintegração é o reingresso do funcionário estável no serviço público municipal em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

Artigo 20 - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado.

§ 1º - Se o cargo houver sido transformado, o funcionário será reintegrado no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Se o cargo houver sido extinto, será reintegrado em cargo de vencimento e atribuições equivalentes, sempre respeitada sua habilitação profissional.

Artigo 21 - Reintegrado o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 22 - Transitada em julgado a decisão judicial que determinar a reintegração, o órgão incumbido da defesa do Município representará imediatamente à autoridade competente para que seja expedido o ato de reintegração no prazo máximo de trinta dias.

CAPITULO VII
DA REVERSÃO

Artigo 23 - Reversão é o retorno à atividade do funcionário por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á em cargo de idêntica denominação, atribuições e vencimentos aos daquele ocupado por ocasião da aposentadoria ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o funcionário exercerá cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 24 - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 anos de idade.

CAPITULO VIII
DO APROVEITAMENTO

Artigo 25 - Aproveitamento é o retorno, a cargo público, de funcionário colocado em disponibilidade.

Artigo 26 - O aproveitamento daquele que foi posto em disponibilidade é direito do funcionário e dever da administração que o conduzirá, quando houver vaga, a cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 27 - O funcionário em disponibilidade que, em inspeção médica oficial, for considerado incapaz para o desempenho de suas atribuições será aposentado no cargo que anteriormente ocupava, sempre ressalvada a possibilidade de readaptação.

CAPITULO IX
DA TRANSFERENCIA

Artigo 28 - Transferência é a passagem do funcionário de um cargo para outro cargo da mesma denominação, atribuições e

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

vencimentos, pertencente, porém, a órgão de lotação diferente.

Parágrafo Único - A transferência poderá ser feita a pedido do funcionário, atendida sempre a conveniência do serviço.

Artigo 29 - Não poderá ser transferido "ex ofício" funcionário investido em mandato eletivo nos poderes Executivo ou Legislativo.

Artigo 30 - A transferência por permuta processar-se-á a pedido escrito de ambos os interessados.

Artigo 31 - A permuta entre funcionários da Prefeitura, da Câmara, das autarquias e das fundações públicas do Município somente poderá ser efetuada a pedido dos interessados e mediante consentimento das autoridades a que estejam subordinadas.

CAPITULO X
DO ACESSO

Artigo 32 - Acesso é a passagem do funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo para outro da classe imediatamente superior àquele em que se encontra, dentro da respectiva carreira.

Parágrafo Único - O acesso dependerá de êxito do funcionário em processo seletivo interno, em que se apurará sua aptidão para desempenho de atribuições mais complexas e que justificam sua ascensão funcional.

Artigo 33 - O funcionário somente poderá concorrer à seleção interna, a que se refere o artigo anterior, se:-

I - satisfizer os requisitos necessários ao preenchimento do cargo público de classe superior;

II - contar com mais de dois anos de efetivo exercício no seu cargo.

Artigo 34 - Havendo empate no processo seletivo interno, terá preferência sucessivamente o funcionário público que:-

I - contar com mais tempo de serviço no seu cargo;

II - contar com mais tempo de serviço público municipal;

III - tiver maior número de filhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 35 - O direito a pertencer a carreira, nos casos em que isso seja possível, é direito indisponível do funcionário público.

CAPITULO XI
DA PROMOÇÃO

Artigo 36 - Promoção é a passagem do funcionário estável de um determinado grau para o imediatamente superior, da mesma classe, dentro da respectiva carreira.

Artigo 37 - A promoção obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Artigo 38 - Havendo fusão de classes para os efeitos deste artigo será considerado o exercício na classe anterior.

Artigo 39 - O merecimento é adquirido na classe.

§ 1º - Não poderá ser promovido por merecimento o funcionário que, na classe em promoção, tiver sofrido quaisquer das penalidades previstas nesta lei.

§ 2º - O merecimento apurar-se-á em pontos, avaliados em escala de zero a 100 para cada um dos seguintes fatores:

I - eficiência;

II - dedicação ao serviço;

III - disciplina;

IV - pontualidade;

V - iniciativa.

§ 3º - Só serão considerados, para efeito de promoção por merecimento, os funcionários que obtiverem o mínimo de 350 pontos, na soma dos fatores enumerados neste artigo.

§ 4º - Quando ocorrer empate na apuração do merecimento dos funcionários, serão levados em consideração, sucessivamente, para efeito de desempate, os seguintes elementos:

I - títulos e comprovantes de conclusão ou freqüência em cursos, seminários ou simpósios, desde que relacionados com a função exercida;

II - assiduidade;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

III - maior tempo de serviço público;

IV - maior tempo de serviço público municipal;

V - número de dependentes.

Artigo 40 - A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe.

§ 1º - Será contado em dias o tempo de efetivo exercício na classe para sua apuração.

§ 2º - O funcionário reintegrado em seu cargo fará jus às promoções cabíveis por antiguidade, como se não tivesse interrompido o exercício.

§ 3º - Quando ocorrer empate na apuração da antiguidade, terão preferência os funcionários que apresentarem os seguintes requisitos, pela ordem:

I - maior tempo de serviço público municipal;

II - maior tempo de serviço público;

III - maior número de dependentes;

IV - maior idade.

Artigo 41 - As promoções poderão ser realizadas anualmente.

Parágrafo Único - A promoção deverá ser instaurada e concluída no primeiro semestre do ano e seus efeitos pecuniários vigerão a partir do primeiro dia do mês de julho.

Artigo 42 - Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção a que tinha direito.

Artigo 43 - O órgão competente organizará as listas de promoção para cada classe, que deverão conter os nomes dos funcionários classificados.

Artigo 44 - Não poderá ser promovido o funcionário nos seguintes casos:

I - quando não tenha o interstício de 730 dias de efetivo e ininterrupto exercício na classe;

II - enquanto em estágio probatório;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

III - se estiver suspenso disciplinarmente, em virtude de decisão administrativa.

Artigo 45 - Ao funcionário afastado para tratar de interesse particular, somente se abonarão as vantagens decorrentes da promoção a partir da data da reassunção.

Artigo 46 - O funcionário suspenso preventivamente poderá ser promovido, mas a promoção será tomada sem efeito se sobrevier a procedência da penalidade aplicada.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o funcionário perceberá o vencimento correspondente ao novo grau e somente após ter sido tornada sem efeito a penalidade aplicada, caso em que a promoção surtirá seus efeitos, de conformidade com o disposto no artigo 41, parágrafo único.

Artigo 47 - O período em que o funcionário estiver suspenso não será computado para efeito de promoção e a aplicação dessa penalidade interrompe o curso do interstício mínimo previsto no artigo 44, inciso I.

Artigo 48 - Só por antiguidade poderá ser promovido o funcionário em exercício de mandato eletivo.

Artigo 49 - Os direitos e vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da data prevista no parágrafo único do artigo 41.

Artigo 50 - Será anulada a promoção feita indevidamente e, assim ocorrendo, será promovido quem de direito.

§ 1º - O funcionário indevidamente promovido não ficará obrigado à restituição do que a mais houver percebido, salvo se comprovado dolo ou má-fé de sua parte.

§ 2º - O funcionário a quem cabia a promoção será então promovido, fazendo jus às diferenças de vencimento a que tiver direito, desde a data prevista no parágrafo único, do artigo 41.

Artigo 51 - É facultado ao funcionário provocar a abertura do competente processo de promoção, quando não for instaurado no prazo previsto nesta lei (artigo 41, parágrafo único).

Artigo 52 - Compete ao órgão de pessoal processar a promoção, respeitadas as disposições desta lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAPITULO XII
DA READAPTAÇÃO

Artigo 53 - Readaptação é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física e mental verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptado será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargos de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

Artigo 54 - A readaptação não acarretará aumento ou diminuição de vencimentos.

Artigo 55 - é vedada a readaptação para cargo de provimento em comissão.

CAPITULO XIII
DA POSSE

Artigo 56 - Posse é o ato através do qual o poder público expressamente, outorga e o funcionário, expressamente, aceita as atribuições e os deveres inerentes ao cargo público, adquirindo, assim, a sua titularidade.

Parágrafo Unico - São competentes para dar posse:-

I - o Prefeito, aos Secretários Municipais e agentes políticos a estes equiparados, e aos dirigentes de autarquias e fundações públicas;

II - o responsável pelo órgão de pessoal, nos demais casos.

Artigo 57 - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo Unico - Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para exercício do cargo.

Artigo 58 - A posse verificar-se-á mediante a assinatura do funcionário e da autoridade competente, de termo lavrado em livro próprio, do qual constará obrigatoriamente o compromisso do funcionário de cumprir fielmente os deveres do cargo e os constantes desta lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 1º - A posse poderá ser efetivada por procuração outorgada com poderes especiais;

§ 2º - No ato da posse, o funcionário declarará se exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública remunerada, na administração direta ou em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou, ainda, em fundação pública.

§ 3º - Os ocupantes de cargos de direção e/ou chefia farão, no ato da posse, declaração de bens.

§ 4º - A não observância dos requisitos exigidos para preenchimento do cargo implicará a nulidade do ato de nomeação e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Artigo 59 -A posse somente ocorrerá nos casos de provimento de cargo por nomeação e acesso.

Artigo 60 - A posse deverá se verificar no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo poderá, a critério da autoridade nomeante, ser prorrogado por trinta dias, desde que assim o requeira, fundamentadamente, o interessado.

§ 2º - A contagem do prazo a que se refere este artigo poderá ser suspensa até o máximo de cento e vinte dias, a partir da data em que o funcionário demonstrar que está impossibilitado de tomar posse por motivo de doença apurada em inspeção médica.

§ 3º - O prazo previsto neste artigo, para aquele que, antes de tomar posse, for incorporado às Forças Armadas, será contado a partir da data de desincorporação.

Artigo 61 - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação, se a posse não se der no prazo previsto no art. 60 e seus parágrafos.

CAPITULO XIV
DO EXERCICIO

Artigo 62 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições e deveres do cargo.

Parágrafo Único - O inicio, a interrupção, o reinicio e a cessação do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Artigo 63 - O chefe imediato do funcionário é a autoridade competente para autorizar-lhe o exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 64 - O exercício do cargo deverá, obrigatoriamente, ter inicio no prazo de trinta dias, contados:-

I - da data da posse;

II - da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração, reversão e aproveitamento.

Artigo 65 - O funcionário que não entrar em exercício, dentro do prazo previsto será exonerado do cargo.

Artigo 66 - O afastamento do funcionário para participação em congressos, certames desportivos, culturais ou científicos, poderá ser autorizado pelo Chefe do Executivo, na forma estabelecida em decreto.

Artigo 67 - Nenhum funcionário poderá ter exercício fora do Município, em missão de estudos ou de outra natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação da autoridade competente.

§ 1º - Ressalvados os casos de absoluta conveniência, a juízo da autoridade competente, nenhum funcionário poderá permanecer por mais de dois anos em missão fora do Município, nem vir a exercer outra, se não depois de decorridos quatro anos de efetivo exercício no Município, contados da data do regresso.

§ 2º - Independerá de autorização o afastamento do funcionário para exercer função eletiva.

Artigo 68 - O funcionário preso em flagrante ou preventivamente, pronunciado ou indiciado por crime inafiançável, terá o exercício suspenso até a decisão final transitada em julgado.

Parágrafo Único - Durante a suspensão, o funcionário perceberá apenas 2/3 (dois terços) da remuneração e terá direito às diferenças, corrigidas monetariamente, se for absolvido.

CAPITULO XV
DA FIANÇA

Artigo 69 - O funcionário investido em cargo cujo provimento, por disposição legal, dependa de fiança, não poderá entrar em exercício sem cumprir essa exigência.

Parágrafo Único - O valor da fiança será estabelecida na lei criadora do cargo.

Artigo 70 - A fiança poderá ser prestada:-

I - em dinheiro;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

II - em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidos por institutos oficiais ou campanhas legalmente autorizadas;

III - em títulos de dívida pública da União, do Estado ou do Município.

§ 1º - É vedado o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

§ 2º - O valor da fiança, corrigido monetariamente, será devolvido ao funcionário, após a tomada de contas efetivadas pela autoridade competente.

§ 3º - O responsável por alcance ou desvio não ficará isento da responsabilidade administrativa ou criminal que couber, ainda que o valor da fiança seja superior ao prejuízo verificado.

CAPITULO XVI
DA REMOÇÃO

Artigo 71 - Remoção é o deslocamento do funcionário de uma unidade para outra, dentro do mesmo órgão de lotação, a pedido do funcionário interessado.

Artigo 72 - A remoção por permuta será processada a pedido escrito dos interessados, com a concordância das respectivas chefias, atendida a conveniência administrativa.

Artigo 73 - O funcionário removido deverá assumir de imediato o exercício na unidade para a qual foi deslocado, salvo quando em férias, licença ou desempenho de cargo em comissão, hipóteses em que deverá se apresentar no primeiro dia útil após o término de impedimento.

CAPITULO XVIII
DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 74 - Haverá substituição remunerada no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo público efetivo ou em comissão.

Artigo 75 - A substituição recairá sempre em funcionário público titular de cargo de provimento efetivo, que possua habilitação para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo do substituído.

Parágrafo Único - Quando a substituição for de cargo pertencente a carreira, a designação deverá recair sobre um de seus integrantes, dando-se preferência ao próximo imediato da carreira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 76 - A substituição será automática quando prevista em lei e dependerá de ato da autoridade competente quando for efetivada para a conveniência administrativa.

§ 1º - A autoridade competente para nomear será competente para formalizar, por ato próprio, a substituição.

§ 2º - O substituto desempenhará as atribuições de cargo enquanto perdurar o impedimento do titular.

Artigo 77 - O substituto, durante todo o tempo da substituição, terá direito a perceber o vencimento e as vantagens pecuniárias inerentes ao cargo do substituído, sem prejuízo das vantagens pessoais a que tiver direito, podendo optar pelo vencimento do cargo de que é ocupante em caráter efetivo.

Parágrafo Único -Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições; a substituição automática será gratuita se inferior, inclusive, a cinco dias úteis.

Artigo 78 - Os tesoureiros, caixas e outros funcionários que tenham valores sob guarda, em caso de impedimento, poderão ser substituídos por funcionários que indicarem, de sua confiança.

Parágrafo Único - Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições.

Artigo 79 - A substituição não gerará direito do substituto em incorporar, aos seus vencimentos, a diferença entre a sua remuneração e a do substituído.

CAPITULO XVIII
DA VACANCIA

Artigo 80 - Dar-se-á vacância, quando o cargo público ficar destituído de titular, em decorrência de:-

I - exoneração;

II - demissão;

III - acesso;

IV - transferência;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

V - readaptação;

VI - aposentadoria;

VII - falecimento;

§ 1º - Dar-se-á exoneração:-

I - a pedido do funcionário;

II - a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de ocupante de cargo de provimento em comissão;

III - se o funcionário não entrar em exercício no prazo legal;

IV - quando o funcionário, durante o estágio probatório, não demonstrar que reúne as condições necessárias ao bom desempenho das atribuições do cargo.

§ 2º - A demissão será aplicada como penalidade, nos casos previstos nesta lei.

TITULO III
DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I
DO TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 81 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

Parágrafo Único - O número de dias será convertido em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Artigo 82 - Será considerado de efetivo exercício o período de afastamento, em virtude de :-

I - férias;
II - casamento, até oito dias consecutivos;
III - luto, até dois dias consecutivos, a critério da chefia, por falecimento de cunhados, genros e noras, com apresentação de Atestado de Obito;
IV - luto, até oito dias consecutivos, por falecimento de cônjuge, pais, filhos, irmãos, sogros e descendentes; padrasto, madrasta, com apresentação de Atestado de Obito;
V - exercício de outro cargo municipal, de provimento em comissão;
VI - convocações para obrigações decorrentes do serviço militar;
VII - prestação de serviços no júri e outros

obrigatórios por lei;

VIII - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal, ou no Distrito Federal;

IX - licença-prêmio;

X - licença à funcionária gestante ou licença adoção;

XI - licença compulsória;

XII - licença paternidade;

XIII - licença a funcionário acidentado em serviço para tratamento de saúde, ou acometido de doença profissional ou moléstia grave;

XIV - missão ou estudo de interesse do Município, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido autorizado pela autoridade competente;

XV - faltas abonadas, nos termos deste Estatuto;

XVI - participação em delegação esportiva oficial, devidamente autorizada pela autoridade competente;

XVII - um dia por doação de sangue;

XVIII - serviço para desempenho da Presidência do Sindicato dos Funcionários Públicos.

§ 1º - É vedada a contagem em dobro do tempo de serviço prestado simultaneamente em dois cargos, ou funções públicas, junto à administração direta ou indireta.

§ 2º - No caso do inciso VIII, o tempo de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

CAPITULO II
DAS FÉRIAS

Artigo 83 - O funcionário terá direito, anualmente, ao gozo de trinta dias consecutivos de férias, de acordo com a escala organizada pelo órgão competente.

§ 1º - Somente depois do primeiro ano de exercício no cargo público, o funcionário adquirirá direito a férias;

§ 2º - O gozo das férias será remunerada com um terço a mais do que o vencimento normal, que poderá ser pago antecipadamente.

§ 3º - durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se em exercício estivesse.

§ 4º - As faltas ao serviço, somente poderão ser levadas à conta de férias, mediante exposição de motivos justificadas de chefia imediata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 84 - Em casos excepcionais, a critério da administração e a pedido do funcionário, as férias poderão ser gozadas em dois períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior à dez dias.

Artigo 85 - é proibida a acumulação de mais de dois períodos de férias.

§ 1º - Por absoluta necessidade de serviço, as férias do funcionário poderão ser indeferidas pela administração pelo prazo máximo de dois anos consecutivos.

§ 2º - Em caso de acumulação de férias, poderá o funcionário gozá-las ininterruptamente.

§ 3º - Somente serão consideradas como não gozadas, por absoluta necessidade do serviço, as férias que o funcionário deixar de gozar, mediante decisão escrita da autoridade competente, exarada em processo administrativo e publicada na forma legal, dentro do exercício a que elas correspondam.

Artigo 86 - Salvo comprovada necessidade de serviço o funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

Artigo 87 - É facultado ao funcionário público converter um terço do período das férias em abono pecuniário, desde que o requeira no momento de sua solicitação, que deverá ser efetivada trinta dias antes do inicio de sua fruição.

CAPITULO III
DAS LICENÇAS

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 88 - Serão concedidas:-

I - licença para tratamento de saúde;
II - licença por motivo de doença em pessoa da família;
III - licença a funcionária gestante;
IV - licença adoção;
V - licença paternidade;
VI - licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente de trabalho;
VII - licença para prestar serviço militar;
VIII - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro de funcionário ou militar;
IX - licença compulsória;
X - licença prêmio;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

XI - licença para tratar de interesses particulares;
XII - licença especial.

Parágrafo Único - O ocupante de cargo de provimento em comissão não terá direito à licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 89 - A licença que depender de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou no atestado proveniente do órgão oficial competente.

Artigo 90 - Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente, o exercício das atribuições do cargo.

Artigo 91 - O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá se dedicar a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e ser promovida a sua responsabilidade.

Artigo 92 - A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido do interessado, desde que fundada em novo exame médico oficial.

Parágrafo Único - O pedido deverá ser apresentado pelo menos três dias antes de findar o prazo da licença, se indeferido, será considerado como de licença, o período compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

Artigo 93 - As licenças concedidas dentro de trinta dias, contados do término da anterior, serão consideradas como prorrogação.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, somente serão levados em consideração as licenças da mesma natureza.

Artigo 94 - O funcionário não poderá permanecer em licença, por prazo superior a quatro anos.

Artigo 95 - O funcionário em gozo de licença deverá comunicar, sempre que possível, ao chefe da repartição o local onde possa ser encontrado.

INCISO I
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Artigo 96 - Ao funcionário impossibilitado de exercer o cargo por motivo de saúde será concedida licença pelo órgão oficial competente, a pedido do interessado ou de ofício.

Parágrafo Único - Em ambos os casos, é indispensável o exame médico que poderá ser realizado, quando necessário, na residência do funcionário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 97 - O exame para a concessão da licença para tratamento de saúde será feito por médico oficial ou oficialmente credenciado ou, ainda, por órgão oficial do Município.

§ 1º - O atestado ou laudo passado por médico ou junta médica particular só produzirá efeitos após a homologação pelo serviço de saúde do Município.

§ 2º - As licenças superiores a sessenta dias dependerão de exame do funcionário por junta médica oficial do serviço de saúde do Município.

Artigo 98 - Será punido disciplinarmente, com suspensão de trinta dias, o funcionário que recusar a se submeter a exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame.

Artigo 99 - Considerado apto, em exame médico, o funcionário reassumirá o exercício do cargo, sob pena de serem considerados como faltas injustificadas os dias de ausência.

Parágrafo Único - No curso da licença poderá o funcionário requerer exame médico, caso se julgue em condições de reassumir o exercício do cargo.

Artigo 100 - A licença do funcionário acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, síndrome da imunodeficiência adquirida e outras admitidas na legislação previdenciária nacional, será concedida, quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Artigo 101 - Será integral a remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde, ou acometido dos males previstos no artigo anterior.

INCISO II
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

Artigo 102 - O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença de ascendente, descendente de 1º grau, cônjuge não separado legalmente, companheiro ou companheira, padrasto ou madrasta, enteado e filhos adotivos, mediante comprovação médica.

§ 1º - A licença somente será concedida se o funcionário provar que sua assistência pessoal e permanente é indispensável, não podendo ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - Provar-se-á a doença mediante exame médico.

§ 3º - A licença de que trata este artigo não poderá ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.

§ 4º - A licença de que trata este artigo será concedida, com remuneração integral, até um mês, e, após, com os seguintes descontos:-

I - de um terço, quando exercer um mês e prolongar-se até três meses;

II - de dois terços, quando exercer três e prolongar-se até seis meses;

III - sem remuneração, a partir do sétimo mês ao vigésimo quarto mês.

INCISO III
DA LICENÇA A FUNCIONARIA GESTANTE

Artigo 103 - A funcionária gestante será concedida, mediante exame médico, licença de cento e vinte dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º - Salvo prescrição médica em contrário, a licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º - Ocorrido e comprovado o parto, sem que tenha sido requerida a licença, a funcionária entrará, automaticamente, em licença pelo prazo previsto neste artigo.

§ 3º - Após o término da licença e até que a criança complete seis meses de idade, a funcionária terá direito a dois descansos especiais de meia hora cada, para amamentação.

Artigo 104 - No caso de aborto legal, será concedido licença para tratamento de saúde, na forma prevista neste Estatuto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

INCISO IV
DA LICENÇA ADOÇÃO

Artigo 105 - A funcionária que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 ano de idade, serão concedidos noventa dias de licença remunerada.

Parágrafo Único - No caso de adoção ou guarda judicial de criança de 1 a 7 anos de idade, o prazo de que trata este artigo será de quarenta dias.

INCISO V
DA LICENÇA PATERNIDADE

Artigo 106 - Ao funcionário será concedida licença paternidade de cinco dias consecutivos contados da data do nascimento de seu filho, sem prejuízo de sua remuneração.

Artigo 107 - Em caso de natimorto registrado, contar-se-á o prazo de oito dias conforme o previsto no art. 81, inciso IV.

INCISO VI
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA PROFISSIONAL OU EM DECORRENCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

Artigo 108 - O funcionário, acometido de doença profissional ou acidentado em serviço, terá direito a licença para tratamento de saúde com remuneração integral.

§ 1º - Acidente é o dano físico ou mental sofrido pelo funcionário e que relacione mediata ou imediatamente, com as atribuições de seu cargo.

§ 2º - Considera-se também acidente:-

I - o dano decorrente de agressão sofrida e não provocada injustamente pelo funcionário, no exercício de suas atribuições ou em razão delas;

II - o dano sofrido no percurso entre a residência e o trabalho.

Artigo 109 - Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço, devendo o laudo médico estabelecer o nexo de causalidade entre a doença e os fatos que a determinam.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 110 - Verificada em caso de acidente, a incapacidade total para qualquer função pública ao funcionário será concedida, desde logo, aposentadoria com proventos integrais.

§ 1º - No caso de incapacidade parcial e permanente, ao funcionário será assegurada a readaptação.

§ 2º - A comprovação de acidente deverá ser feita no prazo de dez dias, a contar do acidente ou constatação da doença, por junta médica oficial do Município.

INCISO VII
DA LICENÇA PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Artigo 111 - Ao funcionário convocado para o serviço militar ou outros encargos de defesa nacional, será concedida licença com remuneração integral.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º - Da remuneração será descontada a importância que o funcionário perceber, a qualidade, a qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º - O funcionário desincorporado reassumirá o exercício das atribuições de seu cargo dentro do prazo de trinta dias, contados da data da desincorporação, sendo-lhe garantido o direito de perceber sua remuneração integral, durante este período.

§ 4º - A licença de que trata este artigo será também concedida ao funcionário que houver feito curso de formação de oficiais da reserva das Forças Armadas, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se-lhe o disposto no § 2º deste artigo.

INCISO VIII
DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CONJUGE OU COMPANHEIRO DE FUNCIONARIO OU MILITAR

Artigo 112 - O funcionário casado ou companheiro de funcionário público civil ou militar, terão direito a licença sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro forem designados para prestar serviços fora do Município.

Parágrafo Único - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar a nova designação do cônjuge ou companheiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

INCISO IX
DA LICENÇA COMPULSORIA

Artigo 113 - O funcionário que for considerado, a juízo da autoridade sanitária competente, suspeito de ser portador de doença transmissível será afastado do serviço público.

§ 1º - resultando positiva a suspeita, o funcionário será licenciado para tratamento de saúde, incluídos na licença os dias em que esteve afastado.

§ 2º - Não sendo procedente a suspeita, o funcionário deverá reassumir imediatamente o seu cargo, considerando-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período de afastamento.

INCISO X
DA LICENÇA PREMIO

Artigo 114 - Após cada quinquênio de ininterrupto exercício, o servidor fará jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§ 1º - A licença prêmio, com as vantagens do cargo em comissão, somente será concedida ao funcionário que o venha exercendo, no período aquisitivo, por mais de dois anos.

Artigo 115 - Não terá direito à licença prêmio o funcionário que, dentro do período aquisitivo, houver:-

I - sofrida pena de suspensão;

II - por motivo de doença em pessoa da família, se afastado por mais de 120 dias;

III - para trato de interesses particulares;

IV - por motivo de afastamento do cônjuge, quando o funcionário ou militar, por mais de 90 dias.

Parágrafo Único - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.

Artigo 116 - A licença prêmio somente será concedido pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara, ou pelos diretores de autarquias e fundações públicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 117 - A licença prêmio poderá, a pedido do funcionário, ser gozada integral ou parceladamente, até dois períodos não inferiores a 30 dias, atendido o interesse da administração.

Artigo 118 - A autoridade competente, tendo em vista o interesse da administração, devidamente fundamentado, decidirá dentro dos três meses do requerimento da licença prêmio, quanto à data de seu inicio e a sua concessão, por inteiro ou parceladamente.

Artigo 119 - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença prêmio.

Artigo 120 - A concessão de licença prêmio dependerá de novo ato, quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro dos trinta dias seguintes da publicação, daquele que a deferiu.

Artigo 121 - Ao funcionário que completar cinco anos de ininterrupto e efetivo exercício poderá, a critério da administração, ser concedido o direito de receber, em dinheiro, a metade da licença prêmio a que fizer jus, se assim o requerer no prazo de até trinta dias antes do inicio da fruição da licença.

Parágrafo único - O número de funcionários em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade.

INCISO XI
DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Artigo 122 - O funcionário estável terá, a critério da autoridade competente, direito a licença para tratar de interesses particulares, sem vencimento e por período não superior a dois anos.

§ 1º - A licença será indeferida quando o afastamento do funcionário for incoveniente ao serviço público, mediante justificativa circunstanciada da autoridade competente.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença.

Artigo 123 - Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de completar dois anos de efetivo exercício no cargo.

Artigo 124 - A autoridade que houver concedido a licença poderá determinar o retorno do funcionário licenciado, sempre que o exigir o interesse público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 125 - O funcionário poderá, a qualquer tempo, reassumir o exercício das atribuições do cargo, cessando, assim, os efeitos da licença.

Artigo 126 - O funcionário não obterá nova licença para tratar de interesses particulares, antes de decorridos dois anos do término da anterior.

INCISO XII
DA LICENÇA ESPECIAL

Artigo 127 - O funcionário designado para missão, estudo ou competição esportiva oficial, em outro Município, ou no exterior, terá direito a licença especial.

§ 1º - Existindo relevante interesse municipal, devidamente justificado e comprovado, a licença será concedida, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo.

§ 2º - O inicio da licença coincidirá com a designação e seu término com a conclusão da missão, estudo ou competição, até o máximo de dois anos.

§ 3º - A prorrogação da licença somente ocorrerá, em casos especiais, a requerimento do funcionário, mediante comprovada justificativa.

Artigo 128 - O ato de conceder a licença deverá ser precedido de justificativa, que demonstre a necessidade ou o relevante interesse da missão, estudo ou competição.

CAPITULO IV
DAS FALTAS

Artigo 129 - Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

Parágrafo Único - Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza ou circunstância, principalmente pela conseqüência no âmbito da família, possa constituir escusa do não comparecimento.

Artigo 130 - O funcionário que faltar ao serviço ficará obrigado a requerer, por escrito, a justificação da falta a seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer a repartição, sob pena de sujeitar-se às conseqüências da ausência.

§ 1º - Não serão justificadas as faltas que excederem a doze por ano, não podendo ultrapassar a duas por mês.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - O chefe imediato do funcionário decidirá sobre a justificação das faltas, até o máximo de doze por ano, no prazo de três dias.

§ 3º - A justificação das que excederem 12 por ano, até o limite de 24, será submetida, devidamente informada pelo chefe imediato, à decisão de seu superior, no prazo de cinco dias.

§ 4º - Para a justificação da falta poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.

§ 5º - Decidido o pedido de justificação de falta, será o requerimento encaminhado ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

Artigo 131 - As faltas ao serviço, até o máximo de seis por ano, não excedendo a uma por mês, poderão ser abonadas, por moléstia ou por outro motivo justificado, a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o funcionário comparecer ao serviço.

§ 1º - Abonada a falta, o funcionário terá direito ao vencimento correspondente àquele dia de serviço.

§ 2º - A moléstia ser provada por atestado médico e a aceitação de outros motivos ficará a critério da chefia imediata do funcionário.

§ 3º - O pedido de abono deverá ser feito pelo funcionário no primeiro dia que comparecer ao serviço, em requerimento escrito ao seu chefe imediato.

CAPITULO V
DA DISPONIBILIDADE

Artigo 132 - Extinto o cargo ou declarada sua disponibilidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada integralmente até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 1º - A extinção dos cargos será efetivada através de lei, no caso de pertencerem à Prefeitura e Autarquias e fundações públicas Municipais.

§ 2º - A extinção de cargos será efetivada através de resolução, no caso de pertencerem a Câmara Municipal.

§ 3º - A declaração de desnecessidade do cargo será efetivada por Ato próprio do Prefeito, Mesa da Câmara, ou Diretor de autarquia ou fundação pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAPITULO VI
DA APOSENTADORIA

Artigo 133 - O funcionário será aposentado:-

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:-

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais.

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora com proventos integrais.

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - O tempo de serviço público federal, estadual, municipal, ou prestado ao Distrito Federal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos funcionários em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função, em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 3º - O benefício da pensão por morte corresponderá a cem por cento dos vencimentos ou proventos do funcionário falecido.

§ 4º - Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca por tempo de serviço na atividade privada, rural e urbana, devendo ser comprovado por qualquer forma em direito admitidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 134 - A partir da apresentação dos documentos de aposentadoria, o departamento competente terá 30 (trinta) dias, para homologar a mesma, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

Artigo 135 - A aposentadoria produzirá seus efeitos, a partir da publicação do ato em órgão oficial, obedecendo as seguintes carências ao Instituto de Previdência e Benefício dos servidores públicos do Município:

I - aos servidores nomeados para cargo em comissão ou efetivo, anteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 60 (sessenta) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória;

II - aos servidores nomeados para o cargo em comissão ou efetivo, posteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 120 (cento e vinte) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção, de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória.

CAPITULO VII
DA ACUMULAÇÃO REMUNERADA

Artigo 136 - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:-

I - a dois cargos de professor;
II - a de uma cargo de professor com outro técnico ou científico;
III - a de juiz com um cargo de magistério;
IV - a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º - Em qualquer dos casos previstos neste artigo, a acumulação só será permitida, havendo compatibilidade de horários.

§ 2º - A proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Artigo 137 - Verificada a acumulação proibida, deverá o funcionário optar por um dos cargos, empregos ou funções exercidas, no prazo de 15 dias do conhecimento da Notificação.

Parágrafo Único - Provado, em processo administrativo a má-fé, o funcionário perderá o cargo, sem prejuízo da restituição do que tiver recebido indevidamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 138 - As autoridades que tiverem conhecimento de qualquer acumulação indevida, comunicarão o fato ao Departamento de Pessoal, sob pena de responsabilidade, nos termos da lei.

CAPITULO VIII
DA ASSISTENCIA AO FUNCIONARIO

Artigo 139 - O Município poderá dar assistência ao funcionário e sua família, concedendo entre outros, os seguintes benefícios:-

I - assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - previdência social e seguros;

III - curso de aperfeiçoamento, treinamento ou especialização profissional, em matéria de interesse municipal.

IV - assistência judiciária.

Artigo 140 - A lei determinará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos neste Capítulo.

Parágrafo Unico - Outros benefícios poderão ser concedidos desde que instituídos por lei.

Artigo 141 - Todo funcionário será inscrito em instituição de previdência social.

Artigo 142 - O Município deverá instituir, em lei, contribuição, cobrada de seus funcionários, para o custeio, em benefício destes, de serviços de previdência e assistências sociais.

CAPITULO IX
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Artigo 143 - É assegurado ao funcionário o direito de requerer, representar, pedir consideração e recorrer, em defesa de direito de interesse legítimo.

Artigo 144 - O requerimento, representação, pedido de reconsideração e recurso serão encaminhados à autoridade competente, por intermédio da autoridade imediatamente superior ao peticionário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 1º - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão e somente será cabível quando contiver novos argumentos.

§ 2º - Nenhum pedido de reconsideração poderá ser renovado.

§ 3º - Somente caberá recurso quando houver pedido de reconsideração não conhecido ou indeferido.

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, em última instância, ao Prefeito.

§ 5º - Nenhum recurso poderá ser renovado.

§ 6º - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, salvo nos casos previstos em lei.

Artigo 145 - Salvo disposição expressa em contrário, é de trinta dias o prazo para interposição de pedidos de reconsideração e recurso.

§ 1º - O prazo a que se refere esse artigo começará a fluir a partir da comunicação oficial da decisão a ser reconsiderada ou recorrida.

§ 2º - Os pedidos de reconsideração e recursos serão decididos dentro do período de trinta dias contados da interposição.

Artigo 146 - O direito de pleitear administrativamente prescreverá:-

I - em cinco anos, nos casos relativos a demissão, aposentadoria e disponibilidade ou que afetem interesses patrimoniais e créditos resultantes das relações funcionais com a administração.

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em Lei Municipal.

Artigo 147 - O prazo de prescrição terá seu termo inicial na data da publicação oficial do ato ou, quando este for de natureza reservada para resguardar direito do funcionário, na data da ciência do interessado.

Artigo 148 - O recurso, quando cabível, interrompe o curso da prescrição.

Parágrafo Único - Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAPITULO IV
DO VENCIMENTO E DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

CAPITULO I
DO VENCIMENTO

Artigo 149 - Os vencimentos dos cargos da Prefeitura e da Câmara Municipal, autarquias e fundações públicas, deverão ser iguais, desde que suas atribuições sejam iguais ou semelhantes.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não se levará em conta as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

Artigo 150 - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimento para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Artigo 151 - As vantagens pecuniárias percebidas pelos funcionários não serão computadas nem acumuladas, para concessão de vantagens ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Artigo 152 - A lei estabelecerá a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos funcionários públicos municipais, observado o disposto no artigo 153.

Artigo 153 - O limite máximo da remuneração percebida em espécie, qualquer título, pelos funcionários públicos será correspondente à remuneração percebida, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Remuneração percebida em espécie pelo Prefeito Municipal é o subsídio mais a verba de representação.

§ 2º - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com o disposto neste artigo, serão imediatamente reduzidos ao limite dele decorrente, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido à irredutibilidade de vencimentos, ou percepção de excesso a qualquer título.

§ 3º - Não se considera para efeito desse artigo, as seguintes vantagens:-

I - diárias;

II - ajudas de custo;

III - gratificação de natal (13º salário);

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

IV - adicional de férias;

V - gratificação por tempo de serviço;

VI - salário família.

Artigo 154 - Ressalvado o disposto no § 2º do artigo anterior, os vencimentos dos funcionários públicos são irredutíveis.

Parágrafo Único - Os ocupantes de cargos efetivos, que exerçam função superior por mais de 2 anos consecutivos, terão incorporado os vencimentos e vantagens da função superior, inclusive para efeito de aposentadoria, ainda que retornem a seus cargos de origem.

Artigo 155 - O funcionário não perceberá:-

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previsto neste Estatuto;

II - um terço da remuneração do dia, quando comparecer no serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o inicio do trabalho, ou se retirar até uma hora antes do seu término.

Artigo 156 - Salvo as exceções expressamente previstas em lei, é vedado à Administração Pública efetuar qualquer desconto nos vencimentos dos Servidores sem prévia e expressa autorização.

Parágrafo Único - Em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, a Administração deve descontar nos vencimentos de seus funcionários, a prestação alimentícia, nos termos e nos limites determinados pela sentença.

Artigo 157 - O horário de trabalho será fixado pela autoridade competente, de acordo com a natureza e a necessidade do serviço, cuja duração não poderá ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo aos exercentes de cargo em comissão, que permanecerão a livre disposição da autoridade nomeante.

Artigo 158 - O funcionário-estudante poderá ter sua jornada de trabalho reduzida em até uma hora, a critério da Administração.

Artigo 159 - A freqüência do funcionário será apurada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

I - pelo ponto;

II - pela forma determinada em ato próprio da autoridade competente, quanto aos funcionários não sujeitos a ponto.

Parágrafo Único - Para registro do ponto serão usados, de preferência, meios mecânicos.

CAPITULO II
DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

Artigo 160 - Além do vencimento, poderão ser concedidos ao funcionário as seguintes vantagens:-

I - diárias;

II - gratificações;

III - ajudas de custo;

IV - adicionais por tempo de serviço;

V - salário família;

VI - auxílio natalidade;

VII - auxílio para diferença de caixa;

VIII - adicional noturno

SEÇÃO I
DAS DIARIAS

Artigo 161 - Ao funcionário que, por determinação da autoridade competente, se deslocar do Município temporariamente, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da Administração, serão concedidas, além do transporte, diária à título de indenização das despesas de alimentação e pousada, nas bases a serem fixadas em lei.

Parágrafo Único - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pousada fora do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 162 - O funcionário que receber diárias e não se afastar do Município por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

Parágrafo Único - Na hipótese de o funcionário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no "caput".

SEÇÃO II
DAS GRATIFICAÇÕES

Artigo 163 - Será concedida gratificação:-

I - pela prestação de serviços extraordinários;

II - pela execução de trabalho insalubre, perigoso ou penoso;

III - pela participação em órgão de deliberação coletiva ou banca examinadora;

IV - gratificação para médicos e dentistas;

V - de natal (13º salário);

VI - de função.

SUBSEÇÃO I
DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Artigo 164 - O funcionário público ocupante de cargo de provimento efetivo, quando convocado para trabalhar em horário diverso de seu expediente, terá direito a gratificação por serviços extraordinários.

§ 1º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário com objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.

§ 2º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário a ocupante de cargo em comissão.

Artigo 165 - A gratificação será paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado, que exceda o período normal do expediente, acrescido cinqüenta por cento do valor da hora normal de trabalho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 1º - Salvo os casos de convocação de emergência, devidamente justificados, o serviço extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias.

§ 2º - Quando o serviço extraordinário for noturno, assim entendido o que for prestado no período compreendido entre vinte e duas e cinco horas, o valor será acrescido de mais vinte por cento.

§ 3º - Quando o serviço extraordinário for prestado em domingo e feriado, o funcionário receberá em dobro as horas trabalhadas.

SUBSEÇÃO II
DA GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHO INSALUBRE, PERIGOSO OU PENOSO

Artigo 166 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os funcionários a agentes nocivos à saúde.

Parágrafo Único - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério de Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Artigo 167 - Serão consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, ou método de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos, em condições de risco acentuado.

Parágrafo Único - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao funcionário um adicional de 30% sobre o vencimento.

Artigo 168 - Serão consideradas atividades ou operações penosas, aquelas que, por sua natureza, ou método de trabalho, exponham o funcionário público a esforço físico acentuado e desgastante.

Parágrafo Único - O trabalho em condições penosas assegura ao funcionário um adicional de 30% sobre o vencimento.

Artigo 169 - O direito ao adicional de insalubridade, de periculosidade ou de penosidade, cessa, com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 170 - Haverá permanente controle da atividade de funcionários em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único - A funcionária gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

SUBSEÇÃO III
DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ORGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA OU BANCA EXAMINADORA

Artigo 171 - Ao funcionário público designado para participar em órgão de deliberação coletiva ou aquele que participar como membro ou auxiliar de banca ou comissão examinadora de concurso público, será concedida gratificação de 10%

Parágrafo Único - A gratificação poderá ser paga tantas vezes quanto for o funcionário designado para o exercício do encargo a que se refere o "caput" deste artigo, nunca se incorporando aos vencimentos do funcionário.

SUBSEÇÃO IV
DA GRATIFICAÇÃO PARA MÉDICOS E DENTISTAS

Artigo 172 - Os funcionários médicos e dentistas, lotados no setor municipal de saúde, em efetivo exercício, terão uma gratificação mensal de 25% (vinte e cinco por cento), sobre a remuneração percebida.

Parágrafo único - Os funcionários referidos no "caput" deste artigo, somente terão jus a gratificação,se durante o mês trabalhado, não tiverem nenhuma falta, ainda que justificada.

SUBSEÇÃO V
DA GRATIFICAÇÃO DE NATAL (13º SALARIO)

Artigo 173 - O funcionário terá direito a uma gratificação de Natal a ser paga até o dia 20 no mês de dezembro de cada ano.

§ 1º - A gratificação prevista neste artigo corresponderá a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§ 2º - Será considerada para efeito de cálculo de gratificação natalina, a média duodecimal das horas extras efetuadas no decorrer do ano vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 3º - O servidor poderá pleitear até o dia 31 de janeiro, se quiser, a metade de sua gratificação de natal (13º salário) para recebimento junto com suas férias.

Artigo 174 - O funcionário exonerado ou demitido perceberá o décimo terceiro salário proporcionalmente aos meses de exercício, calculado sobre a remuneração do mês da exoneração.

SUBSEÇÃO VI
DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Artigo 175 - A gratificação de função será devida ao funcionário que for designado para atender, temporariamente, encargo de chefia ou outro que não justifique a criação de cargo.

§ 1º - O valor da gratificação a que se refere este artigo será de 10% (dez por cento) do vencimento do funcionário designado.

§ 2º - A vantagem somente será devida enquanto perdurar o efetivo desempenho das atribuições que justificaram a concessão da gratificação.

§ 3º - A gratificação de função não se incorpora ao vencimento do funcionário.

Artigo 176 - Os funcionários exercentes de cargos em comissão não fazem jus à gratificação prevista no artigo anterior

SEÇÃO III
DA AJUDA DE CUSTO

Artigo 177 - Ao funcionário que receber a incumbência de missão ou estudo que o obrigue a permanecer fora do Município por mais de trinta dias poderá ser concedida ajuda de custo, sem prejuízo das diárias que lhe couberem.

Artigo 178 - A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do funcionário, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a três meses.

Artigo 179 - Não será concedida ajuda de custo ao funcionário que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

SEÇÃO IV
DOS ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 180 - O funcionário, após cada período de cinco anos contínuos de efetivo desempenho de suas atribuições no serviço público municipal, perceberá adicional por tempo de serviço, calculado à razão de cinco por cento sobre o seu vencimento, ao qual se incorporará para todos os efeitos, exceto para fim de concessão de quinquênios e subseqüentes.

Artigo 181 - O funcionário que completar cinco quinquênios no serviço público municipal perceberá a sexta parte do seu vencimento, ao qual se incorporará automaticamente, para todos os efeitos.

Parágrafo único - O funcionário ocupante de cargo em comissão, e no exercício de cargo em substituição, terá direito ao adicional previsto nesta seção, calculado sobre o vencimento deste cago enquanto nele permanecer.

SEÇÃO V
DO SALARIO FAMILIA

Artigo 182 - O salário família será concedido ao servidor ativo, inativo ou em disponibilidade do serviço público municipal, para os seguintes dependentes:

I - filhos menores de 14 (quatorze) anos;

II - filhos inválidos ou mentalmente incapazes.

§ Único - Compreende-se filho de qualquer condição, aquele que mediante autorização judicial estiver sob a sua guarda e sob sua dependência econômica.

Artigo 183 - Quando mãe e pai forem servidores municipais ativos, inativos ou em disponibilidade do serviço público municipal, o salário família será concedido separadamente.

Artigo 184 - Ao pai e a mãe, equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Artigo 185 - Ocorrendo o falecimento do servidor, o salário família continuará a ser pago aos filhos até completarem os 14 (quatorze) anos.

Parágrafo Único - No caso em que o órgão não tenha exigido os documentos, este poderá ser efetuado mediante requerimento, pelo servidor, para ser efetuado o pagamento do salário família.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 186 - O valor do salário família será fixado nos termos de Lei Federal.

Artigo 187 - Todo aquele que por ação ou omissão efetuar pagamento indevido de salário família, ficará obrigado a restituir o indébito, sem prejuízos das demais cominações legais.

Parágrafo Único - Considera-se responsável, para todos os efeitos, aquele que houver firmado atestados ou declarações falsas, para instrução do pedido de salário família.

SEÇÃO VI
DO AUXILIO NATALIDADE

Artigo 188 - A título de auxílio-natalidade o funcionário terá direito, por nascimento de cada filho, à importância correspondente à 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

§ 1º - Quando o pai e a mãe forem servidores municipais e viverem em comum, o auxílio-natalidade será concedito ao pai.

§ 2º - O auxílio-natalidade será pago até trinta dias contados da data da apresentação, pelo funcionário, da certidão de nascimento respectiva.

§ 3º - O benefício de que se trata o "caput" será devido também ao nati-morto, desde que devidamente registrado.

SEÇÃO VII
DO AUXILIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

Artigo 189 - O auxílio para diferença de caixa, concedido aos tesoureiros ou caixas que, no exercício do cargo, paguem ou recebam em moeda corrente, é fixado em 10% (dez por cento), sobre o valor do seu vencimento.

Parágrafo Único - O auxílio só será devido enquanto o funcionário estiver efetivamente, executando serviços de pagamento ou recebimento, não se incorporando ao seu vencimento.

SEÇÃO VIII
DO ADICIONAL NOTURNO

Artigo 190 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

TITULO V
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I
DOS DEVERES

Artigo 191 - Serão deveres do funcionário além dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo o dos que decorrem, em geral, de sua condição de servidor público:-

I - comparecer ao serviço, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho extraordinários, quando convocado;

II - cumprir as determinações superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando manifestamente ilegais;

III - executar os serviços que lhe competir e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos que lhe for incumbido;

IV - tratar com urbanidade os colegas e o público em geral, atendendo este sem preferência pessoal;

V - providenciar para que sempre esteja atualizada, no assentamento individual, sua declaração de família, de residência e de domicílio;

VI - manter cooperação e solidariedade com relação aos companheiros de trabalho;

VII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com o uniforme que for determinado;

VIII - representar aos superiores sobre irregularidades de que tenha conhecimento;

IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;

X - atender, com preferência a qualquer outro serviço, as requisições de documentos, papéis, informações ou providências destinadas à defesa da Fazenda Municipal;

XI - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;

XIII - ser leal às instituições a que servir;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

XIV - manter observância às normas legais e regulamentos;

XV - atender com presteza:

a) o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvado aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e da Administração;

b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

XVI - manter a conduta compatível com a moralidade administrativa;

XVII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder.

CAPITULO II
DAS PROIBIÇÕES

Artigo 192 - São proibidas ao funcionário toda ação ou omissão capazes de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;

V - referir-se publicamente, de modo depreciativo às autoridades constituídas e aos atos da administração;

VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

VII - compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuges, companheiro ou parente até o segundo grau;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

IX - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

X - exercer comércio entre os companheiros de serviço no local de trabalho;

XI - valer-se de sua qualidade de funcionário, para obter proveito pessoal para si ou para outrem;

XII - pleitear, como procurador ou intermediário, junto à repartições municipais, salvo quando se tratar de interesse do cônjuge ou de parentes, até segundo grau;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem prévia autorização do chefe do Executivo Municipal;

XIV - receber de terceiros qualquer vantagem, por trabalhos realizados na repartição, ou pela promessa de realizá-los;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

XVII - fazer com a Administração Direta ou Indireta contratos de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços com fins lucrativos, para si ou como representante de outrem;

XVIII - exercer ineficientemente suas funções;

XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais do serviço público para fins particulares ou ainda utilizar da sua condição de funcionário público para ratificar atos de sua vida particular;

XX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

CAPITULO III
DA RESPONSABILIDADE

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 193 - O funcionário responderá civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 194 - A responsabilidade civil decorrerá de conduta dolosa ou culposa devidamente apurada, que importe em prejuízo para Fazenda Municipal ou terceiros.

§ 1º - O funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, ou a omissão em efetuar o recolhimento ou entradas, nos prazos legais.

§ 2º - Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidada, mediante desconto em folha, nunca excedente de 20% da remuneração, à falta de outros bens que respondam pela indenização.

§ 3º - Quando o funcionário solicitar exoneração, abandonar o cargo ou for demitido, não terá direito ao parcelamento previsto no parágrafo 2º.

§ 4º - Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em razão regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão judicial que houver condenado a Fazenda Municipal ao ressarcimento dos prejuízos

Artigo 195 - A responsabilidade penal será apurada nos termos da legislação federal aplicável.

Artigo 196 - A responsabilidade administrativa será apurada perante os superiores hierárquicos do funcionário.

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

Artigo 197 - O pagamento da indenização a que ficar obrigado o funcionário, não exime da pena disciplinar em que ocorrer.

SEÇÃO II
DA PENALIDADES

Artigo 198 - São penas disciplinares:-

I - advertências;

II - multa ou repreensão;

III - suspensão;

IV - demissão;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

V - cassação da aposentadoria e da disponibilidade.

Artigo 199 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes funcionais atendendo-se, sempre, a devida proporção entre o ato praticado e a pena a ser aplicada.

Artigo 200 - A advertência por escrito, nos casos de violação de proibição constante no artigo 192, incisos I a XX, é de observância de dever funcional.

Artigo 201 - A pena de multa ou repreensão será aplicada por escrito, nos casos de reincidência em infração sujeita à pena de advertência.

Artigo 202 - A pena de suspensão, que não excederá a noventa dias, será aplicada:-

I - até trinta dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente;

II - em caso de reincidência de infração sujeita à pena de repreensão e de violação das demais proibições que não tipifiquem infrações sujeitas à pena de demissão.

Artigo 203 - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Artigo 204 - A pena de demissão será aplicada nos casos de:-

I - crime contra a Administração Pública;

II - abandono do cargo ou falta de assiduidade habitual;

III - incontinência pública e embriaguez habitual;

IV - insubordinação grave em serviço;

V - ofensa física, em serviço, contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa;

VI - aplicação irregular do dinheiro público;

VII - lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio público municipal;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

VIII - revelação de segredo confiado em razão do cargo.

Artigo 205 - Configura-se o abandono de cargo quando o funcionário se ausenta intencionalmente do serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Artigo 206 - Entende-se por falta de assiduidade habitual a ausência do serviço sem causa justificada, por sessenta dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Artigo 207 - A aplicação de qualquer das penalidades prevista neste estatuto dependerá, sempre, de prévia motivação da autoridade competente.

Artigo 208 - Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade ao ficar provado, em procedimento administrativo em que se assegure ampla defesa do inativo, que este:-

I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual seja cominada, neste Estatuto, pena de demissão;

II - aceitou cargo ou função pública em desconformidade com a lei;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do Chefe do Executivo.

Artigo 209 - Prescreverão:-

I - de um ano, as faltas disciplinares sujeitas às penas de advertência ou repreensão;

II - em dois anos, as faltas disciplinares sujeitas à pena de suspensão;

III - em cinco anos, as faltas disciplinares sujeita à pena de demissão.

§ 1º - O prazo prescricional começa a correr do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 2º - Interrompe-se a prescrição pela instauração de sindicância ou procedimento administrativo.

Artigo 210 - Para aplicação das penalidades, são competentes:-

I - O Prefeito, a Mesa da Câmara ou o diretor de autarquia ou fundação pública, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade e suspensão por mais de trinta dias;

II - Os secretários ou chefes imediatos, nos demais casos de suspensão;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

III - As autoridades administrativas, com relação aos seus subordinados, nos casos de advertência e repreensão.

CAPITULO IV
DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 211 - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a apuração imediata dos fatos e a responsabilidade, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, sendo assegurado ao funcionário o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 1º - As providências para a apuração terão início, a partir do conhecimento dos fatos e serão tomadas na unidade onde estes ocorreram, devendo consistir, no mínimo, de um relatório circunstanciado sobre o que se verificou.

§ 2º - A averiguação preliminar de que trata o parágrafo anterior deverá ser cometida a funcionário ou comissão de funcionários previamente designada para tal finalidade.

SEÇÃO II
DA SINDICANCIA

Artigo 212 - A sindicância é a peça preliminar e informativa do processo administrativo disciplinar, devendo ser promovida quando os fatos não estiverem definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria da infração.

Artigo 213 - A sindicância não comporta o contraditório constituindo-se em procedimento de investigação e não de punição.

Artigo 214 - A sindicância deverá ser concluída no prazo de trinta dias, que só poderá ser prorrogado por um único e igual período mediante solicitação fundamentada.

Artigo 215 - Da sindicância instaurada pela autoridade, poderá resultar:-

I - o arquivamento do processo desde que os fatos não configurem evidentes infrações disciplinares;

II - a apuração da responsabilidade do funcionário.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

SEÇÃO III
DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Artigo 216 - O Prefeito, a Mesa da Câmara e os Diretores de autarquia e fundações públicas poderão determinar a suspensão preventiva do funcionário, por até trinta dias prorrogáveis por igual prazo, se houver comprovada necessidade de seu afastamento para apuração de falta e ele imputada.

Parágrafo único - O funcionário terá direito:

I - a contagem do tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado suspenso preventivamente, quando do processo não resultar pena disciplinar, ou quando esta se limitar a repreensão;

II - a contagem do período do afastamento que exceder o prazo da suspensão disciplinar aplicada;

III - a contagem do período de suspensão preventiva e ao pagamento da remuneração quando não for provada sua responsabilidade.

SEÇÃO IV
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 217 - O processo administrativo é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de funcionário por ação ou omissão no exercício de suas atribuições, ou de outros atos que tenham relação com as atribuições inerentes ao cargo e que caracterizem infração disciplinar.

Parágrafo Único - É obrigatória a instauração de processo administrativo, quando a falta imputada, por sua natureza, possa determinar a pena de suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Artigo 218 - O processo será realizado por comissão de três funcionários efetivos, de condição hierárquica igual ou superior à do indiciado, designada pela autoridade competente.

§ 1º - No ato de designação da comissão processante, um de seus membros será incumbido de, como presidente, dirigir os trabalhos.

§ 2º - O presidente da comissão designará um funcionário, que poderá ser um dos membros da comissão, para secretariar seus trabalhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 219 - A autoridade processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Artigo 220 - O prazo para conclusão do processo administrativo será de sessenta dias, a contar da citação do funcionário acusado, prorrogáveis por igual período, mediante autorização de quem tenha determinado a sua instauração.

Parágrafo Único - Em caso de mais de um funcionário acusado, o prazo previsto neste artigo será em dobro.

SUBSEÇÃO ÚNICA
DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

Artigo 221 - O processo administrativo será iniciado pela citação pessoal do funcionário, tomando-se suas declarações e oferecendo-lhe oportunidade para acompanhar todas as fases do processo.

Parágrafo Único - Achando-se o funcionário ausente do lugar, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo administrativo o comprovante de registro, não sendo encontrado o funcionário ou ignorando-se o seu paradeiro, a citação se fará no prazo de quinze dias, por edital inserto por três vezes seguidas no órgão de imprensa oficial.

Artigo 222 - A autoridade processante realizará todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando necessário, a técnicos ou peritos.

Artigo 223 - As diligências, depoimentos de testemunhas e esclarecimentos técnicos ou periciais serão reduzidos a termo nos autos do processo administrativo.

Artigo 224 - Feita a citação sem que compareça o funcionário, o processo administrativo prosseguirá à sua revelia.

§ 1º - Será dispensado termo, no tocante à manifestação de técnico ou perito, se por este for elaborado laudo para ser juntado aos outros.

§ 2º - Os depoimentos de testemunhas serão tomados em audiência, na presença do funcionário que para tanto será pessoal e regularmente intimado.

Artigo 225 - Se as irregularidades apuradas no processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará certidões das suas peças necessárias ao órgão competente para instauração de inquérito policial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 226 - A autoridade processante assegurará ao funcionário todos os meios adequados à ampla defesa.

§ 1º - O funcionário poderá constituir procurador para fazer sua defesa.

§ 2º - Em caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, advogado do Município que se incumba da defesa do funcionário.

Artigo 227 - Tomadas as declarações do funcionário ser-lhe-á dado prazo de cinco dias, com visto do processo, para oferecer defesa prévia e requerer provas.

Parágrafo Único - Havendo dois ou mais funcionários, o prazo será comum e de dez dias, contados a partir das declarações do último deles.

Artigo 228 - Encerrada a instauração do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao funcionário ou a seu defensor, para que, no prazo de oito dias, apresente suas razões finais de defesa.

Parágrafo Único - O prazo será comum e de quinze dias, se forem dois ou mais funcionários.

Artigo 229 - Apresentada ou não a defesa final, após o decurso do prazo, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando o relatório fundamentado, no qual proporá, a absolvição ou punição do funcionário, indicado, neste caso, a pena cabível bem como o seu embasamento legal.

Parágrafo Único - O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a instauração do processo, dentro de dez dias contados do término do prazo para apresentação da defesa final.

Artigo 230 - A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestarem os esclarecimentos que forem necessários.

Artigo 231 - Recebido o processo com o relatório, a autoridade competente proferirá a decisão, em dez dias, por despacho motivado, prorrogáveis por tempo igual.

§ 1º - Se o processo não for decidido no prazo legal o indiciado, se estiver afastado, reassumirá automaticamente o exercício do cargo, aguardando decisão.

§ 2º - Nos casos de alcance ou malversação dos dinheiros públicos, apurados nos autos, o afastamento prolongar-se-á até a decisão final do processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 232 - Da decisão final será cabível revisão prevista nesta lei.

Artigo 233 - O funcionário só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo, desde que reconhecida a sua inocência.

Artigo 234 - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão para a instauração de novo processo.

Artigo 235 - Quando a infração disciplinar estiver capitulada como crime na lei penal, o processo administrativo será remetido ao Ministério Público.

SEÇÃO V
DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 236 - A revisão será recebida e processada mediante requerimento quando:-

I - a decisão for manifestadamente contrária ao dispositivo legal, ou à evidência dos outros;

II - surgirem, após a decisão, provas de inocência do punido.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de penalidade injusta.

§ 2º - A revisão poderá se verificada a qualquer tempo, não sendo vedada agravação da pena.

§ 3º - O pedido de revisão poderá ser formulado mesmo após o falecimento do punido.

Artigo 237 - O pedido de revisão será sempre dirigido a autoridade competente para instaurá-lo, que decidirá sobre o seu processamento.

Artigo 238 - Estará impedida de funcionar no processo revisional a comissão que participou do processo disciplinar primitivo.

Artigo 239 - Julgada procedente a revisão, a autoridade competente determinará a redução, o cancelamento ou a anulação da pena.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Parágrafo Único - A decisão deverá ser sempre fundamentada e publicada pelo órgão oficial do Município, ou na sua falta afixada no quadro de publicações, da sede da prefeitura e Câmara Municipal.

Artigo 240 - Aplica-se ao processo de revisão, no que couber, o previsto neste Estatuto para o processo disciplinar.

TITULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 241 - Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se do vencimento, salvo expressa disposição em contrário.

Parágrafo Único - Considera-se prorrogação o prazo até o primeiro dia útil, se o término ocorrer sábado, domingo, feriado ou em dia que:-

I - não haja expediente;

II - o expediente for encerrado antes do horário normal

Artigo 242 - São isentos de qualquer pagamento os requerimentos, certidões e outros papéis que, na ordem administrativa, interessem ao servidor público municipal, ativo ou inativo.

Artigo 243 - Os ocupantes de empregos permanentes que já se submeteram a concurso público, serão automaticamente efetivados nos cargos, levando as vantagens advindas do tempo se serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

Artigo 244 - Os ocupantes de empregos permanentes ao se submeterem a concurso público para fins de efetivação em cargos, levarão as vantagens advindas do tempo de serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 245 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 246 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1995.

Artigo 247 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra,

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAFATO
Prefeito Municipal

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017/95
ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÌPIO DE HOLAMBRA.

Declaro ter recebido, na presente data, o referido projeto.

Para relator designo, o Senhor Vereador

ANDRÉ GRAAT

Holambra, 31 de julho de 19 95

.....
Presidente da Comissão

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95
ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

Declaro ter recebido, na presente data, o referido projeto.

Para relator designo, o Senhor Vereador

Geraldo .....

Holambra, 31 de julho de 19 95

.....
Presidente da Comissão

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO; PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95
ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

Declaro ter recebido, na presente data, o referido projeto.

Para relator designo, o Senhor Vereador

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT

Holambra, 31 de julho de 19 95

.....
Presidente da Comissão

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº086/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95
ASSUNTO:- DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA.
AUTORIA:- PODER EXECUTIVO
RELATOR:- VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
CONCLUSÃO:- FAVORAVEL

.....PARECER.....

Encontra-se para apreciação desta Comissão, o projeto de Lei Complementar nº017/95, o qual dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra.

Este projeto, vem disciplinar os direitos, deveres e responsabilidades a que se submetem os funcionários da Prefeitura, Câmara,autarquias e fundações públicas do Município de Holambra.

O referido projeto está em ordem, muito bem encaminhado por quem de direito, sob o ponto de vista constitucional, não há nada a opor, estando apto a ser aprovado pelo Douto Plenário.

Sala das Comissões, aos 04 de agosto de 1995.

RELATOR/MEMBRO - VEREADOR ANDREAS A.A. GRAAT

PRESIDENTE - VEREADOR IRAN DAIER BRUNHARI

VICE-PRESIDENTE - VEREADOR MARCEL DONIZETI DE S. CAMPOS

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 08 / 95

PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROCESSO Nº086/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95
ASSUNTO:- DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA.
AUTORIA:- PODER EXECUTIVO
RELATOR:- VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
CONCLUSÃO:- FAVORAVEL

.....PARECER.....

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, encaminha para apreciação desta Casa de Leis, projeto de Lei, dispondo sobre o Regime jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra.

O referido projeto está em ordem, sob o ponto de vista técnico/orçamentário, não há nada a opor, estando apto a ser aprovado pelo Douto Plenário.

Sala das Comissões, aos 04 de agosto de 1995.

RELATOR/VICE-PRESIDENTE - VEREADOR GERALDO T.M.V. SCHAIK

PRESIDENTE - VEREADOR VALTER COSTELLA

MEMBRO - VEREADOR APARICIO DE ALMEIDA

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 09 / 95
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,; SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO; PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

PROCESSO Nº086/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95
ASSUNTO:- DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA.
AUTORIA:- PODER EXECUTIVO
RELATOR:- VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
CONCLUSÃO:- FAVORAVEL

.....PARECER.....

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, encaminha para apreciação desta Casa de Leis, projeto de Lei, dispondo sobre o Regime jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra.

O referido projeto está em ordem, sob o ponto de vista desta Comissão, não há nada a opor, estando apto a ser aprovado pelo Douto Plenário.

Sala das Comissões, aos 04 de agosto de 1995.

RELATOR/PRESIDENTE - VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT

VICE-PRESIDENTE - VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA

MEMBRO - VEREADOR ANTONIO DE SOUZA

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 09 / 95
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

19ª SESSÃO ORDINÁRIA

VOTAÇÃO NOMINAL

1ª VOTAÇÃO

DATA: 06/09/95

HORÁRIO: 20:00

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95

PROCESSO: 086/95

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

VEREADORES	VOTOS SIM	VOTOS NÃO	ASSINATURA	AUSENCIA JUSTIFICADA
ANDREAS A. A. GRAAT	X			
ANTONIO DE SOUZA	X			
APARÍCIO DE ALMEIDA	X			
DONIZETE C. DA SILVA	X			
GERALDO T.M. VAN SCHAIK	X			
MARCEL D. S. CAMPOS	X			
IRAN DAIER BRUNHANI	—		ausente	atestado médico
VALTER COSTELLA	X			
ANTÔNIO J. ESPERANÇA Presidente	—			

RESULTADO:

VOTOS FAVORÁVEIS: (-07-).

VOTOS CONTRÁRIOS: (-0-).

VEREADORES AUSENTES: (-0-).

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1 SECRETÁRIO

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

20ª SESSÃO ORDINÁRIA

VOTAÇÃO NOMINAL

2ª VOTAÇÃO

DATA:- 13/09/95

HORÁRIO: 20:00

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95

PROCESSO: 086/95

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

VEREADORES	VOTOS SIM	VOTOS NÃO	A S S I N A T U R A	AUSENCIA JUSTIFICADA
ANDREAS A. A. GRAAT	X			
ANTONIO DE SOUZA	X			
APARÍCIO DE ALMEIDA	X			
DONIZETE C. DA SILVA	X			
GERALDO T.M. VAN SCHAIK	X			
MARCEL D. S. CAMPOS	X			
IRAN DAIER BRUNHANI	X			
VALTER COSTELLA	X			
ANTÔNIO J. ESPERANÇA Presidente	—			

RESULTADO:

VOTOS FAVORÁVEIS: (— 8 —).

VOTOS CONTRÁRIOS: (— 0 —).

VEREADORES AUSENTES: (— 0 —).

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1 SECRETÁRIO

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

Ofício nº221/95

Holambra, 16 de setembro de 1995

Senhor Prefeito

Através do presente, temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, o Autógrafo nº062/95, ao Projeto de Lei Complementar nº017/95, o qual foi apresentado e aprovado em Sessão Ordinária realizada aos 13 de setembro de 1995.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de consideração e respeito.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
DD. Prefeito Municipal de Holambra
Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

AUTOGRAFO Nº062/95
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº017/95

DISPÕE SOBRE O REGIME JURIDICO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE HOLAMBRA.

A Mesa da Câmara Municipal de Holambra, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber que a Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei Complementar:

TITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei disciplina os direitos, deveres e responsabilidades a que se submetem os funcionários da Prefeitura, Câmara, autarquias e fundações públicas do Município de Holambra.

Artigo 2º - Para os efeitos deste Estatuto, considera-se:

I - funcionário público: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão;

II - cargo público: conjunto de atribuições e responsabilidades acometidas a um funcionário, instituído nos quadros do funcionalismo, criado por lei ou resolução com denominação própria e atribuições específicas;

III - vencimento: retribuição pecuniária básica, fixada em lei, paga mensalmente ao funcionário público, pelo exercício das atribuições inerentes ao seu cargo;

IV - remuneração: remuneração pecuniária básica acrescida da quantia referente às vantagens pecuniárias a que o funcionário tem direito;

V - classe: agrupamento de cargos públicos da mesma denominação e idêntica referência de vencimento e mesmas atribuições;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VI - carreira: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho e idêntica habilitação profissional, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade das atribuições, para progressão privativa dos titulares dos cargos que a integram;

VII - quadro: o conjunto de cargos integrantes das estruturas dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e das fundações públicas.

Artigo 3º - Aos cargos públicos corresponderão referências numéricas seguidas de números em algarismos romanos indicadores de graus.

§ 1º - Referência é o número indicativo da posição de cargo na escala básica de vencimentos.

§ 2º - Grau é o número em algarismos romanos indicativo da posição do cargo na escala básica de vencimentos.

§ 3º - O conjunto de referência e grau constitui o padrão de vencimentos.

TITULO II
DO PROVIMENTO, DO EXERCICIO E DA VACANCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

CAPITULO I
DOS CARGOS PÚBLICOS

Artigo 4º - Os cargos públicos são isolados ou de carreira.

§ 1º - Os cargos de carreira são sempre de provimento efetivo.

§ 2º - Os cargos isolados são de provimento efetivo ou em comissão, conforme dispuser a lei.

Artigo 5º - As atribuições dos titulares dos cargos públicos serão estabelecidas em decreto regulamentar, ou na Lei criadora do cargo.

Parágrafo Único - é vedado atribuir ao funcionário público encargos ou serviços diversos daqueles relativos ao seu cargo, exceto quando se tratar de funções de chefia ou direção, de designações especiais e dos casos de readaptação.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO II
DO PROVIMENTO

Artigo 6º - Provimento é o ato administrativo através do qual se preenche um cargo público, com a designação do seu titular.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente de autarquia ou de fundação pública.

Artigo 7º - Os cargos públicos serão acessíveis a todos os que preencham, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ter sido previamente habilitado em concurso, ressalvado o preenchimento de cargo de livre provimento em comissão;

III - estar em gozo dos direitos políticos;

IV - estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

V - gozar de boa saúde, física e mental, comprovada em exame médico, ressalvados os direitos dos deficientes físicos;

VI - possuir habilitação profissional para o exercício das atribuições inerentes ao cargo, quando for o caso;

VII - atender às condições especiais prescritas em lei para provimento do cargo.

Artigo 8º - Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;
II - reintegração;
III - reversão;
IV - aproveitamento;
V - transferência;
VI - acesso.
VII- readaptação

CAPITULO III
DA NOMEAÇÃO

Artigo 9º - Nomeação é o ato administrativo pelo qual o cargo público é atribuído a uma pessoa.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - As nomeações serão feitas:

I - livremente, em comissão, a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de cargo de confiança;

II - vinculadamente, em caráter efetivo, quando se tratar de cargo cujo preenchimento depende de aprovação em concurso.

Artigo 10 - A nomeação em caráter efetivo obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação em concurso cujo prazo de validade esteja em vigor.

CAPITULO IV
DO ESTAGIO PROBATORIO

Artigo 11 - Estágio probatório é o período de 2 (dois) anos de exercício do funcionário a partir de sua nomeação em caráter efetivo, durante o qual serão apurados os seguintes aspectos, acerca de sua vida funcional: -

I - assiduidade;
II - disciplina;
III - eficiência;
IV - aptidão de dedicação ao serviço;
V - cumprimento dos deveres e obrigações funcionais.
VI - capacidade de iniciativa
VII - produtividade
VIII- responsabilidade

§ 1º - O órgão de pessoal manterá cadastro dos funcionários em estágio probatório.

§ 2º - Cinco meses antes do fim do estágio probatório, o órgão de pessoal solicitará informações sobre o funcionário ao seu chefe direto, que deverá prestá-las no prazo de dez dias.

§ 3º - Caso as informações sejam contrárias à confirmação do funcionário no cargo, ser-lhe-á concedido o prazo de dez dias para que apresente defesa, e instaurado processo administrativo para a apuração do fato.

§ 4º - Se, após a defesa, for aconselhada a exoneração do funcionário, o processo será remetido à autoridade competente para a decisão final.

§ 5º - A confirmação do funcionário no cargo não dependerá de novo ato.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 6º - A apuração dos requisitos de que trata este artigo deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário, se for o caso, possa ser feita antes de findo o prazo do estágio.

§ 7º - Enquanto em estágio probatório, o funcionário não poderá ser designado para exercer cargo diverso daquele para o qual foi nomeado.

Artigo 12 - O funcionário nomeado em virtude de concurso público adquirirá estabilidade após dois anos de efetivo exercício.

Parágrafo Unico - A estabilidade assegura ao funcionário a garantia de permanência no serviço público.

Artigo 13 - O funcionário estável somente perderá o cargo: -

I - em virtude de decisão judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.

CAPITULO V
DO CONCURSO

Artigo 14 - O concurso Público reger-se-á por edital, que conterá, basicamente, o seguinte:-

I - indicação do tipo de concurso: de provas ou de provas e títulos;

II - indicação das condições necessárias ao preenchimento do cargo, de acordo com as exigências legais, tais como:

a) diplomas necessários ao desempenho das atribuições do cargo;
b) experiência profissional relacionada com a área de atuação;
c) capacidade física para o desempenho das atribuições do cargo;
d) idade mínima ou máxima a ser fixada de acordo com a natureza das atribuições do cargo, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

III - indicação do tipo e do conteúdo das provas e das categorias de títulos;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

IV - indicação da forma de julgamento das provas e dos títulos;

V - indicação dos critérios de habilitação e classificação;

VI - indicação do prazo de validade do certame.

Parágrafo Único - As normas gerais para a realização dos concursos estabelecidas na Lei Orgânica do Município, art.107 e incisos.

Artigo 15 - O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a pedido do titular do setor interessado, autorizada ou não pelo chefe do Executivo ou Legislativo.

Artigo 16 - O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado dentro do prazo de seis meses, contados da data de encerramento das inscrições.

Artigo 17 - As provas e a titulação serão julgadas por uma comissão de no mínimo três membros, profissionalmente habilitados e designados pela autoridade competente.

Artigo 18 - A lei reservará percentual dos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

CAPITULO VI
DA REINTEGRAÇÃO

Artigo 19 - Reintegração é o reingresso do funcionário estável no serviço público municipal em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

Artigo 20 - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado.

§ 1º - Se o cargo houver sido transformado, o funcionário será reintegrado no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Se o cargo houver sido extinto, será reintegrado em cargo de vencimento e atribuições equivalentes, sempre respeitada sua habilitação profissional.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 21 - Reintegrado o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Artigo 22 - Transitada em julgado a decisão judicial que determinar a reintegração, o órgão incumbido da defesa do Município representará imediatamente à autoridade competente para que seja expedido o ato de reintegração no prazo máximo de trinta dias.

CAPITULO VII
DA REVERSÃO

Artigo 23 - Reversão é o retorno à atividade do funcionário por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á em cargo de idêntica denominação, atribuições e vencimentos aos daquele ocupado por ocasião da aposentadoria ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o funcionário exercerá cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 24 - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 anos de idade.

CAPITULO VIII
DO APROVEITAMENTO

Artigo 25 - Aproveitamento é o retorno, a cargo público, de funcionário colocado em disponibilidade.

Artigo 26 - O aproveitamento daquele que foi posto em disponibilidade é direito do funcionário e dever da administração que o conduzirá, quando houver vaga, a cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 27 - O funcionário em disponibilidade que, em inspeção médica oficial, for considerado incapaz para o desempenho de suas atribuições será aposentado no cargo que anteriormente ocupava, sempre ressalvada a possibilidade de readaptação.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO IX
DA TRANSFERENCIA

Artigo 28 - Transferência é a passagem do funcionário de um cargo para outro cargo da mesma denominação, atribuições e vencimentos, pertencente, porém, a órgão de lotação diferente.

Parágrafo Único - A transferência poderá ser feita a pedido do funcionário, atendida sempre a conveniência do serviço.

Artigo 29 - Não poderá ser transferido "ex ofício" funcionário investido em mandato eletivo nos poderes Executivo ou Legislativo.

Artigo 30 - A transferência por permuta processar-se-á a pedido escrito de ambos os interessados.

Artigo 31 - A permuta entre funcionários da Prefeitura, da Câmara, das autarquias e das fundações públicas do Município somente poderá ser efetuada a pedido dos interessados e mediante consentimento das autoridades a que estejam subordinadas.

CAPITULO X
DO ACESSO

Artigo 32 - Acesso é a passagem do funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo para outro da classe imediatamente superior àquele em que se encontra, dentro da respectiva carreira.

Parágrafo Único - O acesso dependerá de êxito do funcionário em processo seletivo interno, em que se apurará sua aptidão para desempenho de atribuições mais complexas e que justificam sua ascensão funcional.

Artigo 33 - O funcionário somente poderá concorrer à seleção interna, a que se refere o artigo anterior, se:-

I - satisfizer os requisitos necessários ao preenchimento do cargo público de classe superior;

II - contar com mais de dois anos de efetivo exercício no seu cargo.

Artigo 34 - Havendo empate no processo seletivo interno, terá preferência sucessivamente o funcionário público que:-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

I - contar com mais tempo de serviço no seu cargo;

II - contar com mais tempo de serviço público municipal;

III - tiver maior número de filhos.

Artigo 35 - O direito a pertencer a carreira, nos casos em que isso seja possível, é direito indisponível do funcionário público.

CAPITULO XI
DA PROMOÇÃO

Artigo 36 - Promoção é a passagem do funcionário estável de um determinado grau para o imediatamente superior, da mesma classe, dentro da respectiva carreira.

Artigo 37 - A promoção obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Artigo 38 - Havendo fusão de classes para os efeitos deste artigo será considerado o exercício na classe anterior.

Artigo 39 - O merecimento é adquirido na classe.

§ 1º - Não poderá ser promovido por merecimento o funcionário que, na classe em promoção, tiver sofrido quaisquer das penalidades previstas nesta lei.

§ 2º - O merecimento apurar-se-á em pontos, avaliados em escala de zero a 100 para cada um dos seguintes fatores:

I - eficiência;

II - dedicação ao serviço;

III - disciplina;

IV - pontualidade;

V - iniciativa.

§ 3º - Só serão considerados, para efeito de promoção por merecimento, os funcionários que obtiverem o mínimo de 350 pontos, na soma dos fatores enumerados neste artigo.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 4º - Quando ocorrer empate na apuração do merecimento dos funcionários, serão levados em consideração, sucessivamente, para efeito de desempate, os seguintes elementos:

I - títulos e comprovantes de conclusão ou freqüência em cursos, seminários ou simpósios, desde que relacionados com a função exercida;

II - assiduidade;

III - maior tempo de serviço público;

IV - maior tempo de serviço público municipal;

V - número de dependentes.

Artigo 40 - A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe.

§ 1º - Será contado em dias o tempo de efetivo exercício na classe para sua apuração.

§ 2º - O funcionário reintegrado em seu cargo fará jus às promoções cabíveis por antiguidade, como se não tivesse interrompido o exercício.

§ 3º - Quando ocorrer empate na apuração da antiguidade, terão preferência os funcionários que apresentarem os seguintes requisitos, pela ordem:

I - maior tempo de serviço público municipal;

II - maior tempo de serviço público;

III - maior número de dependentes;

IV - maior idade.

Artigo 41 - As promoções poderão ser realizadas anualmente.

Parágrafo Único - A promoção deverá ser instaurada e concluída no primeiro semestre do ano e seus efeitos pecuniários vigerão a partir do primeiro dia do mês de julho.

Artigo 42 - Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção a que tinha direito.

Artigo 43 - O órgão competente organizará as listas de

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

promoção para cada classe, que deverão conter os nomes dos funcionários classificados.

Artigo 44 - Não poderá ser promovido o funcionário nos seguintes casos:

I - quando não tenha o interstício de 730 dias de efetivo e ininterrupto exercício na classe;

II - enquanto em estágio probatório;

III - se estiver suspenso disciplinarmente, em virtude de decisão administrativa.

Artigo 45 - Ao funcionário afastado para tratar de interesse particular, somente se abonarão as vantagens decorrentes da promoção a partir da data da reassunção.

Artigo 46 - O funcionário suspenso preventivamente poderá ser promovido, mas a promoção será tomada sem efeito se sobrevier a procedência da penalidade aplicada.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o funcionário perceberá o vencimento correspondente ao novo grau e somente após ter sido tornada sem efeito a penalidade aplicada, caso em que a promoção surtirá seus efeitos, de conformidade com o disposto no artigo 41, parágrafo único.

Artigo 47 - O período em que o funcionário estiver suspenso não será computado para efeito de promoção e a aplicação dessa penalidade interrompe o curso do interstício mínimo previsto no artigo 44, inciso I.

Artigo 48 - Só por antiguidade poderá ser promovido o funcionário em exercício de mandato eletivo.

Artigo 49 - Os direitos e vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da data prevista no parágrafo único do artigo 41.

Artigo 50 - Será anulada a promoção feita indevidamente e, assim ocorrendo, será promovido quem de direito.

§ 1º - O funcionário indevidamente promovido não ficará obrigado à restituição do que a mais houver percebido, salvo se comprovado dolo ou má-fé de sua parte.

§ 2º - O funcionário a quem cabia a promoção será então promovido, fazendo jus às diferenças de vencimento a que tiver direito, desde a data prevista no parágrafo único, do artigo 41.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 51 - é facultado ao funcionário provocar a abertura do competente processo de promoção, quando não for instaurado no prazo previsto nesta lei (artigo 41, parágrafo único).

Artigo 52 - Compete ao órgão de pessoal processar a promoção, respeitadas as disposições desta lei.

CAPITULO XII
DA READAPTAÇÃO

Artigo 53 - Readaptação é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física e mental verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptado será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargos de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

Artigo 54 - A readaptação não acarretará aumento ou diminuição de vencimentos.

Artigo 55 - é vedada a readaptação para cargo de provimento em comissão.

CAPITULO XIII
DA POSSE

Artigo 56 - Posse é o ato através do qual o poder público expressamente, outorga e o funcionário, expressamente, aceita as atribuições e os deveres inerentes ao cargo público, adquirindo, assim, a sua titularidade.

Parágrafo Único - São competentes para dar posse:-

I - o Prefeito, aos Secretários Municipais e agentes políticos a estes equiparados, e aos dirigentes de autarquias e fundações públicas;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

II - o responsável pelo órgão de pessoal, nos demais casos.

Artigo 57 - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo Único - Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para exercício do cargo.

Artigo 58 - A posse verificar-se-á mediante a assinatura do funcionário e da autoridade competente, de termo lavrado em livro próprio, do qual constará obrigatoriamente o compromisso do funcionário de cumprir fielmente os deveres do cargo e os constantes desta lei.

§ 1º - A posse poderá ser efetivada por procuração outorgada com poderes especiais;

§ 2º - No ato da posse, o funcionário declarará se exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública remunerada, na administração direta ou em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou, ainda, em fundação pública.

§ 3º - Os ocupantes de cargos de direção e/ou chefia farão, no ato da posse, declaração de bens.

§ 4º - A não observância dos requisitos exigidos para preenchimento do cargo implicará a nulidade do ato de nomeação e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Artigo 59 -A posse somente ocorrerá nos casos de provimento de cargo por nomeação e acesso.

Artigo 60 - A posse deverá se verificar no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo poderá, a critério da autoridade nomeante, ser prorrogado por trinta dias, desde que assim o requeira, fundamentadamente, o interessado.

§ 2º - A contagem do prazo a que se refere este artigo poderá ser suspensa até o máximo de cento e vinte dias, a partir da data em que o funcionário demonstrar que está impossibilitado de tomar posse por motivo de doença apurada em inspeção médica.

§ 3º - O prazo previsto neste artigo, para aquele que, antes de tomar posse, for incorporado às Forças Armadas, será contado a partir da data de desincorporação.

Artigo 61 - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação,

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

se a posse não se der no prazo previsto no art. 60 e seus parágrafos.

CAPITULO XIV
DO EXERCICIO

Artigo 62 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições e deveres do cargo.

Parágrafo Único - O inicio, a interrupção, o reinicio e a cessação do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Artigo 63 - O chefe imediato do funcionário é a autoridade competente para autorizar-lhe o exercício.

Artigo 64 - O exercício do cargo deverá, obrigatoriamente, ter inicio no prazo de trinta dias, contados:-

I - da data da posse;

II - da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração, reversão e aproveitamento.

Artigo 65 - O funcionário que não entrar em exercício, dentro do prazo previsto será exonerado do cargo.

Artigo 66 - O afastamento do funcionário para participação em congressos, certames desportivos, culturais ou científicos, poderá ser autorizado pelo Chefe do Executivo, na forma estabelecida em decreto.

Artigo 67 - Nenhum funcionário poderá ter exercício fora do Município, em missão de estudos ou de outra natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação da autoridade competente.

§ 1º - Ressalvados os casos de absoluta conveniência, a juízo da autoridade competente, nenhum funcionário poderá permanecer por mais de dois anos em missão fora do Município, nem vir a exercer outra, se não depois de decorridos quatro anos de efetivo exercício no Município, contados da data do regresso.

§ 2º - Independerá de autorização o afastamento do funcionário para exercer função eletiva.

Artigo 68 - O funcionário preso em flagrante ou preventivamente, pronunciado ou indiciado por crime inafiançável, terá o exercício suspenso até a decisão final transitada em julgado.

Parágrafo Único - Durante a suspensão, o funcionário

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

perceberá apenas 2/3 (dois terços) da remuneração e terá direito às diferenças, corrigidas monetariamente, se for absolvido.

CAPITULO XV
DA FIANÇA

Artigo 69 - O funcionário investido em cargo cujo provimento, por disposição legal, dependa de fiança, não poderá entrar em exercício sem cumprir essa exigência.

Parágrafo Unico - O valor da fiança será estabelecida na lei criadora do cargo.

Artigo 70 - A fiança poderá ser prestada:-

I - em dinheiro;

II - em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidos por institutos oficiais ou campanhas legalmente autorizadas;

III - em títulos de dívida pública da União, do Estado ou do Município.

§ 1º - é vedado o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

§ 2º - O valor da fiança, corrigido monetariamente, será devolvido ao funcionário, após a tomada de contas efetivadas pela autoridade competente.

§ 3º - O responsável por alcance ou desvio não ficará isento da responsabilidade administrativa ou criminal que couber, ainda que o valor da fiança seja superior ao prejuízo verificado.

CAPITULO XVI
DA REMOÇÃO

Artigo 71 - Remoção é o deslocamento do funcionário de uma unidade para outra, dentro do mesmo órgão de lotação, a pedido do funcionário interessado.

Artigo 72 - A remoção por permuta será processada a pedido escrito dos interessados, com a concordância das respectivas chefias, atendida a conveniência administrativa.

Artigo 73 - O funcionário removido deverá assumir de imediato o exercício na unidade para a qual foi deslocado, salvo quando em férias, licença ou desempenho de cargo em comissão, hipóteses em que deverá se apresentar no primeiro dia útil após o término de impedimento.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO XVIII
DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 74 - Haverá substituição remunerada no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo público efetivo ou em comissão.

Artigo 75 - A substituição recairá sempre em funcionário público titular de cargo de provimento efetivo, que possua habilitação para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo do substituído.

Parágrafo Único - Quando a substituição for de cargo pertencente a carreira, a designação deverá recair sobre um de seus integrantes, dando-se preferência ao próximo imediato da carreira.

Artigo 76 - A substituição será automática quando prevista em lei e dependerá de ato da autoridade competente quando for efetivada para a conveniência administrativa.

§ 1º - A autoridade competente para nomear será competente para formalizar, por ato próprio, a substituição.

§ 2º - O substituto desempenhará as atribuições de cargo enquanto perdurar o impedimento do titular.

Artigo 77 - O substituto, durante todo o tempo da substituição, terá direito a perceber o vencimento e as vantagens pecuniárias inerentes ao cargo do substituído, sem prejuízo das vantagens pessoais a que tiver direito, podendo optar pelo vencimento do cargo de que é ocupante em caráter efetivo.

Parágrafo Único -Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições; a substituição automática será gratuita se inferior, inclusive, a cinco dias úteis.

Artigo 78 - Os tesoureiros, caixas e outros funcionários que tenham valores sob guarda, em caso de impedimento, poderão ser substituídos por funcionários que indicarem, de sua confiança.

Parágrafo Único - Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 79 - A substituição não gerará direito do substituto em incorporar, aos seus vencimentos, a diferença entre a sua remuneração e a do substituído.

CAPITULO XVIII
DA VACANCIA

Artigo 80 - Dar-se-á vacância, quando o cargo público ficar destituído de titular, em decorrência de:-

I - exoneração;

II - demissão;

III - acesso;

IV - transferência;

V - readaptação;

VI - aposentadoria;

VII - falecimento;

§ 1º - Dar-se-á exoneração:-

I - a pedido do funcionário;

II - a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de ocupante de cargo de provimento em comissão;

III - se o funcionário não entrar em exercício no prazo legal;

IV - quando o funcionário, durante o estágio probatório, não demonstrar que reúne as condições necessárias ao bom desempenho das atribuições do cargo.

§ 2º - A demissão será aplicada como penalidade, nos casos previstos nesta lei.

TITULO III
DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I
DO TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 81 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - O número de dias será convertido em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Artigo 82 - Será considerado de efetivo exercício o período de afastamento, em virtude de :-

I - férias;
II - casamento, até oito dias consecutivos;
III - luto, até dois dias consecutivos, a critério da chefia, por falecimento de cunhados, genros e noras, com apresentação de Atestado de Óbito;
IV - luto, até oito dias consecutivos, por falecimento de cônjuge, pais, filhos, irmãos, sogros e descendentes; padrasto, madrasta, com apresentação de Atestado de Óbito;
V - exercício de outro cargo municipal, de provimento em comissão;
VI - convocações para obrigações decorrentes do serviço militar;
VII - prestação de serviços no júri e outros obrigatórios por lei;
VIII - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal, ou no Distrito Federal;
IX - licença-prêmio;
X - licença à funcionária gestante ou licença adoção;
XI - licença compulsória;
XII - licença paternidade;
XIII - licença a funcionário acidentado em serviço para tratamento de saúde, ou acometido de doença profissional ou moléstia grave;
XIV - missão ou estudo de interesse do Município, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido autorizado pela autoridade competente;
XV - faltas abonadas, nos termos deste Estatuto;
XVI - participação em delegação esportiva oficial, devidamente autorizada pela autoridade competente;
XVII - um dia por doação de sangue;

XVIII - serviço para desempenho da Presidência do Sindicato dos Funcionários Públicos.

§ 1º - É vedada a contagem em dobro do tempo de serviço prestado simultaneamente em dois cargos, ou funções públicas, junto à administração direta ou indireta.

§ 2º - No caso do inciso VIII, o tempo de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO II
DAS FÉRIAS

Artigo 83 - O funcionário terá direito, anualmente, ao gozo de trinta dias consecutivos de férias, de acordo com a escala organizada pelo órgão competente.

§ 1º - Somente depois do primeiro ano de exercício no cargo público, o funcionário adquirirá direito a férias;

§ 2º - O gozo das férias será remunerada com um terço a mais do que o vencimento normal, que poderá ser pago antecipadamente.

§ 3º - durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se em exercício estivesse.

§ 4º - As faltas ao serviço, somente poderão ser levadas à conta de férias, mediante exposição de motivos justificadas de chefia imediata.

Artigo 84 - Em casos excepcionais, a critério da administração e a pedido do funcionário, as férias poderão ser gozadas em dois períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior à dez dias.

Artigo 85 - é proibida a acumulação de mais de dois períodos de férias.

§ 1º - Por absoluta necessidade de serviço, as férias do funcionário poderão ser indeferidas pela administração pelo prazo máximo de dois anos consecutivos.

§ 2º - Em caso de acumulação de férias, poderá o funcionário gozá-las ininterruptamente.

§ 3º - Somente serão consideradas como não gozadas, por absoluta necessidade do serviço, as férias que o funcionário deixar de gozar, mediante decisão escrita da autoridade competente, exarada em processo administrativo e publicada na forma legal, dentro do exercício a que elas correspondam.

Artigo 86 - Salvo comprovada necessidade de serviço o funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

Artigo 87 - é facultado ao funcionário público converter um terço do período das férias em abono pecuniário, desde que

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

o requeira no momento de sua solicitação, que deverá ser efetivada trinta dias antes do inicio de sua fruição.

CAPITULO III
DAS LICENÇAS

SEÇAO I
DISPOSIÇOES GERAIS

Artigo 88 - Serão concedidas:-

I - licença para tratamento de saúde;
II - licença por motivo de doença em pessoa da família;
III - licença a funcionária gestante;
IV - licença adoção;
V - licença paternidade;
VI - licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente de trabalho;
VII - licença para prestar serviço militar;
VIII - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro de funcionário ou militar;
IX - licença compulsória;
X - licença prêmio;
XI - licença para tratar de interesses particulares;
XII - licença especial.

Parágrafo Único - O ocupante de cargo de provimento em comissão não terá direito à licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 89 - A licença que depender de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou no atestado proveniente do órgão oficial competente.

Artigo 90 - Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente, o exercício das atribuições do cargo.

Artigo 91 - O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá se dedicar a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e ser promovida a sua responsabilidade.

Artigo 92 - A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido do interessado, desde que fundada em novo exame médico oficial.

Parágrafo Único - O pedido deverá ser apresentado pelo menos três dias antes de findar o prazo da licença, se indeferido, será considerado como de licença, o período

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

Artigo 93 - As licenças concedidas dentro de trinta dias, contados do término da anterior, serão consideradas como prorrogação.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, somente serão levados em consideração as licenças da mesma natureza.

Artigo 94 - O funcionário não poderá permanecer em licença, por prazo superior a quatro anos.

Artigo 95 - O funcionário em gozo de licença deverá comunicar, sempre que possível, ao chefe da repartição o local onde possa ser encontrado.

INCISO I
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Artigo 96 - Ao funcionário impossibilitado de exercer o cargo por motivo de saúde será concedida licença pelo órgão oficial competente, a pedido do interessado ou de ofício.

Parágrafo Único - Em ambos os casos, é indispensável o exame médico que poderá ser realizado, quando necessário, na residência do funcionário.

Artigo 97 - O exame para a concessão da licença para tratamento de saúde será feito por médico oficial ou oficialmente credenciado ou, ainda, por órgão oficial do Município.

§ 1º - O atestado ou laudo passado por médico ou junta médica particular só produzirá efeitos após a homologação pelo serviço de saúde do Município.

§ 2º - As licenças superiores a sessenta dias dependerão de exame do funcionário por junta médica oficial do serviço de saúde do Município.

Artigo 98 - Será punido disciplinarmente, com suspensão de trinta dias, o funcionário que recusar a se submeter a exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame.

Artigo 99 - Considerado apto, em exame médico, o funcionário reassumirá o exercício do cargo, sob pena de serem considerados como faltas injustificadas os dias de ausência.

Parágrafo Único - No curso da licença poderá o funcionário requerer exame médico, caso se julgue em condições de reassumir o exercício do cargo.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 100 - A licença do funcionário acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, síndrome da imunodeficiência adquirida e outras admitidas na legislação previdenciária nacional, será concedida, quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Artigo 101 - Será integral a remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde, ou acometido dos males previstos no artigo anterior.

INCISO II
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

Artigo 102 - O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença de ascendente, descendente de 1º grau, cônjuge não separado legalmente, companheiro ou companheira, padrasto ou madrasta, enteado e filhos adotivos, mediante comprovação médica.

§ 1º - A licença somente será concedida se o funcionário provar que sua assistência pessoal e permanente é indispensável, não podendo ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º - Provar-se-á a doença mediante exame médico.

§ 3º - A licença de que trata este artigo não poderá ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.

§ 4º - A licença de que trata este artigo será concedida, com remuneração integral, até um mês, e, após, com os seguintes descontos:-

I - de um terço, quando exercer um mês e prolongar-se até três meses;

II - de dois terços, quando exercer três e prolongar-se até seis meses;

III - sem remuneração, a partir do sétimo mês ao vigésimo quarto mês.

INCISO III
DA LICENÇA A FUNCIONARIA GESTANTE

Artigo 103 - A funcionária gestante será concedida, mediante exame médico, licença de cento e vinte dias, sem prejuízo de sua remuneração.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 1º - Salvo prescrição médica em contrário, a licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º - Ocorrido e comprovado o parto, sem que tenha sido requerida a licença, a funcionária entrará, automaticamente, em licença pelo prazo previsto neste artigo.

§ 3º - Após o término da licença e até que a criança complete seis meses de idade, a funcionária terá direito a dois descansos especiais de meia hora cada, para amamentação.

Artigo 104 - No caso de aborto legal, será concedido licença para tratamento de saúde, na forma prevista neste Estatuto.

INCISO IV
DA LICENÇA ADOÇÃO

Artigo 105 - A funcionária que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 ano de idade, serão concedidos noventa dias de licença remunerada.

Parágrafo Único - No caso de adoção ou guarda judicial de criança de 1 a 7 anos de idade, o prazo de que trata este artigo será de quarenta dias.

INCISO V
DA LICENÇA PATERNIDADE

Artigo 106 - Ao funcionário será concedida licença paternidade de cinco dias consecutivos contados da data do nascimento de seu filho, sem prejuízo de sua remuneração.

Artigo 107 - Em caso de natimorto registrado, contar-se-á o prazo de oito dias conforme o previsto no art. 81, inciso IV.

INCISO VI
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA PROFISSIONAL OU EM DECORRENCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

Artigo 108 - O funcionário, acometido de doença profissional ou acidentado em serviço, terá direito a licença para tratamento de saúde com remuneração integral.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 1º - Acidente é o dano físico ou mental sofrido pelo funcionário e que relacione mediata ou imediatamente, com as atribuições de seu cargo.

§ 2º - Considera-se também acidente:-

I - o dano decorrente de agressão sofrida e não provocada injustamente pelo funcionário, no exercício de suas atribuições ou em razão delas;

II - o dano sofrido no percurso entre a residência e o trabalho.

Artigo 109 - Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço, devendo o laudo médico estabelecer o nexo de causalidade entre a doença e os fatos que a determinam.

Artigo 110 - Verificada em caso de acidente, a incapacidade total para qualquer função pública ao funcionário será concedida, desde logo, aposentadoria com proventos integrais.

§ 1º - No caso de incapacidade parcial e permanente, ao funcionário será assegurada a readaptação.

§ 2º - A comprovação de acidente deverá ser feita no prazo de dez dias, a contar do acidente ou constatação da doença, por junta médica oficial do Município.

INCISO VII
DA LICENÇA PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Artigo 111 - Ao funcionário convocado para o serviço militar ou outros encargos de defesa nacional, será concedida licença com remuneração integral.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º - Da remuneração será descontada a importância que o funcionário perceber, a qualidade, a qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º - O funcionário desincorporado reassumirá o exercício das atribuições de seu cargo dentro do prazo de trinta dias, contados da data da desincorporação, sendo-lhe garantido o direito de perceber sua remuneração integral, durante este período.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 4º - A licença de que trata este artigo será também concedida ao funcionário que houver feito curso de formação de oficiais da reserva das Forças Armadas, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se-lhe o disposto no § 2º deste artigo.

INCISO VIII
DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CONJUGE OU COMPANHEIRO DE FUNCIONARIO OU MILITAR

Artigo 112 - O funcionário casado ou companheiro de funcionário público civil ou militar, terão direito a licença sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro forem designados para prestar serviços fora do Município.

Parágrafo Único - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar a nova designação do cônjuge ou companheiro.

INCISO IX
DA LICENÇA COMPULSORIA

Artigo 113 - O funcionário que for considerado, a juízo da autoridade sanitária competente, suspeito de ser portador de doença transmissível será afastado do serviço público.

§ 1º - resultando positiva a suspeita, o funcionário será licenciado para tratamento de saúde, incluídos na licença os dias em que esteve afastado.

§ 2º - Não sendo procedente a suspeita, o funcionário deverá reassumir imediatamente o seu cargo, considerando-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período de afastamento.

INCISO X
DA LICENÇA PREMIO

Artigo 114 - Após cada quinquênio de ininterrupto exercício, o servidor fará jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§ 1º - A licença prêmio, com as vantagens do cargo em comissão, somente será concedida ao funcionário que o venha exercendo, no período aquisitivo, por mais de dois anos.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 115 - Não terá direito à licença prêmio o funcionário que, dentro do período aquisitivo, houver:-

I - sofrida pena de suspensão;

II - por motivo de doença em pessoa da família, se afastado por mais de 120 dias;

III - para trato de interesses particulares;

IV - por motivo de afastamento do cônjuge, quando o funcionário ou militar, por mais de 90 dias.

Parágrafo Único - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.

Artigo 116 - A licença prêmio somente será concedido pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara, ou pelos diretores de autarquias e fundações públicas.

Artigo 117 - A licença prêmio poderá, a pedido do funcionário, ser gozada integral ou parceladamente, até dois períodos não inferiores a 30 dias, atendido o interesse da administração.

Artigo 118 - A autoridade competente, tendo em vista o interesse da administração, devidamente fundamentado, decidirá dentro dos três meses do requerimento da licença prêmio, quanto à data de seu inicio e a sua concessão, por inteiro ou parceladamente.

Artigo 119 - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença prêmio.

Artigo 120 - A concessão de licença prêmio dependerá de novo ato, quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro dos trinta dias seguintes da publicação, daquele que a deferiu.

Artigo 121 - Ao funcionário que completar cinco anos de ininterrupto e efetivo exercício poderá, a critério da administração, ser concedido o direito de receber, em dinheiro, a metade da licença prêmio a que fizer jus, se assim o requerer no prazo de até trinta dias antes do inicio da fruição da licença.

Parágrafo único - O número de funcionários em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

INCISO XI
DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Artigo 122 - O funcionário estável terá, a critério da autoridade competente, direito a licença para tratar de interesses particulares, sem vencimento e por período não superior a dois anos.

§ 1º - A licença será indeferida quando o afastamento do funcionário for inconveniente ao serviço público, mediante justificativa circunstanciada da autoridade competente.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença.

Artigo 123 - Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de completar dois anos de efetivo exercício no cargo.

Artigo 124 - A autoridade que houver concedido a licença poderá determinar o retorno do funcionário licenciado, sempre que o exigir o interesse público.

Artigo 125 - O funcionário poderá, a qualquer tempo, reassumir o exercício das atribuições do cargo, cessando, assim, os efeitos da licença.

Artigo 126 - O funcionário não obterá nova licença para tratar de interesses particulares, antes de decorridos dois anos do término da anterior.

INCISO XII
DA LICENÇA ESPECIAL

Artigo 127 - O funcionário designado para missão, estudo ou competição esportiva oficial, em outro Município, ou no exterior, terá direito a licença especial.

§ 1º - Existindo relevante interesse municipal, devidamente justificado e comprovado, a licença será concedida, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo.

§ 2º - O inicio da licença coincidirá com a designação e seu término com a conclusão da missão, estudo ou competição, até o máximo de dois anos.

§ 3º - A prorrogação da licença somente ocorrerá, em casos especiais, a requerimento do funcionário, mediante comprovada justificativa.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 128 - O ato de conceder a licença deverá ser precedido de justificativa, que demonstre a necessidade ou o relevante interesse da missão, estudo ou competição.

CAPITULO IV
DAS FALTAS

Artigo 129 - Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

Parágrafo Único - Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza ou circunstância, principalmente pela conseqüência no âmbito da família, possa constituir escusa do não comparecimento.

Artigo 130 - O funcionário que faltar ao serviço ficará obrigado a requerer, por escrito, a justificação da falta a seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer a repartição, sob pena de sujeitar-se às conseqüências da ausência.

§ 1º - Não serão justificadas as faltas que excederem a doze por ano, não podendo ultrapassar a duas por mês.

§ 2º - O chefe imediato do funcionário decidirá sobre a justificação das faltas, até o máximo de doze por ano, no prazo de três dias.

§ 3º - A justificação das que excederem 12 por ano, até o limite de 24, será submetida, devidamente informada pelo chefe imediato, à decisão de seu superior, no prazo de cinco dias.

§ 4º - Para a justificação da falta poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.

§ 5º - Decidido o pedido de justificação de falta, será o requerimento encaminhado ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

Artigo 131 - As faltas ao serviço, até o máximo de seis por ano, não excedendo a uma por mês, poderão ser abonadas, por moléstia ou por outro motivo justificado, a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o funcionário comparecer ao serviço.

§ 1º - Abonada a falta, o funcionário terá direito ao vencimento correspondente àquele dia de serviço.

§ 2º - A moléstia ser provada por atestado médico e a aceitação de outros motivos ficará a critério da chefia imediata do funcionário.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 3º - O pedido de abono deverá ser feito pelo funcionário no primeiro dia que comparecer ao serviço, em requerimento escrito ao seu chefe imediato.

CAPITULO V
DA DISPONIBILIDADE

Artigo 132 - Extinto o cargo ou declarada sua disponibilidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada integralmente até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 1º - A extinção dos cargos será efetivada através de lei, no caso de pertencerem à Prefeitura e Autarquias e fundações públicas Municipais.

§ 2º - A extinção de cargos será efetivada através de resolução, no caso de pertencerem a Câmara Municipal.

§ 3º - A declaração de desnecessidade do cargo será efetivada por Ato próprio do Prefeito, Mesa da Câmara, ou Diretor de autarquia ou fundação pública.

CAPITULO VI
DA APOSENTADORIA

Artigo 133 - O funcionário será aposentado:-

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:-

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais.

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora com proventos integrais.

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - O tempo de serviço público federal, estadual, municipal, ou prestado ao Distrito Federal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos funcionários em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função, em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 3º - O benefício da pensão por morte corresponderá a cem por cento dos vencimentos ou proventos do funcionário falecido.

§ 4º - Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca por tempo de serviço na atividade privada, rural e urbana, devendo ser comprovado por qualquer forma em direito admitidas.

Artigo 134 - A partir da apresentação dos documentos de aposentadoria, o departamento competente terá 30 (trinta) dias, para homologar a mesma, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

Artigo 135 - A aposentadoria produzirá seus efeitos, a partir da publicação do ato em órgão oficial, obedecendo as seguintes carências ao Instituto de Previdência e Benefício dos servidores públicos do Município:

I - aos servidores nomeados para cargo em comissão ou efetivo, anteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 60 (sessenta) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória;

II - aos servidores nomeados para o cargo em comissão ou efetivo, posteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 120 (cento e vinte) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção, de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CAPITULO VII
DA ACUMULAÇÃO REMUNERADA

Artigo 136 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:-

I - a dois cargos de professor;
II - a de uma cargo de professor com outro técnico ou científico;
III - a de juiz com um cargo de magistério;
IV - a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º - Em qualquer dos casos previstos neste artigo, a acumulação só será permitida, havendo compatibilidade de horários.

§ 2º - A proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Artigo 137 - Verificada a acumulação proibida, deverá o funcionário optar por um dos cargos, empregos ou funções exercidas, no prazo de 15 dias do conhecimento da Notificação.

Parágrafo Único - Provado, em processo administrativo a má-fé, o funcionário perderá o cargo, sem prejuízo da restituição do que tiver recebido indevidamente.

Artigo 138 - As autoridades que tiverem conhecimento de qualquer acumulação indevida, comunicarão o fato ao Departamento de Pessoal, sob pena de responsabilidade, nos termos da lei.

CAPITULO VIII
DA ASSISTENCIA AO FUNCIONARIO

Artigo 139 - O Município poderá dar assistência ao funcionário e sua família, concedendo entre outros, os seguintes benefícios:-

I - assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - previdência social e seguros;

III - curso de aperfeiçoamento, treinamento ou especialização profissional, em matéria de interesse municipal.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

IV - assistência judiciária.

Artigo 140 - A lei determinará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos neste Capítulo.

Parágrafo Único - Outros benefícios poderão ser concedidos desde que instituídos por lei.

Artigo 141 - Todo funcionário será inscrito em instituição de previdência social.

Artigo 142 - O Município deverá instituir, em lei, contribuição, cobrada de seus funcionários, para o custeio, em benefício destes, de serviços de previdência e assistências sociais.

CAPITULO IX
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Artigo 143 - é assegurado ao funcionário o direito de requerer, representar, pedir consideração e recorrer, em defesa de direito de interesse legítimo.

Artigo 144 - O requerimento, representação, pedido de reconsideração e recurso serão encaminhados à autoridade competente, por intermédio da autoridade imediatamente superior ao peticionário.

§ 1º - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão e somente será cabível quando contiver novos argumentos.

§ 2º - Nenhum pedido de reconsideração poderá ser renovado.

§ 3º - Somente caberá recurso quando houver pedido de reconsideração não conhecido ou indeferido.

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, em última instância, ao Prefeito.

§ 5º - Nenhum recurso poderá ser renovado.

§ 6º - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, salvo nos casos previstos em lei.

Artigo 145 - Salvo disposição expressa em contrário, é de trinta dias o prazo para interposição de pedidos de reconsideração e recurso.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 1º - O prazo a que se refere esse artigo começará a fluir a partir da comunicação oficial da decisão a ser reconsiderada ou recorrida.

§ 2º - Os pedidos de reconsideração e recursos serão decididos dentro do período de trinta dias contados da interposição.

Artigo 146 - O direito de pleitear administrativamente prescreverá:-

I - em cinco anos, nos casos relativos a demissão, aposentadoria e disponibilidade ou que afetem interesses patrimoniais e créditos resultantes das relações funcionais com a administração.

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em Lei Municipal.

Artigo 147 - O prazo de prescrição terá seu termo inicial na data da publicação oficial do ato ou, quando este for de natureza reservada para resguardar direito do funcionário, na data da ciência do interessado.

Artigo 148 - O recurso, quando cabível, interrompe o curso da prescrição.

Parágrafo Único - Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

CAPITULO IV
DO VENCIMENTO E DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

CAPITULO I
DO VENCIMENTO

Artigo 149 - Os vencimentos dos cargos da Prefeitura e da Câmara Municipal, autarquias e fundações públicas, deverão ser iguais, desde que suas atribuições sejam iguais ou semelhantes.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não se levará em conta as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

Artigo 150 - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimento para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 151 - As vantagens pecuniárias percebidas pelos funcionários não serão computadas nem acumuladas, para concessão de vantagens ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Artigo 152 - A lei estabelecerá a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos funcionários públicos municipais, observado o disposto no artigo 153.

Artigo 153 - O limite máximo da remuneração percebida em espécie, qualquer título, pelos funcionários públicos será correspondente à remuneração percebida, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Remuneração percebida em espécie pelo Prefeito Municipal é o subsídio mais a verba de representação.

§ 2º - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com o disposto neste artigo, serão imediatamente reduzidos ao limite dele decorrente, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido à irredutibilidade de vencimentos, ou percepção de excesso a qualquer título.

§ 3º - Não se considera para efeito desse artigo, as seguintes vantagens:-

I - diárias;

II - ajudas de custo;

III - gratificação de natal (13º salário);

IV - adicional de férias;

V - gratificação por tempo de serviço;

VI - salário família.

Artigo 154 - Ressalvado o disposto no § 2º do artigo anterior, os vencimentos dos funcionários públicos são irredutíveis.

Parágrafo Único - Os ocupantes de cargos efetivos, que exerçam função superior por mais de 2 anos consecutivos, terão incorporado os vencimentos e vantagens da função superior, inclusive para efeito de aposentadoria, ainda que retornem a seus cargos de origem.

Artigo 155 - O funcionário não perceberá:-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

II - gratificações;

III - ajudas de custo;

IV - adicionais por tempo de serviço;

V - salário família;

VI - auxílio natalidade;

VII - auxílio para diferença de caixa;

VIII - adicional noturno

SEÇÃO I
DAS DIARIAS

Artigo 161 - Ao funcionário que, por determinação da autoridade competente, se deslocar do Município temporariamente, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da Administração, serão concedidas, além do transporte, diária à título de indenização das despesas de alimentação e pousada, nas bases a serem fixadas em lei.

Parágrafo Único - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pousada fora do Município.

Artigo 162 - O funcionário que receber diárias e não se afastar do Município por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

Parágrafo Único - Na hipótese de o funcionário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no "caput".

SEÇÃO II
DAS GRATIFICAÇÕES

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 163 - Será concedida gratificação:-

I - pela prestação de serviços extraordinários;

II - pela execução de trabalho insalubre, perigoso ou penoso;

III - pela participação em órgão de deliberação coletiva ou banca examinadora;

IV - gratificação para médicos e dentistas;

V - de natal (13º salário);

VI - de função.

SUBSEÇÃO I
DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Artigo 164 - O funcionário público ocupante de cargo de provimento efetivo, quando convocado para trabalhar em horário diverso de seu expediente, terá direito a gratificação por serviços extraordinários.

§ 1º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário com objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.

§ 2º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário a ocupante de cargo em comissão.

Artigo 165 - A gratificação será paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado, que exceda o período normal do expediente, acrescido cinqüenta por cento do valor da hora normal de trabalho.

§ 1º - Salvo os casos de convocação de emergência, devidamente justificados, o serviço extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias.

§ 2º - Quando o serviço extraordinário for noturno, assim entendido o que for prestado no período compreendido entre vinte e duas e cinco horas, o valor será acrescido de mais vinte por cento.

§ 3º - Quando o serviço extraordinário for prestado em domingo e feriado, o funcionário receberá em dobro as horas trabalhadas.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

SUBSEÇÃO II
DA GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHO INSALUBRE, PERIGOSO OU PENOSO

Artigo 166 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os funcionários a agentes nocivos à saúde.

Parágrafo Único - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério de Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Artigo 167 - Serão consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, ou método de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos, em condições de risco acentuado.

Parágrafo Único - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao funcionário um adicional de 30% sobre o vencimento.

Artigo 168 - Serão consideradas atividades ou operações penosas, aquelas que, por sua natureza, ou método de trabalho, exponham o funcionário público a esforço físico acentuado e desgastante.

Parágrafo Único - O trabalho em condições penosas assegura ao funcionário um adicional de 30% sobre o vencimento.

Artigo 169 - O direito ao adicional de insalubridade, de periculosidade ou de penosidade, cessa, com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Artigo 170 - Haverá permanente controle da atividade de funcionários em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único - A funcionária gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

SUBSEÇÃO III
DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ORGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA OU BANCA EXAMINADORA

Artigo 171 - Ao funcionário público designado para participar em órgão de deliberação coletiva ou aquele que participar como membro ou auxiliar de banca ou comissão examinadora de concurso público, será concedida gratificação de 10%

Parágrafo Único - A gratificação poderá ser paga tantas vezes quanto for o funcionário designado para o exercício do encargo a que se refere o "caput" deste artigo, nunca se incorporando aos vencimentos do funcionário.

SUBSEÇÃO IV
DA GRATIFICAÇÃO PARA MÉDICOS E DENTISTAS

Artigo 172 - Os funcionários médicos e dentistas, lotados no setor municipal de saúde, em efetivo exercício, terão uma gratificação mensal de 25% (vinte e cinco por cento), sobre a remuneração percebida.

Parágrafo único - Os funcionários referidos no "caput" deste artigo, somente terão jus a gratificação,se durante o mês trabalhado, não tiverem nenhuma falta, ainda que justificada.

SUBSEÇÃO V
DA GRATIFICAÇÃO DE NATAL (13º SALARIO)

Artigo 173 - O funcionário terá direito a uma gratificação de Natal a ser paga até o dia 20 no mês de dezembro de cada ano.

§ 1º - A gratificação prevista neste artigo corresponderá a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§ 2º - Será considerada para efeito de cálculo de gratificação natalina, a média duodecimal das horas extras efetuadas no decorrer do ano vigente.

§ 3º - O servidor poderá pleitear até o dia 31 de janeiro, se quiser, a metade de sua gratificação de natal (13º salário) para recebimento junto com suas férias.

Artigo 174 - O funcionário exonerado ou demitido perceberá o décimo terceiro salário proporcionalmente aos meses de exercício, calculado sobre a remuneração do mês da exoneração.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

concessão de quinquênios e subseqüentes.

Artigo 181 - O funcionário que completar cinco quinquênios no serviço público municipal perceberá a sexta parte do seu vencimento, ao qual se incorporará automaticamente, para todos os efeitos.

Parágrafo único - O funcionário ocupante de cargo em comissão, e no exercício de cargo em substituição, terá direito ao adicional previsto nesta seção, calculado sobre o vencimento deste cago enquanto nele permanecer.

SEÇÃO V
DO SALARIO FAMILIA

Artigo 182 - O salário família será concedido ao servidor ativo, inativo ou em disponibilidade do serviço público municipal, para os seguintes dependentes:

I - filhos menores de 14 (quatorze) anos;

II - filhos inválidos ou mentalmente incapazes.

§ Único - Compreende-se filho de qualquer condição, aquele que mediante autorização judicial estiver sob a sua guarda e sob sua dependência econômica.

Artigo 183 - Quando mãe e pai forem servidores municipais ativos, inativos ou em disponibilidade do serviço público municipal, o salário família será concedido separadamente.

Artigo 184 - Ao pai e a mãe, equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Artigo 185 - Ocorrendo o falecimento do servidor, o salário família continuará a ser pago aos filhos até completarem os 14 (quatorze) anos.

Parágrafo Único - No caso em que o órgão não tenha exigido os documentos, este poderá ser efetuado mediante requerimento, pelo servidor, para ser efetuado o pagamento do salário família.

Artigo 186 - O valor do salário família será fixado nos termos de Lei Federal.

Artigo 187 - Todo aquele que por ação ou omissão efetuar pagamento indevido de salário família, ficará obrigado a restituir o indébito, sem prejuízos das demais cominações legais.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Parágrafo Único - Considera-se responsável, para todos os efeitos, aquele que houver firmado atestados ou declarações falsas, para instrução do pedido de salário família.

SEÇÃO VI
DO AUXILIO NATALIDADE

Artigo 188 - A título de auxílio-natalidade o funcionário terá direito, por nascimento de cada filho, à importância correspondente à 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

§ 1º - Quando o pai e a mãe forem servidores municipais e viverem em comum, o auxílio-natalidade será concedido ao pai.

§ 2º - O auxílio-natalidade será pago até trinta dias contados da data da apresentação, pelo funcionário, da certidão de nascimento respectiva.

§ 3º - O benefício de que se trata o "caput" será devido também ao natimorto, desde que devidamente registrado.

SEÇÃO VII
DO AUXILIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

Artigo 189 - O auxílio para diferença de caixa, concedido aos tesoureiros ou caixas que, no exercício do cargo, paguem ou recebam em moeda corrente, é fixado em 10% (dez por cento), sobre o valor do seu vencimento.

Parágrafo Único - O auxílio só será devido enquanto o funcionário estiver efetivamente, executando serviços de pagamento ou recebimento, não se incorporando ao seu vencimento.

SEÇÃO VIII
DO ADICIONAL NOTURNO

Artigo 190 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.

TITULO V
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I
DOS DEVERES

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 191 - Serão deveres do funcionário além dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo o dos que decorrem, em geral, de sua condição de servidor público:-

I - comparecer ao serviço, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho extraordinários, quando convocado;

II - cumprir as determinações superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando manifestamente ilegais;

III - executar os serviços que lhe competir e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos que lhe for incumbido;

IV - tratar com urbanidade os colegas e o público em geral, atendendo este sem preferência pessoal;

V - providenciar para que sempre esteja atualizada, no assentamento individual, sua declaração de família, de residência e de domicílio;

VI - manter cooperação e solidariedade com relação aos companheiros de trabalho;

VII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com o uniforme que for determinado;

VIII - representar aos superiores sobre irregularidades de que tenha conhecimento;

IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;

X - atender, com preferência a qualquer outro serviço, as requisições de documentos, papéis, informações ou providências destinadas à defesa da Fazenda Municipal;

XI - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;

XIII - ser leal às instituições a que servir;

XIV - manter observância às normas legais e regulamentos;

XV - atender com presteza:

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

a) o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvado aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e da Administração;

b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

XVI - manter a conduta compatível com a moralidade administrativa;

XVII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder.

CAPITULO II
DAS PROIBIÇÕES

Artigo 192 - São proibidas ao funcionário toda ação ou omissão capazes de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;

V - referir-se publicamente, de modo depreciativo às autoridades constituídas e aos atos da administração;

VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

VII - compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuges, companheiro ou parente até o segundo grau;

IX - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

X - exercer comércio entre os companheiros de serviço no local de trabalho;

XI - valer-se de sua qualidade de funcionário, para obter proveito pessoal para si ou para outrem;

XII - pleitear, como procurador ou intermediário, junto à repartições municipais, salvo quando se tratar de interesse do cônjuge ou de parentes, até segundo grau;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem prévia autorização do chefe do Executivo Municipal;

XIV - receber de terceiros qualquer vantagem, por trabalhos realizados na repartição, ou pela promessa de realizá-los;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

XVII - fazer com a Administração Direta ou Indireta contratos de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços com fins lucrativos, para si ou como representante de outrem;

XVIII - exercer ineficientemente suas funções;

XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais do serviço público para fins particulares ou ainda utilizar da sua condição de funcionário público para ratificar atos de sua vida particular;

XX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

CAPITULO III
DA RESPONSABILIDADE

SEÇAO I
DISPOSIÇOES GERAIS

Artigo 193 - O funcionário responderá civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Artigo 194 - A responsabilidade civil decorrerá de con-

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

duta dolosa ou culposa devidamente apurada, que importe em prejuízo para Fazenda Municipal ou terceiros.

§ 1º - O funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, ou a omissão em efetuar o recolhimento ou entradas, nos prazos legais.

§ 2º - Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidada, mediante desconto em folha, nunca excedente de 20% da remuneração, à falta de outros bens que respondam pela indenização.

§ 3º - Quando o funcionário solicitar exoneração, abandonar o cargo ou for demitido, não terá direito ao parcelamento previsto no parágrafo 2º.

§ 4º - Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em razão regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão judicial que houver condenado a Fazenda Municipal ao ressarcimento dos prejuízos

Artigo 195 - A responsabilidade penal será apurada nos termos da legislação federal aplicável.

Artigo 196 - A responsabilidade administrativa será apurada perante os superiores hierárquicos do funcionário.

Parágrafo Unico - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

Artigo 197 - O pagamento da indenização a que ficar obrigado o funcionário, não exime da pena disciplinar em que ocorrer.

SEÇÃO II
DA PENALIDADES

Artigo 198 - São penas disciplinares:-

I - advertências;

II - multa ou repreensão;

III - suspensão;

IV - demissão;

V - cassação da aposentadoria e da disponibilidade.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 199 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes funcionais atendendo-se, sempre, a devida proporção entre o ato praticado e a pena a ser aplicada.

Artigo 200 - A advertência por escrito, nos casos de violação de proibição constante no artigo 192, incisos I a XX, é de observância de dever funcional.

Artigo 201 - A pena de multa ou repreensão será aplicada por escrito, nos casos de reincidência em infração sujeita à pena de advertência.

Artigo 202 - A pena de suspensão, que não excederá a noventa dias, será aplicada:-

I - até trinta dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente;

II - em caso de reincidência de infração sujeita à pena de repreensão e de violação das demais proibições que não tipifiquem infrações sujeitas à pena de demissão.

Artigo 203 - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Artigo 204 - A pena de demissão será aplicada nos casos de:-

I - crime contra a Administração Pública;

II - abandono do cargo ou falta de assiduidade habitual;

III - incontinência pública e embriaguez habitual;

IV - insubordinação grave em serviço;

V - ofensa física, em serviço, contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa;

VI - aplicação irregular do dinheiro público;

VII - lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio público municipal;

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VIII - revelação de segredo confiado em razão do cargo.

Artigo 205 - Configura-se o abandono de cargo quando o funcionário se ausenta intencionalmente do serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Artigo 206 - Entende-se por falta de assiduidade habitual a ausência do serviço sem causa justificada, por sessenta dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Artigo 207 - A aplicação de qualquer das penalidades prevista neste estatuto dependerá, sempre, de prévia motivação da autoridade competente.

Artigo 208 - Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade ao ficar provado, em procedimento administrativo em que se assegure ampla defesa do inativo, que este:-

I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual seja cominada, neste Estatuto, pena de demissão;

II - aceitou cargo ou função pública em desconformidade com a lei;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do Chefe do Executivo.

Artigo 209 - Prescreverão:-

I - de um ano, as faltas disciplinares sujeitas às penas de advertência ou repreensão;

II - em dois anos, as faltas disciplinares sujeitas à pena de suspensão;

III - em cinco anos, as faltas disciplinares sujeita à pena de demissão.

§ 1º - O prazo prescricional começa a correr do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 2º - Interrompe-se a prescrição pela instauração de sindicância ou procedimento administrativo.

Artigo 210 - Para aplicação das penalidades, são competentes:-

I - O Prefeito, a Mesa da Câmara ou o diretor de autarquia ou fundação pública, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade e suspensão por mais de trinta dias;

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

II - Os secretários ou chefes imediatos, nos demais casos de suspensão;

III - As autoridades administrativas, com relação aos seus subordinados, nos casos de advertência e repreensão.

CAPITULO IV
DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

SEÇAO I
DISPOSIÇOES GERAIS

Artigo 211 - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a apuração imediata dos fatos e a responsabilidade, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, sendo assegurado ao funcionário o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 1º - As providências para a apuração terão inicio, a partir do conhecimento dos fatos e serão tomadas na unidade onde estes ocorreram, devendo consistir, no mínimo, de um relatório circunstanciado sobre o que se verificou.

§ 2º - A averiguação preliminar de que trata o parágrafo anterior deverá ser cometida a funcionário ou comissão de funcionários previamente designada para tal finalidade.

SEÇAO II
DA SINDICANCIA

Artigo 212 - A sindicância é a peça preliminar e informativa do processo administrativo disciplinar, devendo ser promovida quando os fatos não estiverem definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria da infração.

Artigo 213 - A sindicância não comporta o contraditório constituindo-se em procedimento de investigação e não de punição.

Artigo 214 - A sindicância deverá ser concluída no prazo de trinta dias, que só poderá ser prorrogado por um único e igual período mediante solicitação fundamentada.

Artigo 215 - Da sindicância instaurada pela autoridade, poderá resultar:-

I - o arquivamento do processo desde que os fatos não

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

configurem evidentes infrações disciplinares;

II - a apuração da responsabilidade do funcionário.

SEÇÃO III
DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Artigo 216 - O Prefeito, a Mesa da Câmara e os Diretores de autarquia e fundações públicas poderão determinar a suspensão preventiva do funcionário, por até trinta dias prorrogáveis por igual prazo, se houver comprovada necessidade de seu afastamento para apuração de falta e ele imputada.

Parágrafo único - O funcionário terá direito:

I - a contagem do tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado suspenso preventivamente, quando do processo não resultar pena disciplinar, ou quando esta se limitar a repreensão;

II - a contagem do período do afastamento que exceder o prazo da suspensão disciplinar aplicada;

III - a contagem do período de suspensão preventiva e ao pagamento da remuneração quando não for provada sua responsabilidade.

SEÇÃO IV
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 217 - O processo administrativo é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de funcionário por ação ou omissão no exercício de suas atribuições, ou de outros atos que tenham relação com as atribuições inerentes ao cargo e que caracterizem infração disciplinar.

Parágrafo Único - É obrigatória a instauração de processo administrativo, quando a falta imputada, por sua natureza, possa determinar a pena de suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Artigo 218 - O processo será realizado por comissão de três funcionários efetivos, de condição hierárquica igual ou superior à do indiciado, designada pela autoridade competente.

§ 1º - No ato de designação da comissão processante, um de seus membros será incumbido de, como presidente, dirigir os trabalhos.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 2º - O presidente da comissão designará um funcionário, que poderá ser um dos membros da comissão, para secretariar seus trabalhos.

Artigo 219 - A autoridade processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Artigo 220 - O prazo para conclusão do processo administrativo será de sessenta dias, a contar da citação do funcionário acusado, prorrogáveis por igual período, mediante autorização de quem tenha determinado a sua instauração.

Parágrafo Único - Em caso de mais de um funcionário acusado, o prazo previsto neste artigo será em dobro.

SUBSEÇÃO ÚNICA
DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

Artigo 221 - O processo administrativo será iniciado pela citação pessoal do funcionário, tomando-se suas declarações e oferecendo-lhe oportunidade para acompanhar todas as fases do processo.

Parágrafo Único - Achando-se o funcionário ausente do lugar, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo administrativo o comprovante de registro, não sendo encontrado o funcionário ou ignorando-se o seu paradeiro, a citação se fará no prazo de quinze dias, por edital inserto por três vezes seguidas no órgão de imprensa oficial.

Artigo 222 - A autoridade processante realizará todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando necessário, a técnicos ou peritos.

Artigo 223 - As diligências, depoimentos de testemunhas e esclarecimentos técnicos ou periciais serão reduzidos a termo nos autos do processo administrativo.

Artigo 224 - Feita a citação sem que compareça o funcionário, o processo administrativo prosseguirá à sua revelia.

§ 1º - Será dispensado termo, no tocante à manifestação de técnico ou perito, se por este for elaborado laudo para ser juntado aos outros.

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

§ 2º - Os depoimentos de testemunhas serão tomados em audiência, na presença do funcionário que para tanto será pessoal e regularmente intimado.

Artigo 225 - Se as irregularidades apuradas no processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará certidões das suas peças necessárias ao órgão competente, para instauração de inquérito policial.

Artigo 226 - A autoridade processante assegurará ao funcionário todos os meios adequados à ampla defesa.

§ 1º - O funcionário poderá constituir procurador para fazer sua defesa.

§ 2º - Em caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, advogado do Município que se incumba da defesa do funcionário.

Artigo 227 - Tomadas as declarações do funcionário ser-lhe-á dado prazo de cinco dias, com visto do processo, para oferecer defesa prévia e requerer provas.

Parágrafo Único - Havendo dois ou mais funcionários, o prazo será comum e de dez dias, contados a partir das declarações do último deles.

Artigo 228 - Encerrada a instauração do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao funcionário ou a seu defensor, para que, no prazo de oito dias, apresente suas razões finais de defesa.

Parágrafo Único - O prazo será comum e de quinze dias, se forem dois ou mais funcionários.

Artigo 229 - Apresentada ou não a defesa final, após o decurso do prazo, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando o relatório fundamentado, no qual proporá, a absolvição ou punição do funcionário, indicado, neste caso, a pena cabível bem como o seu embasamento legal.

Parágrafo Único - O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a instauração do processo, dentro de dez dias contados do término do prazo para apresentação da defesa final.

Artigo 230 - A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestarem os esclarecimentos que forem necessários.

Artigo 231 - Recebido o processo com o relatório, a

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

autoridade competente proferirá a decisão, em dez dias, por despacho motivado, prorrogáveis por tempo igual.

§ 1º - Se o processo não for decidido no prazo legal o indiciado, se estiver afastado, reassumirá automaticamente o exercício do cargo, aguardando decisão.

§ 2º - Nos casos de alcance ou malversação dos dinheiros públicos, apurados nos autos, o afastamento prolongar-se-á até a decisão final do processo.

Artigo 232 - Da decisão final será cabível revisão prevista nesta lei.

Artigo 233 - O funcionário só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo, desde que reconhecida a sua inocência.

Artigo 234 - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão para a instauração de novo processo.

Artigo 235 - Quando a infração disciplinar estiver capitulada como crime na lei penal, o processo administrativo será remetido ao Ministério Público.

SEÇÃO V
DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 236 - A revisão será recebida e processada mediante requerimento quando:-

I - a decisão for manifestadamente contrária ao dispositivo legal, ou à evidência dos outros;

II - surgirem, após a decisão, provas de inocência do punido.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de penalidade injusta.

§ 2º - A revisão poderá se verificada a qualquer tempo, não sendo vedada agravação da pena.

§ 3º - O pedido de revisão poderá ser formulado mesmo após o falecimento do punido.

Artigo 237 - O pedido de revisão será sempre dirigido a autoridade competente para instaurá-lo, que decidirá sobre o seu processamento.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Artigo 238 - Estará impedida de funcionar no processo revisional a comissão que participou do processo disciplinar primitivo.

Artigo 239 - Julgada procedente a revisão, a autoridade competente determinará a redução, o cancelamento ou a anulação da pena.

Parágrafo Único - A decisão deverá ser sempre fundamentada e publicada pelo órgão oficial do Município, ou na sua falta afixada no quadro de publicações, da sede da prefeitura e Câmara Municipal.

Artigo 240 - Aplica-se ao processo de revisão, no que couber, o previsto neste Estatuto para o processo disciplinar.

TITULO VI
DISPOSIÇOES FINAIS

Artigo 241 - Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se do vencimento, salvo expressa disposição em contrário.

Parágrafo Único - Considera-se prorrogação o prazo até o primeiro dia útil, se o término ocorrer sábado, domingo, feriado ou em dia que:-

I - não haja expediente;

II - o expediente for encerrado antes do horário normal

Artigo 242 - São isentos de qualquer pagamento os requerimentos, certidões e outros papéis que, na ordem administrativa, interessem ao servidor público municipal, ativo ou inativo.

Artigo 243 - Os ocupantes de empregos permanentes que já se submeteram a concurso público, serão automaticamente efetivado nos cargos, levando as vantagens advindas do tempo se serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

Artigo 244 - Os ocupantes de empregos permanentes ao se

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

submeterem a concurso público para fins de efetivação em cargos, levarão as vantagens advindas do tempo de serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

Artigo 245 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 246 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1995.

Artigo 247 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Holambra, aos 15 de setembro de 1995.

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Presidente

VEREADOR VALTER COSTELLA
Vice-Presidente

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI
1º Secretário

VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
2º Secretário

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, nos termos do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal.

LUCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCANTARA
Chefe de Expediente e Secretaria

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

C.OF.Nº 098/95
GPM/CC/csss
Holambra, 26 de setembro de 1995.

Senhor Presidente:

De ordem do Senhor Prefeito Municipal e para os devidos fins, encaminho à essa Egrégia Câmara, incluso, Lei Complementar nº 052/95.

Limitados ao exposto, renovamos nossos protestos de elevada estima e especial consideração.

Atenciosamente

Clea Sylvia Sabino de Souza
Chefe de Expediente e Secretaria

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
MD.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
HOLAMBRA - SP

PROTOCOLO
N.o de Ordem 506
Fls. No 13 Livro No 02
Data 26/09/95
SECRETARIA

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

R: Campo de Pouso s/nº - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 860-1321 / 860-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 052 DE 25 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Holambra.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei disciplina os direitos, deveres e responsabilidades a que se submetem os funcionários da Prefeitura, Câmara, autarquias e fundações públicas do Município de Holambra.

Artigo 2º - Para os efeitos deste Estatuto, considera-se:

I - funcionário público: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão;

II - cargo público: conjunto de atribuições e responsabilidades acometidas a um funcionário, instituído nos quadros do funcionalismo, criado por lei ou resolução com denominação própria e atribuições específicas;

III - vencimento: retribuição pecuniária básica, fixada em lei, paga mensalmente ao funcionário público, pelo exercício das atribuições inerentes ao seu cargo;

IV - remuneração: remuneração pecuniária básica acrescida da quantia referente às vantagens pecuniárias a que o funcionário tem direito;

V - classe: agrupamento de cargos públicos da mesma denominação e idêntica referência de vencimento e mesmas atribuições;

VI - carreira: conjunto de classes da mesma natureza de trabalho e idêntica habilitação profissional, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade das atribuições, para progressão privativa dos titulares dos cargos que a integram;

VII - quadro: o conjunto de cargos integrantes das estruturas dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e das fundações públicas.

Artigo 3º - Aos cargos públicos corresponderão referências numéricas seguidas de números em algarismos romanos indicadores de graus.

§ 1º - Referência é o número indicativo da posição de cargo na escala básica de vencimentos.

§ 2º - Grau é o número em algarismos romanos indicativo da posição do cargo na escala básica de vencimentos.

§ 3º - O conjunto de referência e grau constitui o padrão de vencimentos.

TITULO II
DO PROVIMENTO, DO EXERCICIO E DA VACANCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

CAPITULO I
DOS CARGOS PÚBLICOS

Artigo 4º - Os cargos públicos são isolados ou de carreira.

§ 1º - Os cargos de carreira são sempre de provimento efetivo.

§ 2º - Os cargos isolados são de provimento efetivo ou em comissão, conforme dispuser a lei.

Artigo 5º - As atribuições dos titulares dos cargos públicos serão estabelecidas em decreto regulamentar, ou na Lei criadora do cargo.

Parágrafo Unico - É vedado atribuir ao funcionário público encargos ou serviços diversos daqueles relativos ao seu cargo, exceto quando se tratar de funções de chefia ou direção, de designações especiais e dos casos de readaptação.

CAPITULO II
DO PROVIMENTO

Artigo 6º - Provimento é o ato administrativo através do qual se preenche um cargo público, com a designação do seu titular.

Parágrafo Único - O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder, do dirigente de autarquia ou de fundação pública.

Artigo 7º - Os cargos públicos serão acessíveis a todos os que preencham, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ter sido previamente habilitado em concurso, ressalvado o preenchimento de cargo de livre provimento em comissão;

III - estar em gozo dos direitos políticos;

IV - estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

V - gozar de boa saúde, física e mental, comprovada em exame médico, ressalvados os direitos dos deficientes físicos;

VI - possuir habilitação profissional para o exercício das atribuições inerentes ao cargo, quando for o caso;

VII - atender às condições especiais prescritas em lei para provimento do cargo.

Artigo 8º - Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;
II - reintegração;
III - reversão;
IV - aproveitamento;
V - transferência;
VI - acesso.
VII - readaptação

CAPITULO III
DA NOMEAÇÃO

Artigo 9º - Nomeação é o ato administrativo pelo qual o cargo público é atribuído a uma pessoa.

Parágrafo Único - As nomeações serão feitas:

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

I - livremente, em comissão, a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de cargo de confiança;

II - vinculadamente, em caráter efetivo, quando se tratar de cargo cujo preenchimento depende de aprovação em concurso.

Artigo 10 - A nomeação em caráter efetivo obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação em concurso cujo prazo de validade esteja em vigor.

CAPITULO IV
DO ESTAGIO PROBATORIO

Artigo 11 - Estágio probatório é o período de 2 (dois) anos de exercício do funcionário a partir de sua nomeação em caráter efetivo, durante o qual serão apurados os seguintes aspectos, acerca de sua vida funcional: -

I - assiduidade;
II - disciplina;
III - eficiência;
IV - aptidão de dedicação ao serviço;
V - cumprimento dos deveres e obrigações funcionais.
VI - capacidade de iniciativa
VII - produtividade
VIII - responsabilidade

§ 1º - O órgão de pessoal manterá cadastro dos funcionários em estágio probatório.

§ 2º - Cinco meses antes do fim do estágio probatório, o órgão de pessoal solicitará informações sobre o funcionário ao seu chefe direto, que deverá prestá-las no prazo de dez dias.

§ 3º - Caso as informações sejam contrárias à confirmação do funcionário no cargo, ser-lhe-á concedido o prazo de dez dias para que apresente defesa, e instaurado processo administrativo para a apuração do fato.

§ 4º - Se, após a defesa, for aconselhada a exoneração do funcionário, o processo será remetido à autoridade competente para a decisão final.

§ 5º - A confirmação do funcionário no cargo não dependerá de novo ato.

§ 6º - A apuração dos requisitos de que trata este artigo deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário, se for o caso, possa ser feita antes de findo o prazo do estágio.

§ 7º - Enquanto em estágio probatório, o funcionário não poderá ser designado para exercer cargo diverso daquele para o qual foi nomeado.

Artigo 12 - O funcionário nomeado em virtude de concurso público adquirirá estabilidade após dois anos de efetivo exercício.

Parágrafo Único - A estabilidade assegura ao funcionário a garantia de permanência no serviço público.

Artigo 13 - O funcionario estável somente perderá o cargo: -

I - em virtude de decisão judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.

CAPITULO V
DO CONCURSO

Artigo 14 - O concurso Público reger-se-á por edital, que conterá, basicamente, o seguinte: -

I - indicação do tipo de concurso: de provas ou de provas e títulos;

II - indicação das condições necessárias ao preenchimento do cargo, de acordo com as exigências legais, tais como:

a) diplomas necessários ao desempenho das atribuições do cargo;

b) experiência profissional relacionada com a área de atuação;

c) capacidade física para o desempenho das atribuições do cargo;

d) idade mínima ou máxima a ser fixada de acordo com a natureza das atribuições do cargo, respeitando-se apenas o limite constitucional para aposentadoria compulsória.

III - indicação do tipo e do conteúdo das provas e das categorias de títulos;

IV - indicação da forma de julgamento das provas e dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

títulos;

V - indicação dos critérios de habilitação e classificação;

VI - indicação do prazo de validade do certame.

Parágrafo Único - As normas gerais para a realização dos concursos estabelecidas na Lei Orgânica do Município, art.107 e incisos.

Artigo 15 - O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a pedido do titular do setor interessado, autorizada ou não pelo chefe do Executivo ou Legislativo.

Artigo 16 - O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado dentro do prazo de seis meses, contados da data de encerramento das inscrições.

Artigo 17 - As provas e a titulação serão julgadas por uma comissão de no mínimo três membros, profissionalmente habilitados e designados pela autoridade competente.

Artigo 18 - A lei reservará percentual dos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

CAPITULO VI
DA REINTEGRAÇÃO

Artigo 19 - Reintegração é o reingresso do funcionário estável no serviço público municipal em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

Artigo 20 - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado.

§ 1º - Se o cargo houver sido transformado, o funcionario será reintegrado no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Se o cargo houver sido extinto, será reintegrado em cargo de vencimento e atribuições equivalentes, sempre respeitada sua habilitação profissional.

Artigo 21 - Reintegrado o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 22 - Transitada em julgado a decisão judicial que determinar a reintegração, o orgão incumbido da defesa do Município representará imediatamente à autoridade competente para que seja expedido o ato de reintegração no prazo máximo de trinta dias.

CAPITULO VII
DA REVERSÃO

Artigo 23 - Reversão é o retorno à atividade do funcionário por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á em cargo de idêntica denominação, atribuições e vencimentos aos daquele ocupado por ocasião da aposentadoria ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o funcionário exercerá cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 24 - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 anos de idade.

CAPITULO VIII
DO APROVEITAMENTO

Artigo 25 - Aproveitamento é o retorno, a cargo público, de funcionário colocado em disponibilidade.

Artigo 26 - O aproveitamento daquele que foi posto em disponibilidade é direito do funcionário e dever da administração que o conduzirá, quando houver vaga, a cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

Artigo 27 - O funcionário em disponibilidade que, em inspeção médica oficial, for considerado incapaz para o desempenho de suas atribuições será aposentado no cargo que anteriormente ocupava, sempre ressalvada a possibilidade de readaptação.

CAPITULO IX
DA TRANSFERÊNCIA

Artigo 28 - Transferência é a passagem do funcionário de um cargo para outro cargo da mesma denominação, atribuições

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

vencimentos, pertencente, porém, a orgão de lotação diferente.

Parágrafo Único - A transferência poderá ser feita a pedido do funcionário, atendida sempre a conveniência do serviço.

Artigo 29 - Não poderá ser transferido "ex ofício" funcionário investido em mandato eletivo nos poderes Executivo ou Legislativo.

Artigo 30 - A transferência por permuta processar-se-á a pedido escrito de ambos os interessados.

Artigo 31 - A permuta entre funcionários da Prefeitura, da Câmara, das autarquias e das fundações públicas do Município somente poderá ser efetuada a pedido dos interessados e mediante consentimento das autoridades a que estejam subordinadas.

CAPITULO X
DO ACESSO

Artigo 32 - Acesso é a passagem do funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo para outro da classe imediatamente superior àquele em que se encontra, dentro da respectiva carreira.

Parágrafo Único - O acesso dependerá de êxito do funcionário em processo seletivo interno, em que se apurará sua aptidão para desempenho de atribuições mais complexas e que justificam sua ascensão funcional.

Artigo 33 - O funcionário somente poderá concorrer à seleção interna, a que se refere o artigo anterior, se:-

I - satisfizer os requisitos necessários ao preenchimento do cargo público de classe superior;

II - contar com mais de dois anos de efetivo exercício no seu cargo.

Artigo 34 - Havendo empate no processo seletivo interno, terá preferência sucessivamente o funcionário público que:-

I - contar com mais tempo de serviço no seu cargo;

II - contar com mais tempo de serviço público municipal;

III - tiver maior número de filhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 35 - O direito a pertencer a carreira, nos casos em que isso seja possivel, é direito indisponível do funcionário público.

CAPITULO XI
DA PROMOÇÃO

Artigo 36 - Promoção é a passagem do funcionário estável de um determinado grau para o imediatamente superior, da mesma classe, dentro da respectiva carreira.

Artigo 37 - A promoção obedecerá aos criterios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Artigo 38 - Havendo fusão de classes para os efeitos deste artigo será considerado o exercício na classe anterior.

Artigo 39 - O merecimento é adquirido na classe.

§ 1º - Não poderá ser promovido por merecimento o funcionário que, na classe em promoção, tiver sofrido quaisquer das penalidades previstas nesta lei.

§ 2º - O merecimento apurar-se-á em pontos, avaliados em escala de zero a 100 para cada um dos seguintes fatores:

I - eficiência;

II - dedicação ao serviço;

III - disciplina;

IV - pontualidade;

V - iniciativa.

§ 3º - Só serão considerados, para efeito de promoção por merecimento, os funcionários que obtiverem o minimo de 350 pontos, na soma dos fatores enumerados neste artigo.

§ 4º - Quando ocorrer empate na apuração do merecimento dos funcionários, serão levados em consideração, sucessivamente, para efeito de desempate, os seguintes elementos:

I - títulos e comprovantes de conclusão ou freqüência em cursos, seminários ou simpósios, desde que relacionados com a função exercida;

II - assiduidade;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

III - maior tempo de serviço público;

IV - maior tempo de serviço público municipal;

V - número de dependentes.

Artigo 40 - A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe.

§ 1º - Será contado em dias o tempo de efetivo exercício na classe para sua apuração.

§ 2º - O funcionário reintegrado em seu cargo fará jus às promoções cabíveis por antiguidade, como se não tivesse interrompido o exercício.

§ 3º - Quando ocorrer empate na apuração da antiguidade, terão preferência os funcionários que apresentarem os seguintes requisitos, pela ordem:

I - maior tempo de serviço público municipal;

II - maior tempo de serviço público;

III - maior número de dependentes;

IV - maior idade.

Artigo 41 - As promoções poderão ser realizadas anualmente.

Parágrafo Único - A promoção deverá ser instaurada e concluída no primeiro semestre do ano e seus efeitos pecuniários vigerão a partir do primeiro dia do mês de julho.

Artigo 42 - Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção a que tinha direito.

Artigo 43 - O órgão competente organizará as listas de promoção para cada classe, que deverão conter os nomes dos funcionários classificados.

Artigo 44 - Não poderá ser promovido o funcionário nos seguintes casos:

I - quando não tenha o interstício de 730 dias de efetivo e ininterrupto exercício na classe;

II - enquanto em estágio probatório;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

III - se estiver suspenso disciplinarmente, em virtude de decisão administrativa.

Artigo 45 - Ao funcionário afastado para tratar de interesse particular, somente se abonarão as vantagens decorrentes da promoção a partir da data da reassunção.

Artigo 46 - O funcionário suspenso preventivamente poderá ser promovido, mas a promoção será tomada sem efeito se sobrevier a procedência da penalidade aplicada.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o funcionário perceberá o vencimento correspondente ao novo grau e somente após ter sido tornada sem efeito a penalidade aplicada, caso em que a promoção surtirá seus efeitos, de conformidade com o disposto no artigo 41, parágrafo único.

Artigo 47 - O período em que o funcionário estiver suspenso não será computado para efeito de promoção e a aplicação dessa penalidade interrompe o curso do interstício mínimo previsto no artigo 44, inciso I.

Artigo 48 - Só por antiguidade poderá ser promovido o funcionário em exercício de mandato eletivo.

Artigo 49 - Os direitos e vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da data prevista no parágrafo único do artigo 41.

Artigo 50 - Será anulada a promoção feita indevidamente e, assim ocorrendo, será promovido quem de direito.

§ 1º - O funcionário indevidamente promovido não ficará obrigado à restituição do que a mais houver percebido, salvo se comprovado dolo ou má-fé de sua parte.

§ 2º - O funcionário a quem cabia a promoção será então promovido, fazendo jus às diferenças de vencimento a que tiver direito, desde a data prevista no parágrafo único, do artigo 41.

Artigo 51 - É facultado ao funcionário provocar a abertura do competente processo de promoção, quando não for instaurado no prazo previsto nesta lei (artigo 41, parágrafo único).

Artigo 52 - Compete ao órgão de pessoal processar a promoção, respeitadas as disposições desta lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAPITULO XII
DA READAPTAÇÃO

Artigo 53 - Readaptação é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física e mental verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptado será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargos de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

Artigo 54 - A readaptação não acarretará aumento ou diminuição de vencimentos.

Artigo 55 - É vedada a readaptação para cargo de provimento em comissão.

CAPITULO XIII
DA POSSE

Artigo 56 - Posse é o ato através do qual o poder público expressamente, outorga e o funcionário, expressamente, aceita as atribuições e os deveres inerentes ao cargo público, adquirindo, assim, a sua titularidade.

Parágrafo Único - São competentes para dar posse:-

I - o Prefeito, aos Secretários Municipais e agentes políticos a estes equiparados, e aos dirigentes de autarquias e fundações públicas;

II - o responsável pelo órgão de pessoal, nos demais casos.

Artigo 57 - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo Único - Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para exercício do cargo.

Artigo 58 - A posse verificar-se-á mediante a assinatura do funcionário e da autoridade competente, de termo lavrado em livro próprio, do qual constará obrigatoriamente o compromisso do funcionário de cumprir fielmente os deveres do cargo e os constantes desta lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 1º - A posse poderá ser efetivada por procuração outorgada com poderes especiais;

§ 2º - No ato da posse, o funcionário declarará se exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública remunerada, na administração direta ou em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou, ainda, em fundação pública.

§ 3º - Os ocupantes de cargos de direção e/ou chefia farão, no ato da posse, declaração de bens.

§ 4º - A não observância dos requisitos exigidos para preenchimento do cargo implicará a nulidade do ato de nomeação e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Artigo 59 -A posse somente ocorrerá nos casos de provimento de cargo por nomeação e acesso.

Artigo 60 - A posse deverá se verificar no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo poderá, a critério da autoridade nomeante, ser prorrogado por trinta dias, desde que assim o requeira, fundamentadamente, o interessado.

§ 2º - A contagem do prazo a que se refere este artigo poderá ser suspensa até o máximo de cento e vinte dias, a partir da data em que o funcionário demonstrar que está impossibilitado de tomar posse por motivo de doença apurada em inspeção médica.

§ 3º - O prazo previsto neste artigo, para aquele que, antes de tomar posse, for incorporado às Forças Armadas, será contado a partir da data de desincorporação.

Artigo 61 - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação, se a posse não se der no prazo previsto no art. 60 e seus parágrafos.

CAPITULO XIV
DO EXERCICIO

Artigo 62 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições e deveres do cargo.

Parágrafo Unico - O inicio, a interrupção, o reinicio e a cessação do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Artigo 63 - O chefe imediato do funcionário é a autoridade competente para autorizar-lhe o exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

II - em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidos por institutos oficiais ou campanhas legalmente autorizadas;

III - em títulos de dívida pública da União, do Estado ou do Município.

§ 1º - É vedado o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

§ 2º - O valor da fiança, corrigido monetariamente, será devolvido ao funcionário, após a tomada de contas efetivadas pela autoridade competente.

§ 3º - O responsável por alcance ou desvio não ficará isento da responsabilidade administrativa ou criminal que couber, ainda que o valor da fiança seja superior ao prejuízo verificado.

CAPITULO XVI
DA REMOÇÃO

Artigo 71 - Remoção é o deslocamento do funcionário de uma unidade para outra, dentro do mesmo órgão de lotação, a pedido do funcionário interessado.

Artigo 72 - A remoção por permuta será processada a pedido escrito dos interessados, com a concordância das respectivas chefias, atendida a conveniência administrativa.

Artigo 73 - O funcionário removido deverá assumir de imediato o exercício na unidade para a qual foi deslocado, salvo quando em férias, licença ou desempenho de cargo em comissão, hipóteses em que deverá se apresentar no primeiro dia útil após o término de impedimento.

CAPITULO XVIII
DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 74 - Haverá substituição remunerada no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo público efetivo ou em comissão.

Artigo 75 - A substituição recairá sempre em funcionário público titular de cargo de provimento efetivo, que possua habilitação para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo do substituído.

Parágrafo Único - Quando a substituição for de cargo pertencente a carreira, a designação deverá recair sobre um de seus integrantes, dando-se preferência ao próximo imediato da carreira.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Artigo 76 - A substituição será automática quando prevista em lei e dependerá de ato da autoridade competente quando for efetivada para a conveni@ncia administrativa.

§ 1º - A autoridade competente para nomear será competente para formalizar, por ato próprio, a substituição.

§ 2º - O substituto desempenhará as atribuições de cargo enquanto perdurar o impedimento do titular.

Artigo 77 - O substituto, durante todo o tempo da substituição, terá direito a perceber o vencimento e as vantagens pecuniárias inerentes ao cargo do substituído, sem prejuízo das vantagens pessoais a que tiver direito, podendo optar pelo vencimento do cargo de que é ocupante em caráter efetivo.

Parágrafo Unico -Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições; a substituição automática será gratuita se inferior, inclusive, a cinco dias úteis.

Artigo 78 - Os tesoureiros, caixas e outros funcionários que tenham valores sob guarda, em caso de impedimento, poderão ser substituídos por funcionários que indicarem, de sua confiança.

Parágrafo Unico - Feita a indicação por escrito à autoridade competente, esta deverá propor a expedição do ato de designação, ficando assegurado ao substituto a remuneração do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuições.

Artigo 79 - A substituição não gerará direito do substituto em incorporar, aos seus vencimentos, a diferença entre a sua remuneração e a do substituído.

CAPITULO XVIII
DA VACANCIA

Artigo 80 - Dar-se-á vacância, quando o cargo público ficar destituído de titular, em decorr@ncia de:-

I - exoneração;

II - demissão;

III - acesso;

IV - transfer@ncia;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

V - readaptação;

VI - aposentadoria;

VII - falecimento;

§ 1º - Dar-se-á exoneração:-

I - a pedido do funcionário;

II - a critério da autoridade nomeante, quando se tratar de ocupante de cargo de provimento em comissão;

III - se o funcionário não entrar em exercício no prazo legal;

IV - quando o funcionário, durante o estágio probatório, não demonstrar que reúne as condições necessárias ao bom desempenho das atribuições do cargo.

§ 2º - A demissão será aplicada como penalidade, nos casos previstos nesta lei.

TITULO III
DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I
DO TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 81 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

Parágrafo Unico - O número de dias será convertido em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Artigo 82 - Será considerado de efetivo exercício o período de afastamento, em virtude de :-

I - férias;
II - casamento, até oito dias consecutivos;
III - luto, até dois dias consecutivos, a critério da chefia, por falecimento de cunhados, genros e noras, com apresentação de Atestado de Obito;
IV - luto, até oito dias consecutivos, por falecimento de cônjuge, pais, filhos, irmãos, sogros e descendentes; padrasto, madrasta, com apresentação de Atestado de Obito;
V - exercício de outro cargo municipal, de provimento em comissão;
VI - convocações para obrigações decorrentes do serviço militar;
VII - prestação de serviços no júri e outro

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

obrigatórios por lei;

VIII - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal, ou no Distrito Federal;

IX - licença-prêmio;

X - licença à funcionária gestante ou licença adoção;

XI - licença compulsória;

XII - licença paternidade;

XIII - licença a funcionário acidentado em serviço para tratamento de saúde, ou acometido de doença profissional ou moléstia grave;

XIV - missão ou estudo de interesse do Município, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido autorizado pela autoridade competente;

XV - faltas abonadas, nos termos deste Estatuto;

XVI - participação em delegação esportiva oficial, devidamente autorizada pela autoridade competente;

XVII - um dia por doação de sangue;

XVIII - serviço para desempenho da Presidência do Sindicato dos Funcionários Públicos.

§ 1º - É vedada a contagem em dobro do tempo de serviço prestado simultaneamente em dois cargos, ou funções públicas, junto à administração direta ou indireta.

§ 2º - No caso do inciso VIII, o tempo de afastamento será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

CAPITULO II
DAS FÉRIAS

Artigo 83 - O funcionário terá direito, anualmente, ao gozo de trinta dias consecutivos de férias, de acordo com a escala organizada pelo órgão competente.

§ 1º - Somente depois do primeiro ano de exercício no cargo público, o funcionário adquirirá direito a férias;

§ 2º - O gozo das férias será remunerada com um terço a mais do que o vencimento normal, que poderá ser pago antecipadamente.

§ 3º - durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se em exercício estivesse.

§ 4º - As faltas ao serviço, somente poderão ser levadas à conta de férias, mediante exposição de motivos justificadas de chefia imediata.

Artigo 84 - Em casos excepcionais, a critério da administração e a pedido do funcionário, as férias poderão ser gozadas em dois períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior à dez dias.

Artigo 85 - é proibida a acumulação de mais de dois períodos de férias.

§ 1º - Por absoluta necessidade de serviço, as férias do funcionário poderão ser indeferidas pela administração pelo prazo máximo de dois anos consecutivos.

§ 2º - Em caso de acumulação de férias, poderá o funcionário gozá-las ininterruptamente.

§ 3º - Somente serão consideradas como não gozadas, por absoluta necessidade do serviço, as férias que o funcionário deixar de gozar, mediante decisão escrita da autoridade competente, exarada em processo administrativo e publicada na forma legal, dentro do exercício a que elas correspondam.

Artigo 86 - Salvo comprovada necessidade de serviço o funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

Artigo 87 - é facultado ao funcionário público converter um terço do período das férias em abono pecuniário, desde que o requeira no momento de sua solicitação, que deverá ser efetivada trinta dias antes do inicio de sua fruição.

CAPITULO III
DAS LICENÇAS

SEÇAO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 88 - Serão concedidas:-

I - licença para tratamento de saúde;
II - licença por motivo de doença em pessoa da família;
III - licença a funcionária gestante;
IV - licença adoção;
V - licença paternidade;
VI - licença para tratamento de doença profissional ou em decorrência de acidente de trabalho;
VII - licença para prestar serviço militar;
VIII - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro de funcionário ou militar;
IX - licença compulsória;
X - licença prêmio;

XI - licença para tratar de interesses particulares;
XII - licença especial.

Parágrafo Único - O ocupante de cargo de provimento em comissão não terá direito à licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 89 - A licença que depender de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou no atestado proveniente do órgão oficial competente.

Artigo 90 - Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente, o exercício das atribuições do cargo.

Artigo 91 - O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá se dedicar a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e ser promovida a sua responsabilidade.

Artigo 92 - A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido do interessado, desde que fundada em novo exame médico oficial.

Parágrafo Único - O pedido deverá ser apresentado pelo menos três dias antes de findar o prazo da licença, se indeferido, será considerado como de licença, o período compreendido entre a data de seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

Artigo 93 - As licenças concedidas dentro de trinta dias, contados do término da anterior, serão consideradas como prorrogação.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, somente serão levados em consideração as licenças da mesma natureza.

Artigo 94 - O funcionário não poderá permanecer em licença, por prazo superior a quatro anos.

Artigo 95 - O funcionário em gozo de licença deverá comunicar, sempre que possível, ao chefe da repartição o local onde possa ser encontrado.

INCISO I
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

Artigo 96 - Ao funcionário impossibilitado de exercer o cargo por motivo de saúde será concedida licença pelo órgão oficial competente, a pedido do interessado ou de ofício.

Parágrafo Único - Em ambos os casos, é indispensável o exame médico que poderá ser realizado, quando necessário, na residência do funcionário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 97 - O exame para a concessão da licença para tratamento de saúde será feito por médico oficial ou oficialmente credenciado ou, ainda, por órgão oficial do Município.

§ 1º - O atestado ou laudo passado por médico ou junta médica particular só produzirá efeitos após a homologação pelo serviço de saúde do Município.

§ 2º - As licenças superiores a sessenta dias dependerão de exame do funcionário por junta médica oficial do serviço de saúde do Município.

Artigo 98 - Será punido disciplinarmente, com suspensão de trinta dias, o funcionário que recusar a se submeter a exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame.

Artigo 99 - Considerado apto, em exame médico, o funcionário reassumirá o exercício do cargo, sob pena de serem considerados como faltas injustificadas os dias de ausência.

Parágrafo Único - No curso da licença poderá o funcionário requerer exame médico, caso se julgue em condições de reassumir o exercício do cargo.

Artigo 100 - A licença do funcionário acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, síndrome da imunodeficiência adquirida e outras admitidas na legislação previdenciária nacional, será concedida, quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Artigo 101 - Será integral a remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde, ou acometido dos males previstos no artigo anterior.

INCISO II
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

Artigo 102 - O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença de ascendente, descendente de 1º grau, cônjuge não separado legalmente, companheiro ou companheira, padrasto ou madrasta, enteado e filhos adotivos, mediante comprovação médica.

§ 1º - A licença somente será concedida se o funcionário provar que sua assistência pessoal e permanente é indispensável, não podendo ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º - Provar-se-á a doença mediante exame médico.

§ 3º - A licença de que trata este artigo não poderá ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.

§ 4º - A licença de que trata este artigo será concedida, com remuneração integral, até um mês, e, após, com os seguintes descontos:-

I - de um terço, quando exercer um mês e prolongar-se até três meses;

II - de dois terços, quando exercer três e prolongar-se até seis meses;

III - sem remuneração, a partir do sétimo mês ao vigésimo quarto mês.

INCISO III
DA LICENÇA A FUNCIONARIA GESTANTE

Artigo 103 - A funcionária gestante será concedida, mediante exame médico, licença de cento e vinte dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º - Salvo prescrição médica em contrário, a licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º - Ocorrido e comprovado o parto, sem que tenha sido requerida a licença, a funcionária entrará, automaticamente, em licença pelo prazo previsto neste artigo.

§ 3º - Após o término da licença e até que a criança complete seis meses de idade, a funcionária terá direito a dois descansos especiais de meia hora cada, para amamentação.

Artigo 104 - No caso de aborto legal, será concedido licença para tratamento de saúde, na forma prevista neste Estatuto.

INCISO IV
DA LICENÇA ADOÇÃO

Artigo 105 - A funcionária que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 ano de idade, serão concedidos noventa dias de licença remunerada.

Parágrafo Único - No caso de adoção ou guarda judicial de criança de 1 a 7 anos de idade, o prazo de que trata este artigo será de quarenta dias.

INCISO V
DA LICENÇA PATERNIDADE

Artigo 106 - Ao funcionário será concedida licença paternidade de cinco dias consecutivos contados da data do nascimento de seu filho, sem prejuízo de sua remuneração.

Artigo 107 - Em caso de natimorto registrado, contar-se-á o prazo de oito dias conforme o previsto no art. 81, inciso IV.

INCISO VI
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA PROFISSIONAL OU EM DECORRENCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

Artigo 108 - O funcionário, acometido de doença profissional ou acidentado em serviço, terá direito a licença para tratamento de saúde com remuneração integral.

§ 1º - Acidente é o dano físico ou mental sofrido pelo funcionário e que relacione mediata ou imediatamente, com as atribuições de seu cargo.

§ 2º - Considera-se também acidente:-

I - o dano decorrente de agressão sofrida e não provocada injustamente pelo funcionário, no exercício de suas atribuições ou em razão delas;

II - o dano sofrido no percurso entre a residência e o trabalho.

Artigo 109 - Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço, devendo o laudo médico estabelecer o nexo de causalidade entre a doença e os fatos que a determinam.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 110 - Verificada em caso de acidente, a incapacidade total para qualquer função pública ao funcionário será concedida, desde logo, aposentadoria com proventos integrais.

§ 1º - No caso de incapacidade parcial e permanente, ao funcionário será assegurada a readaptação.

§ 2º - A comprovação de acidente deverá ser feita no prazo de dez dias, a contar do acidente ou constatação da doença, por junta médica oficial do Município.

INCISO VII
DA LICENÇA PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Artigo 111 - Ao funcionário convocado para o serviço militar ou outros encargos de defesa nacional, será concedida licença com remuneração integral.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º - Da remuneração será descontada a importância que o funcionário perceber, a qualidade, a qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º - O funcionário desincorporado reassumirá o exercício das atribuições de seu cargo dentro do prazo de trinta dias, contados da data da desincorporação, sendo-lhe garantido o direito de perceber sua remuneração integral, durante este período.

§ 4º - A licença de que trata este artigo será também concedida ao funcionário que houver feito curso de formação de oficiais da reserva das Forças Armadas, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se-lhe o disposto no § 2º deste artigo.

INCISO VIII
DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CONJUGE OU COMPANHEIRO DE FUNCIONARIO OU MILITAR

Artigo 112 - O funcionário casado ou companheiro de funcionário públiço civil ou militar, terão direito a licença sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro forem designados para prestar serviços fora do Município.

Parágrafo Único - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar a nova designação do cônjuge ou companheiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

INCISO IX
DA LICENÇA COMPULSORIA

Artigo 113 - O funcionário que for considerado, a juízo da autoridade sanitária competente, suspeito de ser portador de doença transmissível será afastado do serviço público.

§ 1º - resultando positiva a suspeita, o funcionário será licenciado para tratamento de saúde, incluídos na licença os dias em que esteve afastado.

§ 2º - Não sendo procedente a suspeita, o funcionário deverá reassumir imediatamente o seu cargo, considerando-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período de afastamento.

INCISO X
DA LICENÇA PREMIO

Artigo 114 - Após cada quinquênio de ininterrupto exercício, o servidor fará jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§ 1º - A licença prêmio, com as vantagens do cargo em comissão, somente será concedida ao funcionário que o venha exercendo, no período aquisitivo, por mais de dois anos.

Artigo 115 - Não terá direito à licença prêmio o funcionário que, dentro do período aquisitivo, houver:-

I - sofrida pena de suspensão;

II - por motivo de doença em pessoa da família, se afastado por mais de 120 dias;

III - para trato de interesses particulares;

IV - por motivo de afastamento do cônjuge, quando o funcionário ou militar, por mais de 90 dias.

Parágrafo Único - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.

Artigo 116 - A licença prêmio somente será concedido pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara, ou pelos diretores de autarquias e fundações públicas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 117 - A licença prêmio poderá, a pedido do funcionário, ser gozada integral ou parceladamente, até dois períodos não inferiores a 30 dias, atendido o interesse da administração.

Artigo 118 - A autoridade competente, tendo em vista o interesse da administração, devidamente fundamentado, decidirá dentro dos três meses do requerimento da licença prêmio, quanto à data de seu inicio e a sua concessão, por inteiro ou parceladamente.

Artigo 119 - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença prêmio.

Artigo 120 - A concessão de licença prêmio dependerá de novo ato, quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro dos trinta dias seguintes da publicação, daquele que a deferiu.

Artigo 121 - Ao funcionário que completar cinco anos de ininterrupto e efetivo exercício poderá, a critério da administração, ser concedido o direito de receber, em dinheiro, a metade da licença prêmio a que fizer jus, se assim o requerer no prazo de até trinta dias antes do inicio da fruição da licença.

Parágrafo único - O número de funcionários em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade.

INCISO XI
DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Artigo 122 - O funcionário estável terá, a critério da autoridade competente, direito a licença para tratar de interesses particulares, sem vencimento e por período não superior a dois anos.

§ 1º - A licença será indeferida quando o afastamento do funcionário for incoveniente ao serviço público, mediante justificativa circunstanciada da autoridade competente.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença.

Artigo 123 - Não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de completar dois anos de efetivo exercício no cargo.

Artigo 124 - A autoridade que houver concedido a licença poderá determinar o retorno do funcionário licenciado, sempre que o exigir o interesse público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 125 - O funcionário poderá, a qualquer tempo, reassumir o exercício das atribuições do cargo, cessando, assim, os efeitos da licença.

Artigo 126 - O funcionário não obterá nova licença para tratar de interesses particulares, antes de decorridos dois anos do término da anterior.

INCISO XII
DA LICENÇA ESPECIAL

Artigo 127 - O funcionário designado para missão, estudo ou competição esportiva oficial, em outro Município, ou no exterior, terá direito a licença especial.

§ 1º - Existindo relevante interesse municipal, devidamente justificado e comprovado, a licença será concedida, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo.

§ 2º - O início da licença coincidirá com a designação e seu término com a conclusão da missão, estudo ou competição, até o máximo de dois anos.

§ 3º - A prorrogação da licença somente ocorrerá, em casos especiais, a requerimento do funcionário, mediante comprovada justificativa.

Artigo 128 - O ato de conceder a licença deverá ser precedido de justificativa, que demonstre a necessidade ou o relevante interesse da missão, estudo ou competição.

CAPITULO IV
DAS FALTAS

Artigo 129 - Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

Parágrafo Único - Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza ou circunstância, principalmente pela conseqüência no âmbito da família, possa constituir escusa do não comparecimento.

Artigo 130 - O funcionário que faltar ao serviço ficará obrigado a requerer, por escrito, a justificação da falta a seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer a repartição, sob pena de sujeitar-se às conseqüências da ausência.

§ 1º - Não serão justificadas as faltas que excederem a doze por ano, não podendo ultrapassar a duas por mês.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 2º - O chefe imediato do funcionário decidirá sobre a justificação das faltas, até o máximo de doze por ano, no prazo de três dias.

§ 3º - A justificação das que excederem 12 por ano, até o limite de 24, será submetida, devidamente informada pelo chefe imediato, à decisão de seu superior, no prazo de cinco dias.

§ 4º - Para a justificação da falta poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.

§ 5º - Decidido o pedido de justificação de falta, será o requerimento encaminhado ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

Artigo 131 - As faltas ao serviço, até o máximo de seis por ano, não excedendo a uma por mês, poderão ser abonadas, por moléstia ou por outro motivo justificado, a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o funcionário comparecer ao serviço.

§ 1º - Abonada a falta, o funcionário terá direito ao vencimento correspondente àquele dia de serviço.

§ 2º - A moléstia ser provada por atestado médico e a aceitação de outros motivos ficará a critério da chefia imediata do funcionário.

§ 3º - O pedido de abono deverá ser feito pelo funcionário no primeiro dia que comparecer ao serviço, em requerimento escrito ao seu chefe imediato.

CAPITULO V
DA DISPONIBILIDADE

Artigo 132 - Extinto o cargo ou declarada sua disponibilidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada integralmente até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 1º - A extinção dos cargos será efetivada através de lei, no caso de pertencerem à Prefeitura e Autarquias e fundações públicas Municipais.

§ 2º - A extinção de cargos será efetivada através de resolução, no caso de pertencerem a Câmara Municipal.

§ 3º - A declaração de desnecessidade do cargo será efetivada por Ato próprio do Prefeito, Mesa da Câmara, ou Diretor de autarquia ou fundação pública.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

CAPITULO VI
DA APOSENTADORIA

Artigo 133 - O funcionário será aposentado:-

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:-

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais.

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora com proventos integrais.

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo.

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - O tempo de serviço público federal, estadual, municipal, ou prestado ao Distrito Federal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos funcionários em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função, em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 3º - O benefício da pensão por morte corresponderá a cem por cento dos vencimentos ou proventos do funcionário falecido.

§ 4º - Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem recíproca por tempo de serviço na atividade privada, rural e urbana, devendo ser comprovado por qualquer forma em direito admitidas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 134 - A partir da apresentação dos documentos de aposentadoria, o departamento competente terá 30 (trinta) dias, para homologar a mesma, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

Artigo 135 - A aposentadoria produzirá seus efeitos, a partir da publicação do ato em órgão oficial, obedecendo as seguintes carências ao Instituto de Previdência e Benefício dos servidores públicos do Município:

I - aos servidores nomeados para cargo em comissão ou efetivo, anteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 60 (sessenta) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória;

II - aos servidores nomeados para o cargo em comissão ou efetivo, posteriormente à alteração do regime jurídico para o estatutário, haverá uma carência de 120 (cento e vinte) contribuições mensais para o referido instituto, com exceção de pensão por morte, por invalidez permanente e aposentadoria compulsória.

CAPITULO VII
DA ACUMULAÇÃO REMUNERADA

Artigo 136 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:-

I - a dois cargos de professor;
II - a de uma cargo de professor com outro técnico ou científico;
III - a de juiz com um cargo de magistério;
IV - a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º - Em qualquer dos casos previstos neste artigo, a acumulação só será permitida, havendo compatibilidade de horários.

§ 2º - A proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Artigo 137 - Verificada a acumulação proibida, deverá o funcionário optar por um dos cargos, empregos ou funções exercidas, no prazo de 15 dias do conhecimento da Notificação.

Parágrafo Unico - Provado, em processo administrativo a má-fé, o funcionário perderá o cargo, sem prejuízo da restituição do que tiver recebido indevidamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 138 - As autoridades que tiverem conhecimento de qualquer acumulação indevida, comunicarão o fato ao Departamento de Pessoal, sob pena de responsabilidade, nos termos da lei.

CAPITULO VIII
DA ASSISTENCIA AO FUNCIONARIO

Artigo 139 - O Município poderá dar assistência ao funcionário e sua família, concedendo entre outros, os seguintes benefícios:-

I - assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - previdência social e seguros;

III - curso de aperfeiçoamento, treinamento ou especialização profissional, em matéria de interesse municipal.

IV - assistência judiciária.

Artigo 140 - A lei determinará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos neste Capítulo.

Parágrafo Unico - Outros benefícios poderão ser concedidos desde que instituídos por lei.

Artigo 141 - Todo funcionário será inscrito em instituição de previdência social.

Artigo 142 - O Município deverá instituir, em lei, contribuição, cobrada de seus funcionários, para o custeio, em benefício destes, de serviços de previdência e assistências sociais.

CAPITULO IX
DO DIREITO DE PETIÇAO

Artigo 143 - É assegurado ao funcionário o direito de requerer, representar, pedir consideração e recorrer, em defesa de direito de interesse legítimo.

Artigo 144 - O requerimento, representação, pedido de reconsideração e recurso serão encaminhados à autoridade competente, por intermédio da autoridade imediatamente superior ao peticionário.

§ 1º - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão e somente será cabível quando contiver novos argumentos.

§ 2º - Nenhum pedido de reconsideração poderá ser renovado.

§ 3º - Somente caberá recurso quando houver pedido de reconsideração não conhecido ou indeferido.

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, em última instância, ao Prefeito.

§ 5º - Nenhum recurso poderá ser renovado.

§ 6º - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, salvo nos casos previstos em lei.

Artigo 145 - Salvo disposição expressa em contrário, é de trinta dias o prazo para interposição de pedidos de reconsideração e recurso.

§ 1º - O prazo a que se refere esse artigo começará a fluir a partir da comunicação oficial da decisão a ser reconsiderada ou recorrida.

§ 2º - Os pedidos de reconsideração e recursos serão decididos dentro do período de trinta dias contados da interposição.

Artigo 146 - O direito de pleitear administrativamente prescreverá:-

I - em cinco anos, nos casos relativos a demissão, aposentadoria e disponibilidade ou que afetem interesses patrimoniais e créditos resultantes das relações funcionais com a administração.

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em Lei Municipal.

Artigo 147 - O prazo de prescrição terá seu termo inicial na data da publicação oficial do ato ou, quando este for de natureza reservada para resguardar direito do funcionário, na data da ciência do interessado.

Artigo 148 - O recurso, quando cabível, interrompe o curso da prescrição.

Parágrafo Único - Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

CAPITULO IV
DO VENCIMENTO E DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

CAPITULO I
DO VENCIMENTO

Artigo 149 - Os vencimentos dos cargos da Prefeitura e da Câmara Municipal, autarquias e fundações públicas, deverão ser iguais, desde que suas atribuições sejam iguais ou semelhantes.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, não se levará em conta as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

Artigo 150 - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimento para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Artigo 151 - As vantagens pecuniárias percebidas pelos funcionários não serão computadas nem acumuladas, para concessão de vantagens ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Artigo 152 - A lei estabelecerá a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos funcionários públicos municipais, observado o disposto no artigo 153.

Artigo 153 - O limite máximo da remuneração percebida em espécie, qualquer título, pelos funcionários públicos será correspondente à remuneração percebida, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Remuneração percebida em espécie pelo Prefeito Municipal é o subsídio mais a verba de representação.

§ 2º - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com o disposto neste artigo, serão imediatamente reduzidos ao limite dele decorrente, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido à irredutibilidade de vencimentos, ou percepção de excesso a qualquer título.

§ 3º - Não se considera para efeito desse artigo, as seguintes vantagens:-

I - diárias;

II - ajudas de custo;

III - gratificação de natal (13º salário);

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

IV - adicional de férias;

V - gratificação por tempo de serviço;

VI - salário família.

Artigo 154 - Ressalvado o disposto no § 2º do artigo anterior, os vencimentos dos funcionários públicos são irredutíveis.

Parágrafo Único - Os ocupantes de cargos efetivos, que exerçam função superior por mais de 2 anos consecutivos, terão incorporado os vencimentos e vantagens da função superior, inclusive para efeito de aposentadoria, ainda que retornem a seus cargos de origem.

Artigo 155 - O funcionário não perceberá:-

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previsto neste Estatuto;

II - um terço da remuneração do dia, quando comparecer no serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o inicio do trabalho, ou se retirar até uma hora antes do seu término.

Artigo 156 - Salvo as exceções expressamente previstas em lei, é vedado à Administração Pública efetuar qualquer desconto nos vencimentos dos Servidores sem prévia e expressa autorização.

Parágrafo Único - Em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, a Administração deve descontar nos vencimentos de seus funcionários, a prestação alimentícia, nos termos e nos limites determinados pela sentença.

Artigo 157 - O horário de trabalho será fixado pela autoridade competente, de acordo com a natureza e a necessidade do serviço, cuja duração não poderá ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo aos exercentes de cargo em comissão, que permanecerão a livre disposição da autoridade nomeante.

Artigo 158 - O funcionário-estudante poderá ter sua jornada de trabalho reduzida em até uma hora, a critério da Administração.

Artigo 159 - A freqüência do funcionário será apurada:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

I - pelo ponto;

II - pela forma determinada em ato próprio da autoridade competente, quanto aos funcionários não sujeitos a ponto.

Parágrafo Único - Para registro do ponto serão usados, de preferência, meios mecânicos.

CAPITULO II
DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

Artigo 160 - Além do vencimento, poderão ser concedidos ao funcionário as seguintes vantagens:-

I - diárias;

II - gratificações;

III - ajudas de custo;

IV - adicionais por tempo de serviço;

V - salário família;

VI - auxílio natalidade;

VII - auxílio para diferença de caixa;

VIII - adicional noturno

SEÇÃO I
DAS DIARIAS

Artigo 161 - Ao funcionário que, por determinação da autoridade competente, se deslocar do Município temporariamente, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo de interesse da Administração, serão concedidas, além do transporte, diária à título de indenização das despesas de alimentação e pousada, nas bases a serem fixadas em lei.

Parágrafo Único - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pousada fora do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 162 - O funcionário que receber diárias e não se afastar do Município por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

Parágrafo Único - Na hipótese de o funcionário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no "caput".

SEÇÃO II
DAS GRATIFICAÇÕES

Artigo 163 - Será concedida gratificação:-

I - pela prestação de serviços extraordinários;

II - pela execução de trabalho insalubre, perigoso ou penoso;

III - pela participação em órgão de deliberação coletiva ou banca examinadora;

IV - gratificação para médicos e dentistas;

V - de natal (13º salário);

VI - de função.

SUBSEÇÃO I
DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Artigo 164 - O funcionário público ocupante de cargo de provimento efetivo, quando convocado para trabalhar em horário diverso de seu expediente, terá direito a gratificação por serviços extraordinários.

§ 1º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário com objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.

§ 2º - É vedado conceder gratificação por serviço extraordinário a ocupante de cargo em comissão.

Artigo 165 - A gratificação será paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado, que exceda o período normal do expediente, acrescido cinqüenta por cento do valor da hora normal de trabalho.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

§ 1º - Salvo os casos de convocação de emergência, devidamente justificados, o serviço extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias.

§ 2º - Quando o serviço extraordinário for noturno, assim entendido o que for prestado no período compreendido entre vinte e duas e cinco horas, o valor será acrescido de mais vinte por cento.

§ 3º - Quando o serviço extraordinário for prestado em domingo e feriado, o funcionário receberá em dobro as horas trabalhadas.

SUBSEÇÃO II
DA GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHO INSALUBRE, PERIGOSO OU PENOSO

Artigo 166 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os funcionários a agentes nocivos à saúde.

Parágrafo Único - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério de Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Artigo 167 - Serão consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, ou método de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos, em condições de risco acentuado.

Parágrafo Único - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao funcionário um adicional de 30% sobre o vencimento.

Artigo 168 - Serão consideradas atividades ou operações penosas, aquelas que, por sua natureza, ou método de trabalho, exponham o funcionário público a esforço físico acentuado e desgastante.

Parágrafo Único - O trabalho em condições penosas assegura ao funcionário um adicional de 30% sobre o vencimento.

Artigo 169 - O direito ao adicional de insalubridade, de periculosidade ou de penosidade, cessa, com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 170 - Haverá permanente controle da atividade de funcionários em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Unico - A funcionária gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

SUBSEÇÃO III
DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ORGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA OU BANCA EXAMINADORA

Artigo 171 - Ao funcionário público designado para participar em órgão de deliberação coletiva ou aquele que participar como membro ou auxiliar de banca ou comissão examinadora de concurso público, será concedida gratificação de 10%

Parágrafo Unico - A gratificação poderá ser paga tantas vezes quanto for o funcionário designado para o exercício do encargo a que se refere o "caput" deste artigo, nunca se incorporando aos vencimentos do funcionário.

SUBSEÇÃO IV
DA GRATIFICAÇÃO PARA MÉDICOS E DENTISTAS

Artigo 172 - Os funcionários médicos e dentistas, lotados no setor municipal de saúde, em efetivo exercício, terão uma gratificação mensal de 25% (vinte e cinco por cento), sobre a remuneração percebida.

Parágrafo único - Os funcionários referidos no "caput" deste artigo, somente terão jus a gratificação,se durante o mês trabalhado, não tiverem nenhuma falta, ainda que justificada.

SUBSEÇÃO V
DA GRATIFICAÇÃO DE NATAL (13º SALARIO)

Artigo 173 - O funcionário terá direito a uma gratificação de Natal a ser paga até o dia 20 no mês de dezembro de cada ano.

§ 1º - A gratificação prevista neste artigo corresponderá a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§ 2º - Será considerada para efeito de cálculo de gratificação natalina, a média duodecimal das horas extras efetuadas no decorrer do ano vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

§ 3º - O servidor poderá pleitear até o dia 31 de janeiro, se quiser, a metade de sua gratificação de natal (13º salário) para recebimento junto com suas férias.

Artigo 174 - O funcionário exonerado ou demitido perceberá o décimo terceiro salário proporcionalmente aos meses de exercício, calculado sobre a remuneração do mês da exoneração.

SUBSEÇÃO VI
DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Artigo 175 - A gratificação de função será devida ao funcionário que for designado para atender, temporariamente, encargo de chefia ou outro que não justifique a criação de cargo.

§ 1º - O valor da gratificação a que se refere este artigo será de 10% (dez por cento) do vencimento do funcionário designado.

§ 2º - A vantagem somente será devida enquanto perdurar o efetivo desempenho das atribuições que justificaram a concessão da gratificação.

§ 3º - A gratificação de função não se incorpora ao vencimento do funcionário.

Artigo 176 - Os funcionários exercentes de cargos em comissão não fazem jus à gratificação prevista no artigo anterior

SEÇÃO III
DA AJUDA DE CUSTO

Artigo 177 - Ao funcionário que receber a incumbência de missão ou estudo que o obrigue a permanecer fora do Município por mais de trinta dias poderá ser concedida ajuda de custo, sem prejuízo das diárias que lhe couberem.

Artigo 178 - A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do funcionário, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a três meses.

Artigo 179 - Não será concedida ajuda de custo ao funcionário que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

SEÇÃO IV
DOS ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 180 - O funcionário, após cada período de cinco anos contínuos de efetivo desempenho de suas atribuições no serviço público municipal, perceberá adicional por tempo de serviço, calculado à razão de cinco por cento sobre o seu vencimento, ao qual se incorporará para todos os efeitos, exceto para fim de concessão de quinquênios e subseqüentes.

Artigo 181 - O funcionário que completar cinco quinquênios no serviço público municipal perceberá a sexta parte do seu vencimento, ao qual se incorporará automaticamente, para todos os efeitos.

Parágrafo único - O funcionário ocupante de cargo em comissão, e no exercício de cargo em substituição, terá direito ao adicional previsto nesta seção, calculado sobre o vencimento deste cago enquanto nele permanecer.

SEÇÃO V
DO SALARIO FAMILIA

Artigo 182 - O salário família será concedido ao servidor ativo, inativo ou em disponibilidade do serviço público municipal, para os seguintes dependentes:

I - filhos menores de 14 (quatorze) anos;

II - filhos inválidos ou mentalmente incapazes.

§ Único - Compreende-se filho de qualquer condição, aquele que mediante autorização judicial estiver sob a sua guarda e sob sua dependência econômica.

Artigo 183 - Quando mãe e pai forem servidores municipais ativos, inativos ou em disponibilidade do serviço público municipal, o salário família será concedido separadamente.

Artigo 184 - Ao pai e a mãe, equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Artigo 185 - Ocorrendo o falecimento do servidor, o salário família continuará a ser pago aos filhos até completarem os 14 (quatorze) anos.

Parágrafo Único - No caso em que o órgão não tenha exigido os documentos, este poderá ser efetuado mediante requerimento, pelo servidor, para ser efetuado o pagamento do salário família.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 186 - O valor do salário família será fixado nos termos de Lei Federal.

Artigo 187 - Todo aquele que por ação ou omissão efetuar pagamento indevido de salário família, ficará obrigado a restituir o indébito, sem prejuízos das demais cominações legais.

Parágrafo Único - Considera-se responsável, para todos os efeitos, aquele que houver firmado atestados ou declarações falsas, para instrução do pedido de salário família.

SEÇÃO VI
DO AUXILIO NATALIDADE

Artigo 188 - A título de auxílio-natalidade o funcionário terá direito, por nascimento de cada filho, à importância correspondente à 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

§ 1º - Quando o pai e a mãe forem servidores municipais e viverem em comum, o auxílio-natalidade será concedido ao pai.

§ 2º - O auxílio-natalidade será pago até trinta dias contados da data da apresentação, pelo funcionário, da certidão de nascimento respectiva.

§ 3º - O benefício de que se trata o "caput" será devido também ao nati-morto, desde que devidamente registrado.

SEÇÃO VII
DO AUXILIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

Artigo 189 - O auxílio para diferença de caixa, concedido aos tesoureiros ou caixas que, no exercício do cargo, paguem ou recebam em moeda corrente, é fixado em 10% (dez por cento), sobre o valor do seu vencimento.

Parágrafo Único - O auxílio só será devido enquanto o funcionário estiver efetivamente, executando serviços de pagamento ou recebimento, não se incorporando ao seu vencimento.

SEÇÃO VIII
DO ADICIONAL NOTURNO

Artigo 190 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

TITULO V
DO REGIME DISCIPLINAR

CAPITULO I
DOS DEVERES

Artigo 191 - Serão deveres do funcionário além dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo o dos que decorrem, em geral, de sua condição de servidor público:-

I - comparecer ao serviço, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho extraordinários, quando convocado;

II - cumprir as determinações superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando manifestamente ilegais;

III - executar os serviços que lhe competir e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos que lhe for incumbido;

IV - tratar com urbanidade os colegas e o público em geral, atendendo este sem preferência pessoal;

V - providenciar para que sempre esteja atualizada, no assentamento individual, sua declaração de família, de residência e de domicílio;

VI - manter cooperação e solidariedade com relação aos companheiros de trabalho;

VII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com o uniforme que for determinado;

VIII - representar aos superiores sobre irregularidades de que tenha conhecimento;

IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;

X - atender, com preferência a qualquer outro serviço, as requisições de documentos, papéis, informações ou providências destinadas à defesa da Fazenda Municipal;

XI - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;

XIII - ser leal às instituições a que servir;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

XIV - manter observância às normas legais e regulamentos;

XV - atender com presteza:

a) o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvado aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e da Administração;

b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

XVI - manter a conduta compatível com a moralidade administrativa;

XVII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder.

CAPITULO II
DAS PROIBIÇÕES

Artigo 192 - São proibidas ao funcionário toda ação ou omissão capazes de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;

V - referir-se publicamente, de modo depreciativo às autoridades constituídas e aos atos da administração;

VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

VII - compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuges, companheiro ou parente até o segundo grau;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

IX - deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

X - exercer comércio entre os companheiros de serviço no local de trabalho;

XI - valer-se de sua qualidade de funcionário, para obter proveito pessoal para si ou para outrem;

XII - pleitear, como procurador ou intermediário, junto à repartições municipais, salvo quando se tratar de interesse do cônjuge ou de parentes, até segundo grau;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem prévia autorização do chefe do Executivo Municipal;

XIV - receber de terceiros qualquer vantagem, por trabalhos realizados na repartição, ou pela promessa de realizá-los;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

XVII - fazer com a Administração Direta ou Indireta contratos de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços com fins lucrativos, para si ou como representante de outrem;

XVIII - exercer ineficientemente suas funções;

XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais do serviço público para fins particulares ou ainda utilizar da sua condição de funcionário público para ratificar atos de sua vida particular;

XX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

CAPITULO III
DA RESPONSABILIDADE

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 193 - O funcionário responderá civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 194 - A responsabilidade civil decorrerá de conduta dolosa ou culposa devidamente apurada, que importe em prejuízo para Fazenda Municipal ou terceiros.

§ 1º - O funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, ou a omissão em efetuar o recolhimento ou entradas, nos prazos legais.

§ 2º - Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidada, mediante desconto em folha, nunca excedente de 20% da remuneração, à falta de outros bens que respondam pela indenização.

§ 3º - Quando o funcionário solicitar exoneração, abandonar o cargo ou for demitido, não terá direito ao parcelamento previsto no parágrafo 2º.

§ 4º - Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em razão regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão judicial que houver condenado a Fazenda Municipal ao ressarcimento dos prejuízos

Artigo 195 - A responsabilidade penal será apurada nos termos da legislação federal aplicável.

Artigo 196 - A responsabilidade administrativa será apurada perante os superiores hierárquicos do funcionário.

Parágrafo Unico - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

Artigo 197 - O pagamento da indenização a que ficar obrigado o funcionário, não exime da pena disciplinar em que ocorrer.

SEÇÃO II
DA PENALIDADES

Artigo 198 - São penas disciplinares:-

I - advertências;

II - multa ou repreensão;

III - suspensão;

IV - demissão;

V - cassação da aposentadoria e da disponibilidade.

Artigo 199 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os antecedentes funcionais atendendo-se, sempre, a devida proporção entre o ato praticado e a pena a ser aplicada.

Artigo 200 - A advertência por escrito, nos casos de violação de proibição constante no artigo 192, incisos I a XX, é de observância de dever funcional.

Artigo 201 - A pena de multa ou repreensão será aplicada por escrito, nos casos de reincidência em infração sujeita à pena de advertência.

Artigo 202 - A pena de suspensão, que não excederá a noventa dias, será aplicada:-

I - até trinta dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente;

II - em caso de reincidência de infração sujeita à pena de repreensão e de violação das demais proibições que não tipifiquem infrações sujeitas à pena de demissão.

Artigo 203 - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Artigo 204 - A pena de demissão será aplicada nos casos de:-

I - crime contra a Administração Pública;

II - abandono do cargo ou falta de assiduidade habitual;

III - incontinência pública e embriaguez habitual;

IV - insubordinação grave em serviço;

V - ofensa física, em serviço, contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa;

VI - aplicação irregular do dinheiro público;

VII - lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio público municipal;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

VIII - revelação de segredo confiado em razão do cargo.

Artigo 205 - Configura-se o abandono de cargo quando o funcionário se ausenta intencionalmente do serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Artigo 206 - Entende-se por falta de assiduidade habitual a ausência do serviço sem causa justificada, por sessenta dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Artigo 207 - A aplicação de qualquer das penalidades prevista neste estatuto dependerá, sempre, de prévia motivação da autoridade competente.

Artigo 208 - Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade ao ficar provado, em procedimento administrativo em que se assegure ampla defesa do inativo, que este:-

I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual seja cominada, neste Estatuto, pena de demissão;

II - aceitou cargo ou função pública em desconformidade com a lei;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do Chefe do Executivo.

Artigo 209 - Prescreverão:-

I - de um ano, as faltas disciplinares sujeitas às penas de advertência ou repreensão;

II - em dois anos, as faltas disciplinares sujeitas à pena de suspensão;

III - em cinco anos, as faltas disciplinares sujeita à pena de demissão.

§ 1º - O prazo prescricional começa a correr do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 2º - Interrompe-se a prescrição pela instauração de sindicância ou procedimento administrativo.

Artigo 210 - Para aplicação das penalidades, são competentes:-

I - O Prefeito, a Mesa da Câmara ou o diretor de autarquia ou fundação pública, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade e suspensão por mais de trinta dias;

II - Os secretários ou chefes imediatos, nos demais casos de suspensão;

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

III - As autoridades administrativas, com relação aos seus subordinados, nos casos de advertência e repreensão.

CAPITULO IV
DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 211 - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a apuração imediata dos fatos e a responsabilidade, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, sendo assegurado ao funcionário o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 1º - As providências para a apuração terão inicio, a partir do conhecimento dos fatos e serão tomadas na unidade onde estes ocorreram, devendo consistir, no mínimo, de um relatório circunstanciado sobre o que se verificou.

§ 2º - A averiguação preliminar de que trata o parágrafo anterior deverá ser cometida a funcionário ou comissão de funcionários previamente designada para tal finalidade.

SEÇÃO II
DA SINDICANCIA

Artigo 212 - A sindicância é a peça preliminar e informativa do processo administrativo disciplinar, devendo ser promovida quando os fatos não estiverem definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria da infração.

Artigo 213 - A sindicância não comporta o contraditório constituindo-se em procedimento de investigação e não de punição.

Artigo 214 - A sindicância deverá ser concluída no prazo de trinta dias, que só poderá ser prorrogado por um único e igual período mediante solicitação fundamentada.

Artigo 215 - Da sindicância instaurada pela autoridade, poderá resultar:-

I - o arquivamento do processo desde que os fatos não configurem evidentes infrações disciplinares;

II - a apuração da responsabilidade do funcionário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

SEÇÃO III
DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Artigo 216 - O Prefeito, a Mesa da Câmara e os Diretores de autarquia e fundações públicas poderão determinar a suspensão preventiva do funcionário, por até trinta dias prorrogáveis por igual prazo, se houver comprovada necessidade de seu afastamento para apuração de falta e ele imputada.

Parágrafo único - O funcionário terá direito:

I - a contagem do tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado suspenso preventivamente, quando do processo não resultar pena disciplinar, ou quando esta se limitar a repreensão;

II - a contagem do período do afastamento que exceder o prazo da suspensão disciplinar aplicada;

III - a contagem do período de suspensão preventiva e ao pagamento da remuneração quando não for provada sua responsabilidade.

SEÇÃO IV
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 217 - O processo administrativo é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de funcionário por ação ou omissão no exercício de suas atribuições, ou de outros atos que tenham relação com as atribuições inerentes ao cargo e que caracterizem infração disciplinar.

Parágrafo Único - É obrigatória a instauração de processo administrativo, quando a falta imputada, por sua natureza, possa determinar a pena de suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Artigo 218 - O processo será realizado por comissão de três funcionários efetivos, de condição hierárquica igual ou superior à do indiciado, designada pela autoridade competente.

§ 1º - No ato de designação da comissão processante, um de seus membros será incumbido de, como presidente, dirigir os trabalhos.

§ 2º - O presidente da comissão designará um funcionário, que poderá ser um dos membros da comissão, para secretariar seus trabalhos.

Artigo 219 - A autoridade processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissão, em tal caso, dispensados dos serviços normais da repartição.

Artigo 220 - O prazo para conclusão do processo administrativo será de sessenta dias, a contar da citação do funcionário acusado, prorrogáveis por igual período, mediante autorização de quem tenha determinado a sua instauração.

Parágrafo Único - Em caso de mais de um funcionário acusado, o prazo previsto neste artigo será em dobro.

SUBSEÇÃO ÚNICA
DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

Artigo 221 - O processo administrativo será iniciado pela citação pessoal do funcionário, tomando-se suas declarações e oferecendo-lhe oportunidade para acompanhar todas as fases do processo.

Parágrafo Único - Achando-se o funcionário ausente do lugar, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo administrativo o comprovante de registro, não sendo encontrado o funcionário ou ignorando-se o seu paradeiro, a citação se fará no prazo de quinze dias, por edital inserto por três vezes seguidas no órgão de imprensa oficial.

Artigo 222 - A autoridade processante realizará todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando necessário, a técnicos ou peritos.

Artigo 223 - As diligências, depoimentos de testemunhas e esclarecimentos técnicos ou periciais serão reduzidos a termo nos autos do processo administrativo.

Artigo 224 - Feita a citação sem que compareça o funcionário, o processo administrativo prosseguirá à sua revelia.

§ 1º - Será dispensado termo, no tocante à manifestação de técnico ou perito, se por este for elaborado laudo para ser juntado aos outros.

§ 2º - Os depoimentos de testemunhas serão tomados em audiência, na presença do funcionário que para tanto será pessoal e regularmente intimado.

Artigo 225 - Se as irregularidades apuradas no processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará certidões das suas peças necessárias ao órgão competente para instauração de inquérito policial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 226 - A autoridade processante assegurará ao funcionário todos os meios adequados à ampla defesa.

§ 1º - O funcionário poderá constituir procurador para fazer sua defesa.

§ 2º - Em caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, advogado do Município que se incumba da defesa do funcionário.

Artigo 227 - Tomadas as declarações do funcionário ser-lhe-á dado prazo de cinco dias, com visto do processo, para oferecer defesa prévia e requerer provas.

Parágrafo Único - Havendo dois ou mais funcionários, o prazo será comum e de dez dias, contados a partir das declarações do último deles.

Artigo 228 - Encerrada a instauração do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao funcionário ou a seu defensor, para que, no prazo de oito dias, apresente suas razões finais de defesa.

Parágrafo Único - O prazo será comum e de quinze dias, se forem dois ou mais funcionários.

Artigo 229 - Apresentada ou não a defesa final, após o decurso do prazo, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando o relatório fundamentado, no qual proporá, a absolvição ou punição do funcionário, indicado, neste caso, a pena cabível bem como o seu embasamento legal.

Parágrafo Único - O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a instauração do processo, dentro de dez dias contados do término do prazo para apresentação da defesa final.

Artigo 230 - A comissão ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestarem os esclarecimentos que forem necessários.

Artigo 231 - Recebido o processo com o relatório, a autoridade competente proferirá a decisão, em dez dias, por despacho motivado, prorrogáveis por tempo igual.

§ 1º - Se o processo não for decidido no prazo legal o indiciado, se estiver afastado, reassumirá automaticamente o exercício do cargo, aguardando decisão.

§ 2º - Nos casos de alcance ou malversação dos dinheiros públicos, apurados nos autos, o afastamento prolongar-se-á até a decisão final do processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 232 - Da decisão final será cabível revisão prevista nesta lei.

Artigo 233 - O funcionário só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo, desde que reconhecida a sua inocência.

Artigo 234 - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão para a instauração de novo processo.

Artigo 235 - Quando a infração disciplinar estiver capitulada como crime na lei penal, o processo administrativo será remetido ao Ministério Público.

SEÇÃO V
DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 236 - A revisão será recebida e processada mediante requerimento quando:-

I - a decisão for manifestadamente contrária ao dispositivo legal, ou à evidência dos outros;

II - surgirem, após a decisão, provas de inocência do punido.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de penalidade injusta.

§ 2º - A revisão poderá se verificada a qualquer tempo, não sendo vedada agravação da pena.

§ 3º - O pedido de revisão poderá ser formulado mesmo após o falecimento do punido.

Artigo 237 - O pedido de revisão será sempre dirigido a autoridade competente para instaurá-lo, que decidirá sobre o seu processamento.

Artigo 238 - Estará impedida de funcionar no processo revisional a comissão que participou do processo disciplinar primitivo.

Artigo 239 - Julgada procedente a revisão, a autoridade competente determinará a redução, o cancelamento ou a anulação da pena.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Parágrafo Único - A decisão deverá ser sempre fundamentada e publicada pelo órgão oficial do Município, ou na sua falta afixada no quadro de publicações, da sede da prefeitura e Câmara Municipal.

Artigo 240 - Aplica-se ao processo de revisão, no que couber, o previsto neste Estatuto para o processo disciplinar.

TITULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 241 - Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se do vencimento, salvo expressa disposição em contrário.

Parágrafo Único - Considera-se prorrogação o prazo até o primeiro dia útil, se o término ocorrer sábado, domingo, feriado ou em dia que:-

I - não haja expediente;

II - o expediente for encerrado antes do horário normal

Artigo 242 - São isentos de qualquer pagamento os requerimentos, certidões e outros papéis que, na ordem administrativa, interessem ao servidor público municipal, ativo ou inativo.

Artigo 243 - Os ocupantes de empregos permanentes que já se submeteram a concurso público, serão automaticamente efetivado nos cargos, levando as vantagens advindas do tempo se serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

Artigo 244 - Os ocupantes de empregos permanentes ao se submeterem a concurso público para fins de efetivação em cargos, levarão as vantagens advindas do tempo de serviço no serviço público municipal para fins de enquadramento no novo regime.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Artigo 245 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 246 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 1995.

Artigo 247 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 25 de setembro de 1995

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na portaria da sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete